



Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres



Caderno de Qualificação Profissional em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres

Equipe NESOL-USP: Bruno Villela
Estela Barbieri
Fatima Luz
Juliana Braz
Lígia Bensadon
Maíra Rocha
Thaís Mascarenhas
Vanessa Sígolo

Equipe GNUSP: Alex Cardoso
Cleber Fraga
Hilton Fernandes
Thiago Cardoso
Thiago Veríssimo

Editoração e revisão
de textos: Lígia Bensadon

Coordenação
NESOL-USP Augusto Neiva

NESOL-USP: Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo
Avenida Lucio Martins Rodrigues, travessa 4 - bloco 28
Cidade Universitária - São Paulo. Cep 05508-010
Telefone: (11) 3091-5828/3091-4400(fax)
Email: nesol@usp.br

GNUSP: Coletivo de Licenças e Software Livre da Universidade de São Paulo
Rua Professor Mello de Moraes, Térreo Bloco F, sala 17.
Cidade Universitária - São Paulo. Cep 05508-900
Email: contato@gnusp.org
www.gnusp.org

É permitida a cópia, alteração e reprodução deste material, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Abril de 2010.

Bem-vindo/a ao Curso de Formação em Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Livres!

Este caderno reúne os materiais e conteúdos desenvolvidos durante o curso, que ocorreu entre Janeiro e Abril de 2010 na Associação de Moradores (ASMOREJI). O objetivo principal desta qualificação foi formar jovens para atuar com economia solidária, autogestão e software livre, a partir do fomento, apoio e/ou inserção em Empreendimentos de Economia Solidária.

Em específico, o curso buscou estimular a reflexão sobre formas alternativas de geração de trabalho e renda; passar ferramentas que possibilitem a auto-organização para o trabalho e a capacitação em ferramentas de tecnologia livre, que podem tanto melhorar as condições para a inserção no mercado de trabalho, quanto ser base para o desenvolvimento de uma atividade econômica e constituição de um empreendimento coletivo.

O curso foi desenvolvido pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL – USP) em parceria com o GNUSP, coletivo de software livre da USP. Insere-se no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), organizado pela Secretaria de Participação Cidadã da Prefeitura Municipal de Embu das Artes, em parceria com o governo federal.

Os principais eixos e temas que nortearam o desenvolvimento do curso foram:

- Eixo I – Contextualização
Temas: juventude; cidadania; histórico do desenvolvimento das relações de trabalho e da organização da economia e do mercado; o trabalho hoje.

- Eixo II – Introdução à Economia Solidária
Temas: conceitos de desenvolvimento; matrizes teórico-políticas da economia solidária; movimento de economia solidária; autogestão e cooperativismo; redes produtivas; comércio justo e finanças solidárias.

- Eixo III – Atuando na Economia Solidária
Temas: educação popular; incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES); elaboração de projetos; ferramentas de gestão voltadas para EES; marco jurídico e legalização.

- Eixo IV – Tecnologias Livres
Temas: cultura livre e cultura solidária, software livre, instalação e manutenção de computadores e redes; criação e manutenção de sites, e confecção de material gráfico.

Junto com esta apostila soma-se um CD que contém as apresentações utilizadas em aula e alguns materiais específicos, sinalizados abaixo.

Como os conteúdos trabalhados pelo GNUSP e pelo NESOL são específicos, esta apostila divide-se em duas partes, iniciando com os conteúdos do NESOL, organizados pelos eixos e sinalizados no índice abaixo, e depois, com os conteúdos trabalhados pelo GNUSP, que complementa o IV eixo, organizado em um novo índice para facilitar a visualização, seguido dos seus respectivos textos.

Boa leitura e reflexão!

Índice

Eixo I - Contextualização	7
Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas	8
Para além do empreendedorismo.....	13
A organização econômica da Sociedade.....	15
Consumo, Trabalho e Economia Solidária.....	18
Experiência da Bolívia.....	19
Experiência de Cuba.....	21
Experiência da Venezuela.....	23
Material complementar.....	25
A forma do capitalismo funcionar.....	25
Para trabalhadores crescidos.....	27
Eixo II - Introdução à Economia Solidária.....	30
Apresentando a proposta política da cooperativa.....	31
Princípios do Cooperativismo.....	33
A Economia Solidária vai se fazendo na prática.....	34
Crescimento Econômico.....	40
O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	41
O Desenvolvimento na Economia Solidária.....	42
Autogestão na prática.....	43
Comércio Justo e Solidário.....	45
Desenvolvimento Local	46
Material complementar.....	48
Bancos Comunitários.....	48
Eixo III - Atuando na Economia Solidária.....	50
Modelo base sobre como Elaborar Projetos.....	51
Questão Jurídica e a Economia Solidária	60
Material complementar.....	65
A importância do Planejamento.....	65
A questão Política da Educação Popular – Prefácio e Posfácio.....	66
Saberes necessários para a prática da Pedagogia da Autogestão.....	69
Assessoria e Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária.....	71
Fluxo de caixa como instrumento de gestão.....	78
Estudo de viabilidade.....	81
Estudo de viabilidade econômica.....	82
Economia Solidária no Embu das Artes.....	85
Eixo IV - Tecnologias Livres.....	87
Material Complementar.....	88
O encontro entre a Economia Solidária e o Software Livre.....	88
Bibliografia.....	92

Materiais em CD

Eixo I

Letra da Música Negra Li - Mundo Jovem

Apresentação: juventude como construção social

Apresentação: conhecendo o perfil da juventude brasileira

Apresentação: Economia como sistema de organização da produção social

Apresentação: Consumo e juventude

Eixo II

Apresentação: Matrizes da Economia Solidária

Autogestão - os significados de uma prática

Origem e Evolução do Dinheiro

Eixo IV

Apostila Joomla

BrOffice Fórmula

BrOffice Imagens

BrOffice Desenho

BrOffice Texto

Apostila Noções de Hardware e Linux Básico

Eixo I - Contextualização

Este primeiro conteúdo do curso visa desenvolver conceitos e idéias a respeito do Trabalho, focando em questões e desafios relacionados aos participantes do curso, abordando:

- a) a construção de um olhar ao lugar do Trabalho na vida do jovem hoje de modo geral e individualmente, considerando as características específicas do grupo;
- b) o histórico do desenvolvimento das relações de trabalho e da organização da economia;
- c) conceito de juventude; perfil da juventude brasileira; perfil do grupo; educação, cidadania e trabalho; juventude e trabalho: “o que o trabalho representa em minha vida?”.
- d) a economia como um sistema de organização da produção social e seu desenvolvimento histórico; as mudanças no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva: o papel do trabalho hoje; e por fim, algumas experiências de organização econômica alternativa, trazendo os casos de países como Bolívia, Cuba e Venezuela.

Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas¹

Em pesquisa nacional realizada em 1999 pela Fundação Perseu Abramo com jovens residentes em nove regiões metropolitanas, foi possível verificar que no Brasil a condição juvenil não pode ser compreendida apenas da realidade escolar – ou seja, da situação dos jovens como estudantes –, mas deve ser compreendida também a partir do mundo do trabalho. Por essas razões, no Brasil, a transição para a idade adulta não é representada pelo início da vida profissional, como acontece em alguns países desenvolvidos.

TRABALHO

Estavam trabalhando, desempregados ou buscando alguma forma de contato com o mundo do trabalho, 78% dos jovens entrevistados. Ou seja, cerca de quatro em cada cinco jovens brasileiros metropolitanos estavam ligados à esfera do trabalho em novembro de 1999, independentemente de terem completado ou não sua formação escolar.

Para dois terços dos jovens economicamente ativos, o trabalho constituía um complemento de renda familiar. No entanto, outras atribuições de sentido, além da subsistência, apareceram nas respostas. De um lado, a ocupação é vista como meio para a própria formação profissional e para continuidade da educação escolar. De outro, o trabalho também permite a esses jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas como a da sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo (de roupas, aparelhos eletrônicos, entre outros). Assim, a ocupação, mesmo realizada sob condições precárias, aparece revestida de atribuições positivas ligadas à maior independência da família, à autonomia e como condição de prazer. Os resultados mostravam que havia mais jovens satisfeitos (37% muito satisfeitos, 38% um pouco satisfeitos) que insatisfeitos (10% um pouco insatisfeitos, 7% muito insatisfeitos) com a atividade exercida. Por essas razões, quando perguntados sobre seu principal tema de preocupação, a resposta majoritária foi o desemprego, ao lado do problema da violência e, em seguida, a questão das drogas.

VIOLÊNCIA

Quanto à violência e seu crescimento nos últimos anos, sobretudo a partir da disseminação das quadrilhas organizadas em torno do narcotráfico, é preciso ressaltar que os segmentos juvenis da sociedade brasileira, embora apareçam quase sempre como protagonistas, são muito mais vítimas do que responsáveis. Embora a taxa global de mortalidade da população brasileira tenha decrescido de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 573, no ano 2000, o inverso ocorreu com os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos: de 128 passou para 133 por 100 mil no mesmo período. Como afirma Waiselfisz (2002: 25), “a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os ‘novos padrões de mortalidade juvenil’”. Os novos padrões exprimiriam as novas razões da mortalidade juvenil, não mais as doenças e as epidemias infecciosas, como há décadas, mas as denominadas causas externas, principalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

De acordo com o Unicef, cerca de 30 mil adolescentes com menos de 18 anos são privados de liberdade anualmente. A incidência de atos infracionais cometidos por adolescentes é de 8% da soma de delitos praticados por adultos e adolescentes em todo o Brasil.

Na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2000, a taxa de homicídios declarados a cada 100 mil habitantes foi de 54,9. A partir de um estudo realizado com a população juvenil da cidade, Novaes e Mello (2002) verificaram que a rua foi apontada por todos os jovens como o *locus* de maior perigo. Nesse sentido, as autoras constataram que são os jovens pobres os que mais dependem

¹ Fonte: SPÓSITO, Marília Pontes, 2003, p.23-35.

das formas públicas de lazer, entre elas a circulação pelas ruas e praias. Assim, são esses segmentos também os mais penalizados com os índices crescentes de violência, por não ter acesso fácil a formas de lazer que envolvam gastos.

DROGAS

Ao apontar quais seriam os maiores problemas no mundo, os jovens entrevistados pela Fundação Perseu Abramo consideram que a violência é o primeiro, com 52% de menções espontâneas. Aproximadamente 29% dos entrevistados declararam ter visto, pessoalmente, alguém assassinado.

Como terceiro problema, foi mencionado o campo das drogas, revelando proximidade e contato com usuários, embora poucos tenham declarado o hábito de consumo de drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína (13% declararam já ter experimentado a maconha e apenas 5%, *crack* ou cocaína). Embora os jovens apontem as substâncias ilícitas como as mais freqüentes, a pesquisa não tratou do consumo de álcool, que certamente é um grande problema, sendo o agente responsável pela maioria dos óbitos de jovens em acidentes de trânsito.

Dados de pesquisa nacional domiciliar realizada em 2001 nas 107 maiores cidades do País são muito próximos aos obtidos na pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Na faixa etária de 12 a 17 anos, apenas 3,5% declararam ter usado maconha; para aqueles que estavam entre 18 e 24 anos os índices foram de 9,9%. O uso de cocaína ainda é menos freqüente, pois, entre os mais jovens (de 12 a 17 anos), apenas 0,5% confirmaram o uso, e, entre aqueles que estavam na faixa de 18 a 24 anos, os índices estiveram em torno de 3,2% (Carlini, 2001). Vale a pena ressaltar que os dados nacionais coletados considerando a população total mostram que, em relação a outros países, quanto ao uso da maconha, por exemplo, o Brasil esteve próximo da Colômbia e da Alemanha, mas bem abaixo dos Estados Unidos, da Holanda, do Reino Unido, da Espanha e da Dinamarca.

LAZER

Para os jovens metropolitanos sujeitos da pesquisa, o lazer consiste, sobretudo, em sair com os amigos, assistir à televisão e ir a danceterias, bares e restaurantes. A ida a *shopping centers* aparece como a atividade realizada com maior freqüência nas grandes cidades. No entanto, um dado importante da pesquisa realizada com jovens da cidade do Rio de Janeiro indica que, ao declarar o que fizeram no final de semana anterior à pesquisa, 49% afirmaram ter permanecido em sua própria casa vendo televisão, ouvindo rádio ou lendo livros. Para os jovens entrevistados, essa alternativa está longe de ser a forma de lazer ideal para o fim de semana (Novaes e Mello, 2002).

As dificuldades de acesso ao lazer também se observam na pesquisa sobre o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf, 2003). Entre os jovens com 15 a 24 anos, 54% declararam que nunca vão ao cinema e 76% nunca vão ao teatro. Os *shows* parecem ser mais acessíveis aos jovens, uma vez que 71% declaram ir sempre, às vezes ou de vez em quando.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Os jovens pesquisados pela Fundação Perseu Abramo apresentaram-se, em 1999, predominantemente otimistas quanto ao seu futuro pessoal, embora esse otimismo decresça nos segmentos sociais com renda mais baixa.

Acreditavam que, com o esforço pessoal, promoveriam a melhoria das suas condições de vida, reiterando o imaginário liberal em torno da importância do êxito individual. No entanto, naquele período, demonstravam-se mais pessimistas diante do futuro do País. Mas a confiança no futuro pessoal era permeada por certa insegurança, pois, ao examinar a frase "o futuro traz mais dúvidas que certezas", 53% concordaram totalmente e 26%, em parte com a afirmação. Um dado importante, capaz de retratar os modos de vida de jovens moradores de grandes cidades, é manifestado pelos jovens da cidade do Rio de Janeiro: somente 5,4% declararam não ter qualquer

tipo de medo. Apesar da variedade de manifestações desse sentimento (6,8% declararam medo da solidão, por exemplo), a grande maioria localizou-os “na vida, em tempo real”. Novaes e Mello (2002) identificaram dois blocos nítidos do sentimento de medo: “Analisando o conjunto das respostas, podemos dizer que no ‘medo da morte’ se expressam várias características da insegura vida urbana atual e no ‘medo do futuro’ expressam-se, mais uma vez, os sentimentos de uma geração que se defronta com um mercado de trabalho restritivo e mutante”.

POLÍTICA

A pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo observou uma situação intermediária entre os jovens: não há uma adesão irrestrita às formas tradicionais de participação, mas também não há nenhum grau absoluto de desinteresse.

Nos assuntos de maior motivação para a discussão, a política apareceu em sétimo lugar. A crítica à política parece estar mais radicada nos atores que no processo político *stricto sensu*. No entanto, os temas sociais sempre apareceram com muita frequência no campo de interesses dos jovens, particularmente o desemprego, a educação, o racismo, a cultura e as questões ligadas ao meio ambiente.

As formas tradicionais de participação no sistema escolar – como o movimento estudantil – são muito pouco mobilizadoras, pois apenas 4% dos que estudavam participavam ativamente de agremiações estudantis. Entre os jovens que trabalhavam, só 3% mantinham algum vínculo com o sindicatos. Isso não só significa uma resistência a esse tipo de participação, mas é expressão também dos baixos índices de empregos formais atingidos pela esfera de ação dos sindicatos.

CULTURA

No Brasil, a emergência de movimentos culturais tem sido objeto de investigação, desde final dos anos 1980, com o arrefecimento das formas tradicionais de militância juvenil. Os principais estudos realizados até agora indicam que a diversidade de formas de manifestação – estilos musicais variados, do *rock* ao *rap*, passando pelos ritmos de origem africana e pelo *funk*, a dança, as artes plásticas, o teatro, os esportes, entre outros – não impede, no entanto, a identificação de alguns traços comuns: o desenvolvimento da auto-estima e de atribuições positivas no processo de construção da identidade; a mobilização para uma presença diferenciada nos espaços públicos; o estímulo às formas coletivas de ação e de solidariedade no âmbito de sociabilidades fragmentadas e desagregadoras; o surgimento de conflitos sociais em torno dos direitos da população jovem e de políticas públicas voltadas para esse segmento.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os jovens metropolitanos também investigou outras formas de participação e, mesmo não atingindo a maioria dos jovens, elas são bastante frequentes: 22% afirmaram ter algum tipo de participação em grupos próximos do local onde, sendo preferidos os grupos religiosos, seguidos pelos grupos musicais.

EXCLUSÃO

Finalizando esse perfil, é preciso admitir que os processos de exclusão que afetam os jovens brasileiros são múltiplos e precisam ser considerados em sua complexidade. O próprio termo “exclusão” passa a ser tratado, na acepção de Castel, como um *mot valise*, que pode designar situações e processos sociais de natureza diversa (...). As novas desigualdades no País se sobrepõem aos processos mais arcaicos ainda não superados, que caracterizariam a velha exclusão social. Definida pela baixa escolaridade, pela privação absoluta e pela falta de acesso a terra, a velha exclusão convive com os fenômenos da nova exclusão social, radicada nas periferias dos centros urbanos. As novas desigualdades seriam decorrentes do desemprego por longos períodos ou da falta de acesso ao trabalho, em decorrência da maior elevação da escolaridade e da formação profissional. Assim, a nova desigualdade ocorre em situações de ausência de mobilidade social ascendente, atingindo, sobretudo, os jovens das cidades (Martins, 1997; Pochmann, 2003A: 33).

Nesse sentido, apesar de alterações importantes nos últimos anos, as desigualdades entre os sexos persistem, principalmente no mercado de trabalho, mesmo com a elevação da escolaridade do grupo de mulheres jovens. Os efeitos da discriminação e do preconceito racial que afetam a população negra no País são visíveis entre os jovens, exprimindo mais uma das faces da desigualdade, que se sobrepõem e são acentuadas ainda mais pela diversidade de desenvolvimento das várias regiões brasileiras.

As formas de exclusão social – antigas e novas – convivem, mesmo que de modo contraditório com mecanismos de inclusão cultural, apesar de precária e subordinada, por meio do acesso ao consumo, às informações e aos conteúdos da indústria cultural de massa.

No entanto, a tradição reflexiva latino-americana precisa ser recuperada, pois, como afirma Martins (1997), ao tratar a exclusão como resultado único da sociedade atual, o “pensamento social eliminaria a possibilidade de considerar que o mesmo processo excludente gera e põe em movimento a interpretação e a crítica da vítima”. Ou seja, trata-se de um processo que nasce no interior de um conflito e pressupõe a possibilidade de a vítima – o excluído, e, nesse caso, podem-se incluir parcelas importantes dos jovens brasileiros – tornar-se sujeito de práticas que a contestem.

Essas questões são extremamente importantes para qualquer análise sobre os jovens no Brasil, pois esses segmentos têm manifestado novas capacidades de ação e de crítica ao modelo social atual, mesmo vivendo em situação excludente.

Dados complementares

Apesar de a previsão geral do ECA ter o limite de idade aos 18 anos, existe a excepcionalidade de extensão de medidas sócio-educativas até aos 21 anos, no caso de doenças mentais e práticas de atos infracionais. Neste caso, reforça-se o argumento de que existe uma população juvenil à margem das políticas, a não ser quando se trata da restrição da liberdade.

A pesquisa compreendeu as seguintes regiões metropolitanas:

Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Distrito Federal (DF), correspondendo a um universo de nove milhões de jovens entre 15 e 24 anos aproximadamente. Foram realizadas 1.806 entrevistas pessoais e domiciliares estratificadas de acordo com os dados da Contagem Populacional do IBGE de 1996.

Os programas federais

Dos 33 programas lançados pelo governo federal entre 1994 e 2002, 18 eram específicos para o segmento juvenil, 10 atingiam outras faixas etárias (crianças e jovens ou jovens e adultos) e 5 atingiam incidentalmente os jovens. No conjunto, 30 foram de iniciativa estritamente governamental e 3 abrangiam propostas da Comunidade Solidária, órgão de ação social coordenada pela primeira-dama Ruth Cardoso. Os 30 programas estritamente governamentais estavam distribuídos da seguinte maneira:

- 5 se localizavam no Ministério da Educação;
- 6 no Ministério de Esporte e Turismo;
- 6 no Ministério da Justiça;
- 1 no Ministério de Desenvolvimento Agrário;
- 1 no Ministério da Saúde;
- 2 no Ministério de Trabalho e Emprego;
- 3 no Ministério de Previdência e Assistência Social;
- 2 no Ministério de Ciência e Tecnologia;

- 2 no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- 1 no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada);
- 1 de caráter interministerial, especificamente voltado para a integração das ações de 11 projetos/programas focados em jovens, no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação), que não chegou a evidenciar seu impacto.

CONCLUSÃO

Tratando-se de um país com enormes desigualdades sociais e, por isso mesmo, portador de uma complexa articulação de atores e de uma inevitável diversidade da experiência juvenil, torna-se importante tratar dos processos de exclusão dos jovens e das eventuais ações de inclusão também de forma cautelosa. O Brasil ainda precisa retomar seu caminho para um desenvolvimento em momentos adversos e de crises profundas do capitalismo contemporâneo.

As políticas sociais universais ainda precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria condição juvenil. Para muitos, trata-se do direito de usufruir direitos que assegurem a todos os jovens o acesso aos bens culturais, à educação, ao trabalho e ao tempo livre (lazer e práticas esportivas). Assim como nos anos 1980 se examinou no Brasil o enorme contingente de crianças sem o direito à infância, há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do País, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos que lhes permitam viver com dignidade, exercitar possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida.

Assim, para além dos possíveis benefícios esperados dos programas de inclusão, é preciso reconstituir os pressupostos que os sustentam e verificar se, apesar do discurso da inclusão, não se reitera a velha fórmula da tutela e controle dos segmentos juvenis para evitar aquilo que se considera como efeito deletério² de suas práticas: a revolta e a insubmissão diante de uma sociedade desigual e excludente. Trata-se de criar uma vontade política clara para dar visibilidade ao tema dos jovens como sujeitos de direitos e atores capazes de ação e de participação não tutelada na esfera pública.

Além dos desafios que a esfera federal comporta na formulação de um plano de desenvolvimento social com uma clara vocação de estabelecimento de justiça social, é preciso verificar que projetos e ações permitirão a execução de mecanismos de fortalecimento de uma esfera pública democrática e pluralista. Na confluência do processo de desenvolvimento social e da experiência democrática participativa e aberta aos conflitos, situam-se os jovens como **sujeitos de direitos**.

² deletério *adj* (*gr deletérios*) **1** Que corrompe, que destrói. **2** Nocivo à saúde. **3** Danoso, desmoralizador. *Antôn* (acepção 2): *salubre*.

Para além do empreendedorismo³

Há um discurso ideologicamente orientado que coloca o empreendedorismo como uma solução para o problema do desemprego juvenil. Num sistema (capitalista) onde o emprego formal, a carteira assinada, se tornou uma “miragem” inatingível para a maioria dos jovens, o discurso neoliberal (o mesmo partidário da flexibilização e da desregulamentação) propaga o empreendedorismo como uma qualidade fundamental a ser cultivada entre os jovens e, ao mesmo tempo, uma forma de inserção no mundo do trabalho através do chamado autoemprego, ou seja a abertura de um negócio ou empreendimento próprio. Apesar do que o próprio SEBRAE, o órgão ao qual o Governo Federal tem confiado a tarefa de formar os jovens ao empreendedorismo e, ao mesmo tempo, de assessorar a criação de microempreendimentos, divulga números que são muito pouco animadores sobre o sucesso no mercado e a vitalidade desses empreendimentos (ou seja, que somente 5% por ano dos empreendimentos conseguem se manter no mercado, enquanto o resto é destinado à falência), os programas desenvolvidos por muitas entidades miram a estimular a criação pelos jovens de um negócio próprio (por meio de cursos de capacitação para produção e gestão em diferentes áreas da economia, que vão do artesanato, à produção agrícola, aos serviços em âmbito cultural etc.). Muitos jovens que concluíram esses cursos e não conseguiram montar seu empreendimento sentem recair a responsabilidade pelo fracasso nos seus ombros: não consegui porque não fui um bom empreendedor. No âmbito da ideologia neoliberal essa inversão de responsabilidades é comum: assim, os pobres (e especificamente os jovens, “o futuro da nação”) são os principais responsáveis pela solução de seus problemas. São eles que devem arregaçar as mangas e trabalhar para enfrentar os problemas provocados pelas receitas neoliberais promovidas pelo FMI e o Banco Mundial: a concentração de renda, o aumento da desigualdade econômica, social e cultural, a exclusão, o desemprego etc. É a idéia de Estado mínimo aplicada ao âmbito econômico e social.

Se admitimos que somente uma parcela mínima de empreendimentos tem espaço no sistema econômico, assim como ele está organizado atualmente, deveríamos por consequência admitir que não basta estimular o espírito empreendedor, estimular a criação de empreendimentos para que eles se tornem uma alternativa eficaz ao problema do desemprego e à busca pela geração de renda. Pelo menos, o estímulo ao empreendedorismo deveria ser acompanhado por outras medidas que intervenham na forma como o mercado e o trabalho estão organizados.

Muitas vezes me parece que o termo empreendedorismo poderia ser tranquilamente substituído, no discurso, por “capacidade de iniciativa”. Ou seja, o moderno espírito empreendedor não seria outra coisa do que a antiga atitude a ter iniciativa, qualidade de fato bastante importante para encontrar um lugar no mundo e bastante deficitária, sobretudo, entre os jovens e especificamente aqui no Nordeste onde a dispersão, o andar “devagar quase parando” característicos de uma geração, se juntam à uma atitude típica de esperar que o outro (que sejam os poderosos locais, os governos, os chefes e até Deus) resolva os problemas. Concordo com a necessidade de superar uma visão fatalista e conformista frente à vida. Mas me incomoda essa necessidade de importar um termo do âmbito empresarial, para nomear uma qualidade, uma atitude tão antiga e fundamental para a construção dos sujeitos.

Acredito que o Estado deve promover políticas públicas que garantam a todos os cidadãos viver em condições dignas. Dentre essas condições, é central a possibilidade de se inserir no mundo do trabalho e gerar a própria renda. As medidas em âmbito econômico são fundamentais para encontrar novas formas de organização e regulamentação da economia, assim como novas formas de organização do trabalho. Junto com uma “atitude empreendedora” é preciso mexer nas formas de organização do trabalho, para garantir o direito ao trabalho em particular entre os jovens. Vou citar algumas medidas que considero centrais e possíveis de ser alcançadas no âmbito dos nossos governos:

a) a reforma da lei que regulamenta a criação de cooperativas (desburocratização, diminuição da

³ Fonte: Livia de Tommasi, Rede Juventudes – Recife. Disponível no site: <http://www.consorciodajuventuderj.org.br/artigos.asp?id=369>

exigência mínima de 20 membros para a criação de uma cooperativa etc.)

b) regulamentação específica para a criação de cooperativas na área dos serviços sociais. Há no Brasil uma quantidade de demandas por serviços em área social e cultural (gestão de bibliotecas públicas, implantação de creches, atendimento aos deficientes, acompanhamento para os idosos, só para citar alguns desses serviços) que poderiam ser atendidas por cooperativas de jovens formadas para esse fim (faço referência aqui a uma lei para o estímulo ao primeiro emprego juvenil através da formação de cooperativas sociais que foi criada na Itália em 1977, a Lei 285). Alguns desses serviços estão hoje quase completamente descobertos; outros estão sendo realizados através do estabelecimento de convênios entre o setor público e o chamado “terceiro setor”. A criação de cooperativas sociais por parte dos jovens me parece responder ao interesse que muitos jovens expressam por trabalhar sem patrão, com relações horizontais, organizar atividades com seu grupo de pares, em particular no âmbito de serviços culturais, sociais, artísticos, esportivos (as periferias das cidades estão cheias de iniciativas nesse sentido, de grupos que realizam ações nessas áreas, mas que esbarram numa quantidade de exigências burocráticas quando tentam se legalizar para poder ter acesso a financiamentos públicos).

c) ampliar a oferta pública de serviços na área social e cultural, por meio de investimentos consideráveis (inclusive em termos orçamentários) por parte do setor público.

d) reformar a Lei que regulamente o mercado das licitações públicas, favorecendo que os pequenos empreendimentos da economia solidária vendam seus produtos nesse âmbito.

Com certeza, há muito mais a ser feito. Citar essas medidas tem a finalidade de ilustrar praticamente a necessidade de acompanhar o estímulo ao empreendedorismo de outras medidas, políticas e econômicas, sem as quais os apelos ao empreendedorismo viram meramente ideológicos e retóricos.

A organização econômica da Sociedade⁴

Sabemos que ao longo da história da humanidade, as sociedades se organizaram de diversas formas. Essas formas, principalmente na Europa e na Ásia, têm forte influência no desenvolvimento da sociedade que vivemos atualmente, como veremos a seguir.

Em um primeiro momento, tínhamos sociedades nômades, que viviam da coleta de alimentos e caça de animais para sua alimentação. Ou seja, na medida em que os recursos se tornavam escassos, as pessoas saíam em busca de um novo local para se instalarem, onde houvesse abundância de recursos.

As sociedades começaram a se fixar numa determinada região na medida em que foram aprendendo a cultivar alimentos e domesticar animais. Esse momento é conhecido como Revolução Agrícola e aconteceu cerca de 9.000 e 7.000 anos Antes de Cristo, nas regiões da Síria e Mesopotâmia (posteriormente desenvolvida na Ásia, Europa, África Tropical e por último na América há cerca de 4500 anos). A partir desse período, inicia-se o surgimento de vilas e cidades, e uma parcela da população mudou seu estilo de vida, passando de nômades coletores a sedentários. As primeiras formas de comercialização, ainda rudimentares, também datam dessa época e se tornaram possíveis graças ao desenvolvimento agrícola e à produção de excedente. Em geral, eram trocas entre as comunidades, mas este foi o embrião do surgimento de indivíduos especializados na atividade comercial.

A fixação das sociedades nas terras aliada à produção de bens para a sobrevivência não foi, no entanto, um período tranquilo. Ao contrário, este foi um período de inúmeras guerras por motivações econômicas ou religiosas, o que impulsionou a organização em feudos. Os Feudos eram grandes porções de terra pertencentes a um nobre que mantinha toda uma “micro-sociedade”.

Os nobres donos de feudo eram chamados Senhores Feudais. Eram responsáveis pelo bom funcionamento do feudo e pela proteção de todos que vivessem em suas terras. Os nobres que viviam nos feudos formavam uma espécie de exército do Senhor Feudal e os camponeses eram os responsáveis pelo cultivo de alimentos. A permanência deles nas terras do Senhor Feudal era condicionada à entrega de parte da colheita, por sua vez cada vez maior graças à crescente evolução da técnica agrícola. Esse excedente alimentava a nobreza e possibilitava a troca por bens não produzidos nos feudos que eram trazidos por pequenos mercadores ou estavam disponíveis nos centros urbanos que se desenvolveram principalmente após o século XI na Europa.

A relação entre os feudos e os centros urbanos (que eram chamados “burgos”) foi tornando a sociedade da época progressivamente mais complexa: havia uma forte organização na área rural voltada para a produção de alimentos e uma produção de outros bens necessários à sobrevivência, como roupas, sapatos, utensílios domésticos, entre outros. O surgimento dos burgos atraiu camponeses para a cidade, criando as bases para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O primeiro passo foi o período chamado mercantilismo, a partir do século XV. Esse é um período considerado como transição entre o feudalismo e o capitalismo. As bases desse período estão na evolução da atividade comercial, em que o uso regular da moeda (em princípio um facilitador para a realização das trocas) foi restabelecido. Outro fator foi a crescente concentração de poder dos reis (suseranos da nobreza) e o conseqüente surgimento dos Estados, ou seja, a noção de que havia um país, com um rei, fronteiras a serem defendidas e a necessidade de geração de riqueza para o povo desse país.

⁴ Elaborado por Maíra Rocha e Thaís Mascarenhas (Equipe NESOL-USP)

A noção de riqueza no mercantilismo era baseada na quantidade de ouro e prata acumulada pelo país. O cenário era de uma “guerra” entre os Estados pelas reservas de ouro e prata, pois estamos tratando de bens finitos. Para isso, os países buscavam meios de sempre exportar mais do que importar. Para aumentar essas reservas, algumas medidas eram adotadas pelos Estados como o incentivo à manufatura (pois os produtos manufaturados têm mais valor agregado) e o domínio de países com reservas de ouro e prata e/ou com mercado consumidor para os produtos manufaturados (colonização).

Essa noção de riqueza começa a ser posta em questão por Adam Smith, no século XVIII. Ele argumentava que as sociedades que tinham muito ouro e prata não eram mais prósperas por conta disso. O foco para uma sociedade próspera não deveria ser o comércio, mas a produção de bens e a ampliação do consumo. Era fundamental a divisão do trabalho em atividades específicas e a especialização dos trabalhadores nessas atividades. Portanto, cada pessoa deveria trabalhar naquilo que faz de melhor. Assim, a sociedade toda teria sua produção de bens ampliada e recursos suficientes para adquirir esses bens. Ou seja, haveria uma tendência natural ao equilíbrio entre produção e consumo, independente de intervenção governamental.

A idéia de uma sociedade que produz bens em quantidade suficiente para todos foi impulsionada pela Revolução Industrial, um processo que transformou consideravelmente a forma de produção de bens e a organização das sociedades. Nesse período, foram inventadas as máquinas movidas a vapor, que possibilitava a produção de grandes quantidades de produtos, muito maiores do que cada trabalhador poderia produzir com suas mãos e ferramentas.

A Revolução Industrial teve início no século XVIII e algumas de suas características foram e são determinantes para o desenvolvimento do capitalismo, como veremos a seguir:

- **Propriedade privada dos meios de produção:** a instalação de uma unidade industrial é um processo dispendioso e, já nesse período, eram poucos os que tinham condições de arcar com tamanho investimento. O dono do capital, o capitalista, era uma peça fundamental para a construção das indústrias que, em contrapartida, eram sua propriedade privada.

- **Trabalho assalariado:** Para produzir, apesar das máquinas, o capitalista necessita de mão-de-obra. A idéia de um trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca de salário também data dessa época.

- **Objetivo de lucro:** O motivo central do processo produtivo passou a ser a geração de valor, ou seja, na medida em que transformo uma matéria-prima em um produto acabado, esse produto deve ser vendido por um valor maior que cubra os custos de produção e deixe uma margem. No sistema capitalista, essa margem é apropriada pelo dono dos meios de produção (o capitalista) como recompensa pelo seu investimento. A essa margem, damos o nome de lucro.

Ao contrário do período mercantilista, em que o Estado tinha um papel fundamental na manutenção da balança comercial (o país continuar vendendo mais do que comprando e acumulando riqueza) e no incentivo à manufatura, são adotadas políticas econômicas liberais. Estas são derivadas da idéia de Smith que apontava para uma tendência natural ao equilíbrio. A economia passa a ser baseada na idéia da liberdade para produção e consumo, em que cada um estaria alocado na função que melhor desempenha, produzindo o melhor produto e podendo consumir o que de melhor o mercado oferecesse.

Nos últimos dois séculos, o capitalismo vem se desenvolvendo e se adaptando às mudanças que ocorreram na sociedade. Desde o início do capitalismo, também, ocorreram diversos movimentos e levantes contra a exploração do trabalho que são inerentes ao sistema, como veremos mais para frente. Contudo, a partir de 1929, quando ocorreu nos Estados Unidos a primeira crise de superprodução, as fragilidades desse sistema começam a se tornar mais evidentes e a efetividade das estratégias para superação das crises dentro desse sistema volta a ser alvo de debate em alguns setores da sociedade como, por exemplo, o movimento da Economia Solidária.

Vocês conhecem essas palavras?	
nômade	
recursos	
escassos	
abundância	
Antes de Cristo (conceito)	
sedentários	
rudimentares	
embrião	
excedente	
bens	
modo de produção capitalista	
moeda	
suserano	
Estado	
finitos	
matéria-prima	
filosofia	
inerente	
reservas	
importar	
exportar	
força de trabalho	

Consumo, Trabalho e Economia Solidária⁵

Na primeira abordagem sobre trabalho e economia solidária refletimos inicialmente sobre o papel do consumo na nossa sociedade. Um olhar mais atento para o consumo mostra sua interferência na sociedade, que ele não é apenas um ato imediato e restrito ao que compramos e ao que está na moda. Nosso consumo é um ato de escolha, de incentivo, de possibilidades de intervir (in)diretamente no mundo em que vivemos. Este olhar mais crítico e reflexivo dos nossos atos auxilia a perceber que fazemos parte da construção e reprodução de nossa sociedade.

O vídeo “A História das coisas” auxilia neste entendimento e pode ser visto através do link:

<http://video.google.com/videoplay?docid=-3412294239230716755&hl=en#>

Além do consumo, é no trabalho que os homens também interferem diretamente no mundo, exercendo atividades propositais e planejadas, ou seja, pensadas e exercidas por cada pessoa e que buscam refletir seu ser e seus desejos. Como foi possível observar nos textos acima, as sociedades podem se organizar de diversas formas, e isso influi no modo como o homem exerce seu trabalho. Na sociedade contemporânea estamos mais acostumados com o trabalho assalariado, aonde os homens vendem sua força de trabalho em troca de salários. Nessa forma de exercer o trabalho, o trabalhador não tem o domínio daquilo que é seu trabalho, sem decidir sobre aquilo que faz, nem sobre o destino daquilo que produz. O fruto do trabalho é apropriado por outra pessoa, pelo dono da empresa e das máquinas (do capital). O que deveria ser o resultado e fruto da ação humana, um reconhecimento da capacidade de cada homem, a partir da definição do que é trabalho, acaba se tornando algo ruim e sofrido quando submetido ao sistema do capital. O trabalhador não se reconhece naquilo que faz, e o que ele faz não lhe pertence. Assim, o trabalho deixa de ter significado e passa a oprimir o trabalhador. É o que se chama de alienação.

Mas esta não é a única forma de exercer trabalho, o crescimento da Economia Solidária retoma uma outra forma de organização para o trabalho. Outro vídeo também foi utilizado em aula, agora para uma compreensão preliminar sobre o que é a economia solidária, “Outra Economia Acontece – documentário” no link:

[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimento_campanha_material_videos.](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimento_campanha_material_videos)

asp

⁵ Elaborado por Ligia Bensadon e Maíra Rocha (Equipe NESOL-USP)

Experiência da Bolívia⁶

A Bolívia, assim como os demais países da América do Sul, sofreu com o processo da colonização, que buscava a exploração econômica de suas riquezas pelos colonizadores, no caso os espanhóis durante os anos de 1535 a 1825. Esse processo gerou não apenas a saída dos recursos minerais, como ouro e prata, do país; mas trouxe também toda uma nova cultura e práticas sociais para esse território. Diversas culturas indígenas que viviam há muitos anos naquela região foram exterminadas, o trabalho escravo foi uma imposição dos colonizadores e seus descendentes; assim como a religião católica pelos jesuítas.

Algumas revoltas contra esse sistema surgiram à tona. Em 1781, um líder indígena da etnia aymara, Tupac Katari, organizou um levante contra a exploração espanhola, mas que não tardou para ser dizimado.

A Bolívia também foi palco de disputas territoriais junto aos seus vizinhos, aonde perdeu grandes parcelas de seu território. Após a independência do país, em 1835, diversos governos oligárquicos (ou seja, um pequeno grupo de pessoas de poder dominante), mantiveram-se no poder, privilegiando sua própria classe social, sem distribuir as riquezas e promover políticas para toda a população de descendência indígena.

Com atividades econômicas pouco complexas, isso porque a produção do país era apenas de produtos para alimentação própria da população, como batata, cevada, quinua, milho, arroz, ovinos e llhamas (ou seja, uma economia de subsistência) e com uma forte crise econômica gerando inflação (ou seja, aumento no nível de preços com a perda de valor da moeda)

Na década de 1980 a Bolívia segue a receita neoliberal imposta pelos países de economia dominante. Ocorrem privatizações de serviços que antes eram públicos, endividamento externo junto a bancos internacionais e pouca participação popular. O acesso a recursos básicos que antes eram disponíveis para a população ficaram disponíveis apenas para quem tinha dinheiro e seu controle junto a empresas privadas.

Uma grande instabilidade social ocorreu desde o ano 2000; a insatisfação popular tomou as ruas, a população de descendência indígena mostrou seu poder ao sair às ruas para buscar uma mudança no país.

Nesse cenário, como exemplo do protagonismo de sua população e dos movimentos sociais, a própria população, acostumada a ausência de Estado e de governo, organizou seu abastecimento hídrico, construindo coletivamente os dutos de água e a rede de abastecimento em algumas cidades bolivianas através de comitês e associações.

Em 2006 uma organização de movimentos sociais e populares cria o MAS (Movimento ao Socialismo) que por eleições consegue a vitória de Evo Morales como presidente, primeiro descendente indígena na presidência.

Esse governo, que em 2009 obteve sua reeleição, iniciou mudanças e apoiou ações populares que já estavam em curso no país.

Assim que assumiu o governo, Evo nacionalizou a maior empresa do país, a YPFB de extração de hidrocarbonetos, antes privatizada. A YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) é hoje uma empresa estatal no setor de hidrocarbonetos que fornece recursos financeiros para as mudanças sociais e econômicas realizadas pelo Estado junto com a população. Se antes apenas 25% dos lucros da empresa ficavam no país, hoje isso gira em torno de 70%, que são redistribuídos no país. No decorrer desse governo diversas empresas foram nacionalizadas, políticas foram iniciadas para acabar com o analfabetismo e incluir a alfabetização também em

⁶ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

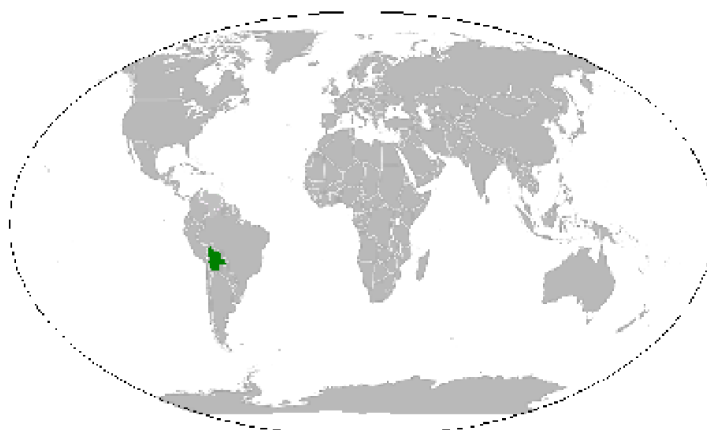
Línguas indígenas e não apenas em espanhol.

Outra ação com o atual governo foi criar um Estado Plurinacional Comunitário, ou seja, um reconhecimento das diversas culturas e comunidades que existem no país, antes negadas pelos governos antecessores e pela colonização. O Estado Plurinacional objetiva promover o desenvolvimento democrático, equilibrado e integral do país, com a sociedade civil participando do desenho, execução e fiscalização das políticas públicas. Outra ação realizada foi da Autonomia Indígena Originária Campesina, a possibilidade das regiões terem um auto-governo relativo a reorganização do território, gestão de recursos e riquezas. Nessa questão, em decisão no Senado, foi aprovada uma reforma agrária que expropria terras ociosas e coloca um limite para o tamanho das terras privadas. Essas idéias vêm também da cultura indígena presente no país, um olhar não apenas para os homens e seus bens materiais, mas para a natureza, o meio ambiente e o equilíbrio dos ciclos da vida, a referência para a Pachamama ou Mãe Terra.

Em sua política externa, a Bolívia mantém projetos de cooperação com países, como Cuba, para atendimento médico e hospitalar. Projetos de cooperação maiores foram iniciados através da ALBA, uma espécie de Mercosul, mas com princípios orientadores pela afinidade política entre os países parceiros, como com a Venezuela, para ajuda mútua.

Um dos desafios desse atual governo, reeleito em primeiro turno com 63% dos votos, é dar continuidade as ações e manter a oposição e os opositores, maioria de descendência branca e com forte racismo contra a população indígena, sob controle. A oposição, no primeiro mandato do atual governo, realizou levantes separatistas, ou seja, protestos e ações para criar um outro território independente do governo de Evo.

Localização da Bolívia:



Experiência de Cuba⁷

País localizado no Mar do Caribe, Cuba, assim como outros países da América Central e do Sul, sofreu com o processo da colonização, que buscava a exploração econômica de suas riquezas pelos colonizadores, no caso os espanhóis, durante os anos de 1511 a 1898. Com a colonização, a economia agrícola de monocultura foi desenvolvida, principalmente com a produção para exportação de cana-de-açúcar e tabaco; que dizimou a cultura indígena ancestral e inseriu a mão-de-obra escrava vinda da África. Devido a pressão das rebeliões de escravos e também as tentativas norte-americanas de ocupar a ilha, a escravidão foi abolida em 1880, após uma guerra que durou 10 anos.

Outra guerra entre espanhóis e norte-americanos pelo domínio da ilha, forneceu vitória aos EUA, que passam a dominar a economia e a política cubana, sem que o país tivesse sua autonomia por muitos anos, esse período pode ser chamado de neo-colonial, devido ao domínio imperialista dos EUA, interessado na exploração econômica e estratégica da ilha.

Em meio a uma crise econômica, no período da I Guerra Mundial, a população protesta contra os EUA; o que faz o governo reagir impondo uma ditadura. Em 1934 o sargento Batista é o homem do poder, contando com apoio dos EUA, manteve-se controlando o país por muitos anos através de forte dominação e corrupção.

Mas logo houve a reação da população frente as más condições de vida no país e a desigualdade. Após algumas tentativas de rebelião, a união entre a oposição intelectual e a população camponesa teve efeito. A guerrilha liderada por Fidel Castro, Raúl Castro e Che Guevara formou um grupo armado com apoio da população local, insatisfeita com o atual governo. Outras resistências urbanas também fizeram com que uma guerra civil crescesse e com que o sargento Batista fugisse do país; iniciando uma nova política em Cuba ou a chamada revolução cubana socialista, iniciada em 1959.

Uma das primeiras medidas dessa revolução, ao tomar o poder político, foi de realizar um planejamento que pudesse redistribuir a riqueza e o poder de forma democrática, acabando com a divisão de classes na sociedade, ou seja, entre quem possui capital e quem não possui capital. De imediato a reforma agrária foi iniciada, já que 40% das terras eram de posse dos norte-americanos; transformando a propriedade da terra de todo o povo. Além disso, refinarias de açúcar e petróleo foram nacionalizadas. A proposta era que a revolução fosse “dos humildes, pelos humildes e para os humildes” (FERNANDES, 2007); iniciada a partir de cima, ou seja, dos revolucionários no poder do Estado, contando com apoio da população para socializar a sociedade.

O governo nacionaliza o comércio privado, o que gera forte emigração da classe média. Fortes investimentos ocorrem na área da saúde, educação e cinema, destacando o país internacionalmente nestas áreas e obtendo um dos melhores índices em áreas de mortalidade infantil e analfabetismo na América Latina. Cuba acaba com seu desemprego, organizando trabalho para todos; passa também a garantir um mínimo de bem-estar e segurança social à todos os seus cidadãos, ou seja, um padrão mínimo de vida é universalizado, por exemplo: o pão, o leite, ovos e a carne é distribuído gratuitamente pelo Estado, com uma cota de acordo com as necessidades de cada família; assim como passa-se a garantir a gratuidade da escola e do acesso médico e hospitalar a toda sociedade. Ou seja, em Cuba ocorre o planejamento central, o governo decide o que vai ser produzido e aloca as pessoas nos trabalhos que considera necessários. Além de subsidiar os alimentos, a educação e a saúde.

A volta aos estudos passou a ter mais incentivo e é reformulada, associando estudo a trabalho, bem como transmitindo na escola a cultura da responsabilidade coletiva e da socialização.

⁷ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

A revolução cubana passou por muitos estágios até conseguir garantir uma vida digna mínima aos cubanos. Sua população esteve engajada nesta conquista, dentre muitos conflitos, dificuldades e limitações; isso porque modificar totalmente a estrutura social de uma sociedade, passando de uma situação de desigualdade e pobreza; para a busca da igualdade e da justiça, na construção de uma nova sociedade organizada por um Estado, contém muitas dificuldades e barreiras externas e internas ao país.

Os impactos da revolução tiveram efeitos também nas rotinas de trabalho das pessoas e das fábricas. Das empresas são eleitos representantes para serem membros do partido governante, como disse um trabalhador: “Quem aspire a ser dirigente tem que poder confrontar-se, ou melhor dito, expor-se ao verídico das massas e ter confiança de que foi eleito dirigente ou proposto como dirigente porque é melhor entre os bons, por seu trabalho, seu espírito de sacrifício, sua constante atividade de vanguarda em todas as lutas que o proletariado deve realizar cotidianamente para a construção do socialismo” (FERNANDES, 2007, p. 272)

Em oposição às políticas iniciadas, os EUA decretam um embargo comercial, ou seja, um obstáculo para o comércio exterior com Cuba. O regime de orientação socialista, liderado por Fidel Castro, ou denominado regime castrista, teve apoio da URSS em meio a Guerra Fria (período caracterizado pela disputa política, econômica e ideológica entre EUA - capitalistas e URSS - socialista, atual Rússia – após a II Guerra Mundial) com parcerias comerciais e ajuda financeira. Fidel Castro passa, com os anos, a deter mais poder no país e se isola dos demais países socialistas, estes que iniciam mudanças para abertura ao sistema capitalista, nos anos de 1980. As relações de Cuba com os EUA ficam cada vez mais tensas e distantes; apesar da proximidade física. Os embargos dos EUA prejudicam o país, impossibilitado de manter relações comerciais exteriores e sendo forçado a encontrar soluções próprias para suas necessidades.

A produção do açúcar ainda permaneceu como o principal produto produzido e exportado pelo país, embora o Estado buscasse desenvolver outras atividades econômicas e industriais. Atualmente, o turismo é um dos setores que mais tem destaque enquanto atividade econômica do país.

Localização de Cuba:



Experiência da Venezuela⁸

País localizado entre a Colômbia e a Guiana, a Venezuela sofreu com o processo da colonização, que buscava a exploração econômica de suas riquezas pelos colonizadores, no caso os espanhóis, durante os anos de 1500 a 1819. Com a colonização, a economia agrícola de monocultura foi desenvolvida, principalmente com a produção para exportação de cacau e café; que dizimou a cultura indígena ancestral e inseriu a mão-de-obra escrava vinda da África. A independência do país, em 1819, contou com a luta de Simón Bolívar, que era contra o uso de escravos e também lutou para a independência da Bolívia e de outros países latino-americanos. Após a independência do país, o governo foi controlado por grandes proprietários rurais que buscavam apenas beneficiar-se com o uso do poder do Estado; sendo depois substituídos por diversos ditadores e generais que controlavam o país e se beneficiavam das riquezas existentes do petróleo; sem desenvolver as bases econômicas do país e distribuir suas riquezas. O resultado foi a construção de um país extremamente dependente da renda petroleira, com baixa produção nacional de alimentos e bens de consumo geral e uma imensa parcela da população envolvida apenas em atividades de comércio, formal e informal.

A democracia chega ao país em 1958, em meio a uma forte crise econômica, já que ocorre queda no preço mundial do petróleo, o principal produto produzido e exportado pelo país. Para combater esta crise e em meio a grandes protestos populares de insatisfação, o governo adota medidas vindas de bancos internacionais, endividando-se e privatizando as riquezas do país junto a empresas estrangeiras, adotando o chamado neoliberalismo. As manifestações populares continuam no país, frente a precária situação social e econômica que vivia a maioria da população, e contra as medidas tomadas pelo governo para combater a crise. Um quadro de instabilidade econômica e disputas políticas marcam a cena do país.

Nas eleições de 1999, Hugo Chávez é eleito presidente. Em seu governo formulou o Projeto Nacional Simón Bolívar para construção do socialismo, visando acabar com as desigualdades do país, e iniciar uma nova forma de organização da sociedade e sua relação com a produção.

Enquanto estratégias e políticas do projeto proposto tem-se: Transformar a sociedade material e espiritualmente, resgatando os valores de solidariedade humana; o cidadão como parte do Estado e co-responsável pela vida pública; Justiça e equidade e superar a ética do capital.

Seu governo iniciou o uso dos recursos obtidos com o petróleo, pela companhia estatal PDVSA, para financiar programas sociais e a reorganização da produção no país. Diversos postos de trabalho cooperativos são incentivados, bem como empresas antes privatizadas foram nacionalizadas, algumas das quais foram entregues para a gestão dos trabalhadores. É importante ressaltar a dependência do país com a exportação do petróleo, que corresponde a 70% das exportações; principal fonte dos investimentos estatais.

Se em 1998, de cada 100 pessoas 50 estavam em condição de pobreza, esse número chegou a 33 em 2007, enquanto a pobreza extrema caiu para 9,5%, quando na década de 1990 chegou a 42%. Esse resultado parte do feito de que o Estado destina 7% de seu Produto Interno Bruto à educação, e em 1998 apenas era de 3,9%⁹. Assim como a Bolívia, a Venezuela também conta com parceria junto a Cuba para melhoria de seu sistema público de saúde, obtendo melhorias significativas no atendimento a população.

Apesar das fortes investidas da oposição (formada pelas classes altas e a mídia) contra o atual governo, bem como contra a grande personalização do presidente e sua continuidade no poder; o governo de Chávez mantém forte apoio da maioria da população, com grande participação popular nas eleições e nas políticas, o que antes era inexistente.

⁸ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

⁹ Informações obtidas do site: <http://www.brasildefato.com.br/>

Uma das políticas inovadoras de participação popular são os chamados Conselhos Comunitários, uma forma de organização local comunitária que pode exercer diretamente a gestão de políticas públicas e projetos que atendam as necessidades locais, por exemplo, para melhoria da habitação, infra-estrutura, lazer e desenvolvimento de postos de trabalho em cooperativas. Ou seja, num determinado bairro a população dali se reúne para definir as prioridades para o seu desenvolvimento e organizar uma maneira de superá-las, gerindo os projetos que supram suas necessidades com recursos públicos. Assim, moradores da cidade de Guacara, por exemplo, no estado de Carabobo, norte do país, reuniram-se em 5 Conselhos Comunitários e organizaram o maior plano de reurbanização e desenvolvimento agrícola já visto na região. A cidade foi redesenhada, melhorando a moradia de seus habitantes, a disponibilidade de espaços públicos e incluindo a produção agrícola como uma alternativa de renda. Atualmente, os Conselhos Comunitários de Guacara são responsáveis por mais de 51% do orçamento do município, numa experiência que busca desenvolver o conceito de auto-governo. Além destes, diversos outros Conselhos Comunitários buscam incluir a população na redefinição das formas de organização e gestão política e produtiva no país.

Os Conselhos Comunitários tem o dever de prestar contas, realizar assembléias dos cidadãos, ter representantes eleitos para gestão e fiscalização do Conselho Comunitário e ser transparente na gestão dos recursos públicos. No uso dos recursos financeiros é criado um Banco Comunitário, sendo sócios todos os cidadãos definidos na região do Conselho Comunitário.

Para dar suporte aos diversos Conselhos Comunitários do país foi criada uma comissão nacional presidencial do poder popular, que visa fortalecer essas iniciativas de democracia participativa.

Localização da Venezuela:



A forma do capitalismo funcionar¹⁰

Alguns conceitos importantes para compreender o funcionamento do capitalismo:

1. O capitalismo é um sistema econômico que organiza a produção dos bens necessários na sociedade, na forma de mercadorias. Os bens são sempre vendidos e comprados no mercado. E portanto as pessoas precisam ter dinheiro, ter renda, para comprar esses bens e satisfazerem suas necessidades. Quem não tem dinheiro, não tem “direito” de comprar.

2. A forma de produzir as mercadorias no capitalismo separa os que são donos das máquinas, dos prédios, das terras (os chamados capitalistas) e os que são donos da força de trabalho, os trabalhadores. Assim, as mercadorias são produzidas pelos trabalhadores. Mas na hora de vender é o capitalista que as vende. E ao vender incorpora um lucro sobre o valor da mercadoria.

3. A apropriação de um “valor-a-mais”, que está presente como lucro em todas as mercadorias, faz com que os capitalistas possam ir acumulando cada vez mais riquezas. E que os trabalhadores não recebam a renda equivalente a todo valor que produziram. Daí surge uma contradição. Se produz riquezas, mas os trabalhadores não tem como adquirir essa riqueza. E em longo prazo se forma então uma espécie de superprodução de mercadorias que os capitalistas não tem para quem vender.

4. Nos últimos anos, os capitalistas que ganharam mais dinheiro, acumularam mais lucro e riquezas foram aqueles que mantiveram seu capital na forma de dinheiro, ou seja, como capital financeiro. Mas o capital financeiro deveria existir apenas para financiar a produção. E dividir com a produção industrial e agrícola a taxa de lucro. À medida que esse capital financeiro passou a ganhar cada vez dinheiro separado da produção, começou a gerar uma contradição, um conflito entre os capitalistas, pois o setor produtivo não conseguia mais tender as altas taxas de lucro que o capital financeiro vinha tendo na esfera da circulação do capital, cobrando juros.

5. Essa etapa do capitalismo dominado pelo capital financeiro ficou conhecida pelo rótulo de “neoliberalismo”. Ou seja, os capitalistas do capital financeiro defenderam a idéia de que, para acumularem e fazerem a economia crescer, precisavam de ampla liberdade para o capital. O capital financeiro precisa se realizar de uma forma cada vez mais rápida e livre de qualquer controle do Estado ou de leis. Assim, eles defendiam que o mercado é que deveria regular todo o funcionamento da economia. Que os governos e o Estado não deveriam se meter.

6. Esse processo levou a uma grande concentração de capital, na forma de dinheiro, sob o controle dos bancos e de grandes empresas transnacionais, que passaram a operar em todo o mundo. Hoje, as 500 maiores empresas do mundo, que controlam a produção industrial, agrícola, serviços e bancos, são donas de 52% de toda riquezas no mundo. Mas dão emprego para apenas 8% dos trabalhadores no mundo.

7. Essas grandes empresas controlaram a produção, o comércio, os serviços e a circulação de capital em todo o mundo. O capitalismo se transformou em internacional. Passou por cima de governos, Estados e nações. E as dez maiores empresas transnacionais do mundo têm um capital maior do que PIB (Produto Interno Bruto) de cem países, individualmente.

8. Isso tudo representou uma superacumulação de riquezas e de capital nas mãos de poucas empresas. E gerou uma crise pela falta de oportunidade de novos mercados para eles seguirem acumulando e ganhando dinheiro.

9. O capitalismo entra em crise num determinado período da história, quando não consegue mais ter a mesma taxa de lucro e não consegue vender a produção das mercadorias. As fábricas começam a diminuir a produção,

¹⁰ Fonte: Cartilha da Assembléia Popular – Para debater a crise (pg. 9 a 12)

bancos não conseguem mais cobrar juros e receber dívidas. Os consumidores não conseguem mais pagar suas dívidas e aumentar as compras. E, aí, quebram empresas, cai a produção, aumenta o desemprego e cai a taxa média de lucro.

10. Essas situações de crise são inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo. Desde o surgimento do capitalismo sempre aconteceram. Na fase do capitalismo industrial ocorreram dois tipos de crise. Primeiro, foram as crises cíclicas, de curta duração. Eram crises que aconteciam num só país, ou num só ramo de produção e em geral duravam de três a 5 anos, até que os capitalistas se recuperassem, fizessem novos investimentos em novas áreas da produção e assim recuperassem sua taxa de lucro. Como exemplo mais recentes, tivemos crises cíclicas na década de 1970, nos Estados Unidos; na década de 1980, no Brasil, no Japão. Depois, na década de 1990, houve a crise na Rússia e a Ásia.

11. Segundo, há as crises profundas e de longa duração. Essas crises afetam todo o sistema capitalista, todos os ramos de produção e todos os países dominados pelo capitalismo. Houve uma grande crise capitalista no século XIX, por volta de 1870, que atingiu toda a Europa. Depois tivemos a grande crise de 1929 até 1945, que atingiu todo o mundo capitalista. E agora estamos entrando numa nova crise de todo o sistema capitalista, que certamente será prolongada.

12. A profundidade da crise prolongada é descrita pelos economistas em três fases distintas, que podem ocorrer de forma complementar ou não:

a) **Situação de crise.** É quando cai a produção total do país (medida pelo PIB); cai a taxa de lucro, quebram empresas de alguns setores e aumenta significativamente o desemprego. Sobram mercadorias porque a classe trabalhadora não tem dinheiro para comprar.

b) **Situação de recessão.** É o período em que a produção vai caindo sucessivamente. A cada ano diminui o nível de produção. Por exemplo, a sociedade tem a capacidade instalada na indústria e na agricultura para produzir 100; com o passar dos anos de crise, cai para 90, depois para 80, e depois para 70. Ou seja, a recessão representa um aprofundamento paulatino e seqüencial da queda da produção.

c) **Situação de depressão.** É quando há uma queda brusca de toda a produção, por exemplo de 100 para 70. E por outro lado a renda e a capacidade de compra da população cai ainda mais. Por exemplo, para apenas 50. Isso leva à falência rápida de muitos setores produtivos. E a destruição do capital instalado.



Para trabalhadores crescidos¹¹



Auto. Do grego, significa por si só. Automático é aquilo que se move e funciona por si só, sem depender de ninguém. Uma leitura automática é quando você lê sem perceber, como se fosse uma máquina, como se tivesse um botão apertado, sem prestar atenção no texto.

Auto-estima, por exemplo, uma palavra muito usada no mercado de trabalho, é a avaliação que a pessoa faz de si mesma, por si só e não pelos outros. Se ela se sente bem ou mal consigo mesma. Você se sente bem consigo mesmo? Se sim, você tem uma auto-estima alta, se não, você tem uma auto-estima baixa. Como a Auto-Avaliação proposta no curso, aquela avaliação em que vocês mesmos se avaliam.

Autonomia, *auto* - por si só, e *nomia*, que vem do grego *nomos* – lei, significa dar suas próprias leis. O indivíduo autônomo é aquele que elabora

suas próprias regras, que não é tutorado por ninguém, aquele que é independente. Claro que não dá pra ser autônomo em tudo, vivemos em sociedade e dentro de um Estado, com suas próprias leis, mas você pode ser autônomo dos seus pais, autônomo do seu patrão, e ter um pensamento autônomo.

Por exemplo, quando falamos em trabalhador autônomo, o que queremos dizer? Aquele que não é empregado, que não tem patrão, que tem que se virar sozinho. Assim chegamos ao que interessa: Autogestão. Embora todo mundo saiba o que é gestão e agora todos sabem o que é auto, nem todos sabem ainda o que significa autogestão. Mas dá pra presumir, e assim grosso modo, poderíamos dizer que é a gestão de um espaço, de uma empresa, de um grupo produtivo realizada coletivamente por todos, sem depender de uma pessoa que elabora as leis e manda sozinha. A autogestão de uma empresa é a gestão coletiva realizada por seus trabalhadores, que por meio de uma assembléia tomam suas próprias decisões, sem interferência de um patrão, sem a interferência de alguém que dá as regras do jogo, para que sempre ganhe no fim. Numa empresa autogestionária, os trabalhadores trabalham e administram, dividindo o serviço, as decisões, os custos, e claro, os ganhos. Hoje vemos crescer o número de empresas autogestionárias, muitas ainda informais, e outras formais, que tem na sua maioria a figura jurídica chamada cooperativa. O crescimento dessas empresas, existentes já há bastante tempo, faz surgir também uma nova possibilidade de mercado e de economia onde a renda e as relações de trabalho e de consumo são mais sustentáveis, solidárias e cooperativas.

Para entendermos a importância histórica de hoje, para um trabalhador poder se organizar de forma autogestionária, falaremos brevemente de dois filósofos alemães. O primeiro, chamado Kant (se pronuncia Cant mesmo) que viveu no século XVIII, dizia uma importante frase: “O Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade”. O que isso quer dizer? Você se tornar uma pessoa esclarecida, crítica, implica em pensar independente de pessoas e órgãos que assumem responsabilidades por você, como seus pais, seu patrão e até seu governo. Mas por que sair da sua menoridade? Porque para Kant, o indivíduo que é tutorado, comandado, mandado por todos, é como se fosse uma criança adulta, que não pode fazer suas próprias escolhas, e não tem um pensamento próprio. Claro que as pessoas podem assumir responsabilidades no seu lugar, e cuidar de você, como assim fazemos também com os outros, o que não pode acontecer é deixarmos que essas pessoas pensem por nós, elabore as leis por nós, e determinem nossas

¹¹ Elaborado por Bruno Villela (Equipe NESOL-USP)

escolhas. Temos que pelo menos participar. Kant não acreditava numa autonomia total do indivíduo ou de um grupo social, mas acreditava numa espécie de autonomia do pensamento. O indivíduo esclarecido é um indivíduo que pensa por si próprio. Para ele devíamos respeitar todas as leis e todas as autoridades, desde que pensemos com a nossa cabeça, não com a cabeça dos outros. Não quer dizer claro que tenhamos que pensar só em nós, mas por nós. Para isso precisávamos pensar independente do pensamento dos nossos pais, do nosso patrão, do nosso governo, e assim não continuarmos como bebês num mundo de fantasia, sem entender o porquê das coisas, só reproduzindo o que os mais velhos e responsáveis dizem.

Essa autonomia do pensamento, na verdade, para que a entendamos melhor, era mais uma emancipação do pensamento. Por exemplo, quando dizemos que fulano emancipou-se dos pais, o que queremos dizer? Que fulano não depende mais dos pais, que ganhou autonomia dos pais. Claro que, como vivemos em sociedade, sempre estaremos nos relacionando com os outros e tentando acordar regras e escolhas que sejam de benefício comum e público, porém falarmos de um indivíduo, ou mesmo de um grupo completamente autônomo e independente, é algo bastante difícil. Podemos sim falar em um grupo ou um indivíduo emancipado, isto é, um grupo que pode depender da existência de outros grupos, mas não está submisso a ele. Aí que entra o segundo filósofo alemão: Marx.

Marx (pronuncia-se Márquis) viveu 100 anos depois de Kant, no século XIX e foi um grande leitor dele. Porém Marx pensava um pouco diferente. Ele acreditava que não bastava as pessoas terem um pensamento emancipado, elas tinham que se emancipar econômica, política e socialmente na vida. Para Marx, não havia mais tempo para a filosofia, de só pensar e entender as coisas, mas sim começar a agir e transformar o que estava ruim no mundo. Assim, ele começou a olhar para como nos organizávamos na sociedade e percebeu que o capitalismo era a fonte de todos os problemas do mundo atual e que por isso devíamos prestar mais atenção nele e o conhecermos melhor, conhecermos, por exemplo, como a Economia e a Sociedade funcionam. Uma das principais coisas que ele percebeu era que no capitalismo sempre tinha que existir os mais pobres para existir os mais ricos, e assim ambos viviam numa constante briga, às vezes sem perceber. Por isso Marx acreditava também numa emancipação dos trabalhadores pobres, onde eles não só pensariam por si próprio, mas se organizariam de uma forma mais justa e igualitária, tomando para si não só os meios de produção, e as empresas, como o próprio Estado, buscando neste uma forma de governo onde os bens e os direitos pudessem ser repartidos mais igualmente. Marx profetizava que haveria um novo sistema, um novo modo de produção e organização da sociedade, mais justo, pois o capitalismo é um sistema em constante crise, seja econômica, seja social e felizmente um dia acabaria.

Cento e cinquenta anos se passaram e o capitalismo ainda vigora, tendo como uma das suas crises, a crise do desemprego. Já é comum ouvimos falar que não há emprego para todos, ou mesmo que as condições de emprego são muito ruins, sejam pelos baixos salários, sejam pelas condições de trabalho.

Sabendo que o trabalho é um direito de todo cidadão, e que devemos lutar por nossos direitos, frequentemente ouvimos falar sobre a luta dos trabalhadores ao longo da história contra os patrões e os governos, para assegurar mais oportunidade e melhores condições de trabalho. O que não sabemos é que essa luta não pára na conquista de um suado emprego com carteira assinada, e benefícios: ela vai além.

Hoje luta-se para trazer a terceira e talvez última fase emancipatória da história do trabalhador. A primeira fez do trabalhador escravo – sem liberdade – um trabalhador servo, que trabalhava em troca de terra, comida e uma relativa liberdade; a segunda fez do servo um trabalhador assalariado, criando a idéia de emprego que conhecemos hoje. Com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, o presidente Getúlio Vargas assegurou aos trabalhadores empregados direitos mínimos que garantiam uma maior autonomia em relação à empresa e ao patrão. Os trabalhadores empregados já não podiam estar reféns dos prejuízos e da exploração dos patrões, e ganharam um salário mínimo, uma jornada de até 44 horas semanais, férias, décimo terceiro, indenização, aviso prévio, seguro-desemprego e toda uma legislação que os protege, de forma que eles possam trabalhar mais tranquilos e, caso sejam dispensados, possam se segurar financeiramente até que arrumem outro emprego. Porém, sabemos que não é bem assim, não há emprego pra todo mundo, o salário mínimo é muito baixo e há uma enorme competição quase

selvagem no mercado, onde se ultrapassam regras e valores em pró do lucro e do benefício dos que tem mais poder econômico e, conseqüente, acesso a educação, cultura e formação profissional de qualidade. Por isso quem ganha na maioria das vezes não são os mais determinados, competentes, atentos e críticos, e sim os mais poderosos e ricos, os mesmos que mantém a idéia de que você tem que jogar e competir, mesmo que você dificilmente vença.

Assim Marx acreditava que “em vez do lema conservador, um salário justo para uma jornada de trabalho justa, a classe trabalhadora deve inscrever na sua bandeira, a divisa revolucionária: a abolição do sistema de trabalho assalariado”.

Portanto, a terceira e talvez última fase emancipatória da história do trabalhador, é aquela que vai transformar o trabalhador assalariado num trabalhador autogestionário, colocando o controle da economia nas mãos das empresas e associações livres, de produtores e consumidores, geridas coletivamente. Porém, nada acontece automaticamente, se as pessoas criaram ao longo da história esse sistema excludente e desigual que vivemos hoje, temos então que lutar para criarmos o sistema que queremos.

Eixo II - Introdução à Economia Solidária

Este eixo vai apresentar de forma mais consolidada o que é a economia solidária e quais são suas raízes e identificações. Para isso, vamos mostrar como está este movimento no Brasil e trazer alguns exemplos nacionais desta prática coletiva. Depois iremos partir para a reflexão sobre o que entendemos por desenvolvimento e algumas visões sobre esse conceito, para chegarmos ao desenvolvimento para a economia solidária. Consolidar o que é autogestão, os princípios do cooperativismo, bem como as matrizes da economia solidária, trazendo as diversas identificações históricas das práticas atuais, são pontos chave para entender a prática solidária. Neste eixo também abordamos estratégias importantes para consolidar a economia solidária como modelo de desenvolvimento, através dos temas: redes produtivas, comércio justo e finanças solidárias.

Apresentando a proposta política da cooperativa¹²

Ao estudar o mundo do trabalho hoje, podemos destacar duas questões principais que apontam importantes motivações para a criação de uma alternativa ao sistema capitalista: 1) a **desigualdade e marginalização crescente** de pessoas na economia competitiva capitalista, na qual os vencedores acumulam vantagens, enquanto os perdedores fracassam cada vez mais, tendendo a deixar esse legado através das gerações e 2) o caráter alienante das relações sociais de produção no interior da empresa capitalista, as **relações alienantes de subordinação** ao empregador, à máquina, que impedem as pessoas de se constituírem como sujeitos, de se realizarem no trabalho. São frustrações do trabalho que envolvem toda a vida, pois uma pessoa que exerce um trabalho onde não precisa usar sua criatividade e inteligência, e apenas obedece a ordens, depois de um dia de serviço é muito difícil que ela consiga esquecer tudo isso e ser em casa uma pessoa autoconfiante, segura, com iniciativas, disposta e alegre.

A partir da percepção de que desigualdade e competição, formas de relações do capitalismo, não são coisas naturais, não existiram sempre, mas foram desenvolvidas pelos homens na História, podemos pensar a **proposta política da Cooperativa**, como uma das formas de organização da Economia Solidária.

Os trabalhadores, através da História, vêm procurando alternativas ao capitalismo, à desigualdade e marginalização produzidas pela competição e às relações de subordinação. A proposta da Economia Solidária, trazendo os valores de cooperação e solidariedade, não surge da formulação teórica de intelectuais da universidade, mas da **experiência prática ao longo da História**. Essas experiências revelam que a associação coletiva baseada em igualdade e democracia, em oposição ao contrato entre desiguais, é a melhor forma para enfrentar essas questões.

Tal forma de organização é chamada **autogestão**. Diferente da **heterogestão**, forma de organização da empresa capitalista, que se caracteriza pela administração hierárquica, formada por níveis de autoridade, onde as ordens e instruções impõem-se de cima para baixo. Ou seja, onde os trabalhadores sabem muito pouco além do necessário para que cumpram as suas tarefas, as quais tendem a ser repetitivas. A medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento do todo da empresa se amplia, apesar de nunca ser pleno. Essa forma de organização das empresas capitalista enfrenta muitas contradições, mas responde ao seu objetivo que é tornar as empresas capitalistas competitivas e lucrativas.

Na **autogestão** ocorre o oposto, as ordens e instruções devem fluir horizontalmente, se existem “níveis” mais altos, como coordenadores, estes são delegados pelos demais e devem seguir as diretrizes adotadas na assembléia geral, que é a maior autoridade. A autogestão exige um esforço maior do trabalhador, pois além de cumprir com as tarefas a seu cargo, deve se preocupar com as questões gerais da cooperativa. Para isso, precisa buscar informações para tomar decisões, participar de reuniões cansativas, ou seja, fazer o esforço adicional que a prática democrática exige.

A autogestão é um dos mais importantes princípios do nosso trabalho. Ela tem como mérito mais do que a eficiência econômica – necessária, o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. A cooperativa, autogestionária, propõe uma resposta para a questão da marginalização econômica e da geração de renda, mas também para a alienação e subordinação do trabalhador. Esta forma de gestão possibilita o desenvolvimento das pessoas como sujeitos de seu trabalho e sua vida, e a construção de autonomia e independência. Constitui-se um foco de transformação social, a partir da base, guiada por valores socialista da democracia e igualdade. Sua força revolucionária está na mudança das relações de produção, de trabalho e pessoais, guiadas pela convicção e não pela coação.

¹² Texto extraído de Campos, Silvana T. de e Sígolo, Vanessa M. (org.) *Material de Apoio ao Curso de Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária* da ITCP-USP, com apoio financeiro da Prefeitura de Guarulhos, setembro de 2003.

Como discutido anteriormente, o capitalismo surgiu como uma alternativa a uma forma de organização da sociedade que existia, até se tornar dominante como é hoje. Da mesma forma que pôde ocorrer essa transformação, é também possível a transformação dessa sociedade em que vivemos para uma outra, na qual as pessoas possam ter uma vida mais humana e plena. A cooperativa e as outras formas de organização da Economia Solidária, pelo princípio da autogestão, podem ser um embrião dessa sociedade.

O grande desafio está em equilibrar esse projeto político, emancipatório, de transformação social, que tem na autogestão sua principal força, com a dimensão prática da cooperativa. Ou seja, por um lado, enfrentar as dificuldades da autogestão, como o desinteresse, o desgaste. E, por outro, conciliar as assembléias e o trabalho de forma autogestionária com a necessidade de eficácia e efetividade, que envolve a viabilidade econômica da cooperativa. Esse desafio é enfrentado cotidianamente nas cooperativas, o que tem mostrado que a autogestão pode fortalecer o trabalho. Até mesmo as empresas capitalistas estão diminuindo o autoritarismo porque perceberam a importância da participação e da sugestão do trabalhador, que trabalha no dia-a-dia da produção e sabe das necessidades e problemas.

Princípios do Cooperativismo

A partir de diversas iniciativas de cooperativas no mundo, tanto das que deram certo, quanto das que deram errado, formulou-se os princípios do cooperativismo, para nortear e ajudar na formação e consolidação das práticas associativas e cooperativas.

1º Princípio: Adesão Voluntária e livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas.

2º Princípio: Gestão Democrática Pelos Membros

As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos outros membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).

3º Princípio: Participação Econômica dos Membros

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, e se houver, uma remuneração limitada ao capital subscrito como condição da sua adesão. Os membros afetam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º Princípio: Autonomia e Independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

5º Princípio: Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral - particularmente os jovens e os formadores de opinião - sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º Princípio: Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio: Interesse pela Comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

A Economia Solidária vai se fazendo na prática...¹³

A Economia Solidária abrange desde grandes empresas e unidades industriais, agrícolas ou agroindustriais até experiências comunitárias, grupos de produção, etc. Nos exemplos que veremos a seguir, percebe-se que a Economia Solidária está ligada aos processos de luta em que os trabalhadores e trabalhadoras buscam meios para melhorar as suas condições de existência. Mas de onde vem essa idéia?

Essa idéia tem raízes profundas na prática de princípios como igualdade, cooperação, democracia. A Economia Solidária não é algo que aconteceu por decreto, nem é fruto de uma cabeça privilegiada.

A Economia Solidária é um movimento amplo e profundo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com o apoio de governos. Os trabalhadores e trabalhadoras estão se unindo para fazer Economia Solidária porque os frutos da economia dominante são muito amargos: desemprego, falta de terra para trabalhar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. É isso o que acontece quando o lucro vem em primeiro lugar. Na Economia Solidária, o mais importante é a vida, são as pessoas.

A Economia Solidária já acontece

Já existem no Brasil milhares de empreendimentos solidários, com diferentes tamanhos e formas de organização. Então, a Economia Solidária não é um sonho distante. Ela está acontecendo, hoje, aqui mesmo, agora. E está crescendo rapidamente, se espalhando pelo país inteiro, em milhares de empreendimentos econômicos.

Um mapeamento¹⁴ realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES –, do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, revelou a existência de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil (41% dos municípios do país). Em 2005, a maior parte dos empreendimentos solidários dedicava-se à agricultura e pecuária (64%). Os demais estavam voltados à prestação de serviços (14%), produção de alimentos (13%), indústria têxtil, de confecções e calçados (12%), artesanato (9%), indústria de transformação (6%), coleta e reciclagem de resíduos sólidos (4%) e finanças (2%).

Repare algumas modalidades de empreendimentos econômicos solidários:

- cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos);
- cooperativas ou associações de agricultores familiares;
- empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas que são recuperadas pelos/as trabalhadores/as);

¹³ Adaptado da Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Economia Solidária – Outra Economia Acontece – MTE/SENAES e FBES (pags. 6 a 15 e 26 a 27).

¹⁴ Tenha acesso a todas as informações do mapeamento: para buscas sobre EES no território nacional acesse www.fbcs.org.br entrando no link 'farejador'. Para acessar o Atlas da Economia Solidária no Brasil, pelo site <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

- fundos solidários e rotativos de crédito (organizados legalmente sob diversas formas jurídicas e também informais);
- clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária);
- redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias;
- lojas de comércio justo;
- agências de turismo solidário; entre outras.
- cooperativas ou associações de catadores (coletores de materiais recicláveis);
- trabalhadores de fábricas falidas que formam novas empresas solidárias, assumindo os meios de produção em igualdade e gerindo a empresa de forma democrática;
- amigos, vizinhos e colegas de trabalho que se organizam para fazer compras solidárias, beneficiando tanto quem consome como quem produz;
- comunidades que usam moeda social em seus clubes de troca; bancos solidários etc.;
- redes de empreendimentos solidários ou cadeias de produção, articulando vários estágios da produção de produtos

Vejamos outras experiências que mostram a diversidade e as possibilidades da Economia Solidária no Brasil:

O Projeto Catende Harmonia

Dentre as inúmeras experiências que compõem o campo da Economia Solidária, existem as centenas de empresas recuperadas, isto é, empresas industriais e de serviços que foram recuperadas da falência pelos trabalhadores, que assumiram as unidades produtivas e as transformaram em cooperativas ou associações de produção. Nessas empresas recuperadas, todos são igualmente sócios e detêm coletivamente a propriedade dos meios de produção. Atualmente, a maior empresa recuperada é o Projeto Catende Harmonia.

Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma usina de açúcar fundada em 1892, a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversos padrões até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 50, sob o controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Construiu-se uma estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além da primeira destilaria de álcool anidro do país. A Usina entrou em crise no final dos anos 80, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando a empresa tentou demitir 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas.

Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que recebeu o patrimônio da antiga Usina Catende.

Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam as terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, certa de 4 mil famílias, ou 20

mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio envolve ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões e enchedeiras), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%. O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto.

Palmas: quando a comunidade cria um banco

A experiência dos moradores do Conjunto Palmeiras (Fortaleza/CE) nos fornece um exemplo importante de como os vínculos comunitários, associativos e cooperativos pode gerar um círculo virtuoso de solidariedade e resultar na geração de trabalho e renda e melhoria das condições de vida.

A história do Banco Palmas precisa ser explicada através da história do Conjunto Palmeiras.

A especulação imobiliária expulsou os moradores do Conjunto, que foram despejados pela prefeitura e lançados em um terreno na periferia de Fortaleza/CE. Em 1973, o bairro encontrava-se humildemente construído, através de seus barracos de palha, lona ou do jeito que desse. Havia muita água e lama. Para tentar resolver essas dificuldades do bairro, os moradores começaram a se organizar, procurando melhorias para o lugar. Em 1980, começaram a se organizar em mutirão para construir suas casas.

Foi feita uma casinha de taipa, onde as pessoas começaram a se reunir em associação. Em 1981, foi construída a primeira sede da Associação dos Moradores e já dava-se início às primeiras casas feitas a partir de mutirões. Os anos passaram e o trabalho continuou a ser tocado. Em 1991, a comunidade realizou o seminário “Habitando o inabitável”, juntando os diversos grupos para a elaboração de um planejamento estratégico para 10 anos. Foi nesse período, através de muitas lutas, que tiveram acesso à iluminação, creches, escolas, posto de saúde e drenagem do bairro. No final dos anos 90, a associação percebeu que os moradores do bairro já tinham conquistado saneamento, água, luz e transporte. Porém, continuava a grande pobreza: a população não tinha emprego, nem renda. Depois de muita discussão, chegaram os moradores a um projeto de geração de renda para o bairro. Para isso, criaram em 1998 o Banco Palmas, com uma verba inicial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

A filosofia do banco é pautada em uma rede de solidariedade: produção x consumo x trabalho e renda. A idéia é fazer crescer o bairro através de um círculo virtuoso. O Banco empresta dinheiro para a produção e para o consumo. Dessa forma, as famílias produzem e vendem em seu próprio bairro.

Alguns produtos que o Banco Palmas oferece aos associados:

Cartão de crédito – para facilitar as vendas, o Banco criou o Palmacard, com funcionamento apenas no bairro. Serve para compras realizadas no comércio do bairro, com crédito inicial de R\$ 20,00 (vinte reais). O cliente tem um mês para pagar o que gastou. Se for pontual, seu crédito vai crescendo gradativamente até atingir R\$ 100,00 (cem reais).

Micro-Crédito Produção – é dirigido para as vendas de comércio ou para a produção de confecções, artesanato ou outros bens. Os empréstimos vão de R\$ 300,00 a R\$ 1.000,00 reais.

Crédito-Moradia – fornecido para facilitar pequenas reformas nas casas, como fazer um banheiro ou colocar piso na casa.

Palma-Fashion – foi a reunião de 12 costureiras do bairro em um grupo, com a criação de uma grife (a Palma-Fashion) e a realização de cursos de profissionalização. As costureiras passaram

então a produzir coletivamente, embora mantenham suas atividades individuais pela manhã.

Feira – todos os sábados, em frente à Associação de Moradores, acontece a Feira para mostrar e comercializar os produtos fabricados no bairro.

Essas e outras ações realizadas no Bairro Conjunto Palmeiras dão uma idéia de que a criatividade e a união da comunidade em torno dos seus interesses comuns podem modificar a realidade em que vivem e aglutinar as pessoas para a busca de uma vida mais digna e cheia de sentido.

Cooperminas

Antiga CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC. A Cooperminas é a mais antiga experiência de empresa recuperada no Brasil, com quase vinte anos de existência.

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão catarinense na cidade de Criciúma/SC.

Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores se lançaram na luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas. Vale a pena destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram, durante esse tempo, que realizar lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com bananas de dinamites amarradas nas cinturas para bloquear a retirada de equipamentos da mina de beneficiamento. O segundo aspecto diz respeito às condições de trabalho na mina, que se realizam em grande parte a mais de 150 metros no subsolo.

Para quem “baixou a mina” no começo nos anos 90 e recentemente, é notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Rede Justa Trama

A rede Justa Trama é um exemplo de como os empreendimentos econômicos solidários podem unir forças para a realização de um produto original, socialmente responsável e ecologicamente sustentável. Veja como:

A Justa Trama é a marca da Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico, da qual participam 761 trabalhadores e trabalhadoras organizados que integram empreendimentos da Economia Solidária. São agricultores familiares do Ceará, coletores de sementes de Rondônia, fiadores e tecedores de São Paulo e costureiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Os empreendimentos destes trabalhadores cobrem todos os elos de indústria têxtil, do plantio do algodão à roupa pronta. Há alguns anos trabalhadores e trabalhadoras do setor têxtil vêm trocando experiências e refletindo sobre a importância da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico. A primeira experiência desses trabalhadores em rede, no final de 2004, ainda que realizando uma experiência que não conciliasse todos os aspectos da cadeia produtiva solidária do algodão

agroecológico, teve início com a produção de 60 mil bolsas de algodão convencional, que foram distribuídas aos participantes do Fórum Social Mundial de 2005. A produção destas bolsas reuniu parte da cadeia produtiva solidária do algodão, agora constituída por completo nos aspectos produtivos: o fio foi manufaturado pelos cooperados associados da Cooperativa Nova Esperança – CONES –, no município de Nova Odessa em São Paulo. No estágio seguinte, os cooperados da TEXTILCOOPER, de Santo André, também em São Paulo, transformaram o fio em tecido. Na etapa final, as bolsas foram confeccionadas por 35 empreendimentos de Economia Popular Solidária espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, organizados pela Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS. No conjunto, essa primeira ação reuniu mais de 560 trabalhadores.

Em 2005, com a ajuda do primeiro projeto junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com o apoio da Verso Cooperativa e do ESPLAR (ambos na assessoria técnica), foi possível iniciar a estruturação de toda a cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico, completando o elo da cadeia em âmbito da produção, por meio de Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC –, com sua produção de algodão agroecológico, além da Cooperativa Açaí com suas sementes e tingimento natural. Unir a produção do algodão agroecológico com a produção industrial realizada pelas cooperativas de São Paulo e, posteriormente, à confecção nas cooperativas e demais empreendimentos do sul do país, bem como dos artefatos de acabamento (sementes) oriundos de Rondônia foi uma tarefa árdua. Mas, os trabalhadores não se intimidaram, unindo ainda mais suas forças para tornar esse sonho em uma realidade sustentável.

O produto final da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico dispõe de significativo diferencial no segmento do vestuário – é isento de qualquer produto químico e é fruto do trabalho de uma rede de empreendimentos solidários.

Vamos parar um pouco e refletir juntos:

- A partir das quatro experiências vistas acima, o que podemos destacar como sendo características comuns a todas elas?
- O que é específico a cada uma? O que se pode aprender disso? Em que essas experiências diferem de outros tipos de empresas que você conhece? No aspecto da relação patrão-empregado, por exemplo.
- A que alternativas elas apontam? Onde você mora existe alguma organização semelhante aos exemplos que acabamos de ler?

Uma das **definições** usadas para a economia solidária é:

Corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento. É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensando no bem de todos e no seu próprio bem.

Por fim, é importante reconhecer os avanços obtidos para estruturar¹⁵ estas práticas:

O movimento de Economia Solidária tem crescido não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. No Brasil, o crescimento da Economia Solidária enquanto **movimento** – ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais vem se orientando rumo a uma articulação nacional, configuração de redes locais e uma plataforma

¹⁵ Fontes: Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2010. Disponível em www.fbes.org.br
FBES, A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil, 2005

comum –, dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda, em 2003, pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília. Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado na III Plenária Nacional de Economia Solidária o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país.

O FBES é a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. Ele representa também o movimento de Economia Solidária frente ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal através da sua Coordenação Nacional e dos Fóruns Estaduais e Municipais) e frente a entidades, redes e articulações nacionais e internacionais. Estrutura-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: **empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.**

Além do Fórum Brasileiro existem também os Fóruns Estaduais, Microrregionais e Municipais que se relacionam entre si para fortalecer as ações do nível local até o nacional. Atualmente existem mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais.

Crescimento Econômico¹⁶

A forma mais clássica e tradicional de se medir o desenvolvimento de um país é a partir do seu crescimento econômico, ou seja, medindo o crescimento de seu Produto Interno Bruto - PIB.

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais.

Em economia, demonstra-se que há uma relação direta entre o nível de investimentos de um país e o ritmo de crescimento de seu PIB. Pode-se entender essa relação matemática de forma intuitiva: é só com o aumento da capacidade produtiva (mais fábricas, mais geração de energia, mais empregos) que se consegue obter um aumento sustentável na renda de um país.

Um dos países que mais tem crescido nas últimas décadas, de forma sustentada e é sempre olhado com inveja pelos demais, é a China, que manteve uma taxa de crescimento médio de seu PIB de 11,45% a.a. entre 1991 e 2003. No mesmo período o mundo cresceu, em média, 4,41% a.a. e o Brasil apenas 1,98% a.a.

Uma rápida análise dos dados macroeconômicos na China nos explica o por quê desse forte e contínuo crescimento: a taxa de investimento na China foi acima de 28%, em média, nos anos 80 - e desde então tem aumentado ainda mais, atingindo patamares acima dos 40% nos anos 2002 e 2003.

A comparação com o Brasil deixa evidente o por quê do Brasil não crescer como a China: Em 2007, o IBGE recalculou as seguintes taxas de investimento no Brasil. De 2000 a 2005, a taxa de investimento anual ficou entre 15% e 17%, isto é, quase metade das taxas chinesas.

Portanto, para aumentar o ritmo de crescimento do PIB brasileiro - que já foi dos maiores do mundo, até 1980, e desde então é dos menores - devemos tomar medidas para aumentar sua taxa de investimento.

O crescimento é um dos fatores fundamentais na redução da [pobreza](#), mas seu impacto sobre a pobreza pode variar enormemente. Por exemplo, no caso brasileiro, durante a ditadura militar, o país obteve índices recordes de crescimento de seu [PIB](#), sem que isso tivesse contribuído significativamente para diminuir sua [desigualdade econômica](#).

Certos tipos de crescimento, que poderíamos chamar de *predatórios*, podem levar à [degradação ambiental](#) e dos [recursos naturais](#) de alguns países, como a [Indonésia](#), a [Nigéria](#) e a [Rússia](#) e a [China](#), o que por sua vez pode afetar as perspectivas de crescimento futuro.

¹⁶ FONTE: Wikipédia, disponível no site: www.wikipedia.org

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH¹⁷

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (da Organização das Nações Unidas - ONU) no seu relatório anual.

Segundo seus elaboradores, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. O índice leva em conta três desses elementos: ter uma vida longa e saudável, ser instruído e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno.

O cálculo do IDH para cada país é feito da seguinte forma:

$$\text{IDH} = \frac{\text{L} + \text{E} + \text{R}}{3} \quad (\text{onde L = Longevidade, E = Educação e R = Renda})$$

Todo ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo – país de desenvolvimento baixo (subdesenvolvido)
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio – país de desenvolvimento médio (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado elevado – país de desenvolvimento alto (em desenvolvimento)
- Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido)

De modo geral, os países da América do Norte, Europa Ocidental, junto com Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia têm IDH mais alto. Logo abaixo, estão a Rússia e as antigas nações do "bloco comunista", países onde a renda *per capita* é menor, havendo, porém, bons índices de alfabetização e expectativa de vida. Ficam aí também a Argentina, Chile e Uruguai, os países de clima mais frio da América Latina. Com IDH intermediário, encontram-se grande parte dos países da América Latina, norte da África, Oriente Médio, Ásia Central, além de China e Irã. Entre os países de menor IDH estão grande parte da África e do subcontinente indiano.

No Brasil, as regiões sul, sudeste e parte da centro-oeste têm IDH maior. As regiões de menor IDH ficam no norte e nordeste do país. O Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0,800 no ano de 2005. Em 2006, obteve uma melhora no índice de 0,007 com uma pontuação de 0,807. No ano de 2009 encontra-se na 75ª colocação mundial, com um índice de 0,813 valor considerado de alto desenvolvimento humano.

¹⁷ FONTE: VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Wikipédia, disponível no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano

O Desenvolvimento na Economia Solidária¹⁸

“Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.”
(Paul Singer)

O desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. Não se trata, tampouco, de estimular pela competição o ‘empreendedorismo’ individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores.

Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária.

Portanto, a procura pela especialização produtiva que eleva o rendimento da comunidade não pode prescindir desta condição: os novos ramos produtivos têm de permitir que todos deles participem, enquanto produtores e enquanto gestores do processo produtivo. Os que demonstram mais habilidade e maior proficiência devem naturalmente – porque é benéfico a todos – ajudar os que têm menos facilidade de desenvolver estas qualidades. Estes valores têm óbvia justificação ética, mas também prática.

O desenvolvimento comunitário tem de ser financiado com juros generosamente subsidiados e longos períodos de carência; o custo da assistência ao crédito tem de ser coberto por recursos públicos, a fundo perdido, ao menos nas etapas iniciais do desenvolvimento. Seria politicamente inaceitável, o Estado subvencionar deste modo o desenvolvimento comunitário para resultar no eventual enriquecimento de alguns e a submissão dos demais como empregados ou fornecedores dos primeiros.

¹⁸ Trecho extraído do texto “*É possível levar o desenvolvimento às comunidades pobres?*”, de Paul Singer.

Autogestão na prática¹⁹

Organização de um EES: Proposta

Vocês decidiram que irão montar um negócio coletivo, mas ainda não decidiram de que atividade econômica, mas pretendem fazê-lo no centro de Embu das Artes. Por sorte, vocês conseguiram um financiamento a fundo perdido junto a uma entidade de apoio à economia solidária, que destinou 1 milhão de reais para ajudar na estruturação do grupo.

Como vocês irão se organizar para montar o empreendimento de economia solidária e deixá-lo pronto para ser inaugurado? Ou seja, O que é necessário para colocar o empreendimento em funcionamento? Como isso será organizado entre os sócios?

O que é a autogestão de um EES?

Inicialmente é importante fixar a definição de Empreendimento de Economia Solidária (EES): são organizações suprafamiliares e permanentes (como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, etc.), que podem dispor ou não de um registro legal, realizando uma atividade econômica (produção, serviço, crédito, comercialização e consumo solidário), nos quais os participantes são trabalhadores/as que exercem a autogestão.

A autogestão é quando a gestão e o controle de um empreendimento é feita por seus trabalhadores, aonde há democracia e participação direta e todos dão sua opinião e decidem coletivamente.



Alguns instrumentos da autogestão são:

- Assembléias e reuniões: requer a convocação de todos os sócios (com local, horário e data da reunião), socialização de informações, a FALA de cada membro e as negociações, discussões e decisões internas
- Planejamento coletivo: visão comum dos passos a seguir, com objetivos e metas
- Atas (Nela se inclui, data da reunião, quem estava presente, pauta, encaminhamentos)
- Registros e acordos escritos (regimento interno)
- Registros de gestão e contabilidade

Algumas necessidades para a autogestão:

- Um coletivo de pessoas que forma um grupo
- Controle sobre o processo produtivo: conhecer o que se faz e produz
- Controle sobre a gestão do EES: saber das informações administrativas, decisões em conjunto (democracia direta), responsabilidade compartilhada(o trabalho manual e intelectual são feitos pelos trabalhadores)
- Conhecimentos e informações democratizadas e acessíveis
- Controle sobre o grupo: se reconhecer no coletivo e fazer parte dele
- O conflito e a negociação

¹⁹ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

- A inexistência de outros vínculos de trabalho

Conflitos e desafios desta prática coletiva

- Mudança cultural, aprendizado cotidiano e desenvolvimento humano
- A acomodação e custo de negociar, rodiziar as atividades e participar constantemente
- Competição e individualismo, a cultura não solidária na sociedade
- A concorrência com o mercado convencional, visto que ainda está em construção os mercados e redes solidárias.

A gestão de um EES

Pensar nas operações de um negócio coletivo envolvem questões administrativas ligadas a:

- Produção: de que modo se produz, como se divide a produção, o que precisa para produzir, o que será comprado (equipamentos, matérias-primas, etc.)
- Comercialização: pra onde e como se vende, quais parcerias comerciais, como divulgar
- Registros: fluxo de caixa, controle de custos e despesas, acordos e normas coletivas
- Planejamento de trabalho: acordos e decisões de trabalho e rotinas, previsões, metas, objetivos claros e construídos coletivamente.

Comércio Justo e Solidário²⁰

Quando falamos em *comércio*, pensamos numa relação de alguém vendendo um produto para outra pessoa. Mas nem sempre o comércio teve como base o dinheiro. Antigamente, o comércio era feito através da troca direta, isto é, produto trocado por produto, e não dinheiro trocado por produto. Desde que o dinheiro foi criado, justamente para facilitar as trocas de produtos com valores diferentes, foi possível separar dois momentos do comércio: o momento da venda e o momento da compra. Separados estes dois



momentos, também foi aumentando o número de vezes que um mesmo produto pode ser comprado e vendido, como por exemplo, é o caso de um agricultor que vende seus produtos para um supermercado, que por sua vez é o comprador, e depois este supermercado revende o mesmo produto para nós, consumidores. Até chegar ao consumidor final, este produto já está mais caro do que quando foi vendido pela primeira vez. Dessa forma, muitos produtos não chegam às casas de quem não pode pagar por eles, ainda que o agricultor tenha vendido por um preço baixo. No exemplo do agricultor, ele ganha menos do que os consumidores finais pagaram, e quem fica com o lucro é o dono do supermercado.

É principalmente a partir desses compradores intermediários que surge a idéia do comércio justo e solidário, uma outra maneira de comprar e vender. O comércio justo e solidário é entendido como “a associação comercial orientada para um desenvolvimento sustentável para os produtores excluídos ou em desvantagem, propondo melhores condições comerciais (preço justo para os produtores e educação para os consumidores)” (FASE, 2003, p. 19).

Explicando melhor: o comércio justo e solidário acontece quando os consumidores pagam preços mais justos ao trabalhador que fez o produto, com o objetivo de melhorar a renda dos produtores. Além disso, todo o processo produtivo do empreendimento deve estar pautado no respeito ao meio ambiente e em relações de trabalho mais humanas. O objetivo é desenvolver relações entre produtores e consumidores baseadas na solidariedade e na confiança. A proposta é que haja um fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia.

Olhando agora para o consumidor, sobre como ele interfere nesta questão, parte-se do pressuposto de que o consumo é um ato de escolha e que toda relação de produção e consumo é cíclica (porque consumimos e vendemos a todo o tempo, e um lado incentiva o outro). Deste modo, as nossas escolhas têm reflexos ambientais e sociais, e, portanto, conformam o ambiente e a sociedade onde vivemos. Assim, a escolha é um ato de apoio, tanto para a construção de realidades de crise, como, para de “não-crise”. Conseqüentemente, o consumidor responsável é um ator político responsável que utiliza suas escolhas para intervir positivamente na realidade social e ambiental que o cerca.

É numa relação mais próxima entre produtor e consumidor que nasce o conceito e a prática do preço justo. A premissa é que não hajam perdedores e ganhadores nas relações de compra e venda, mas que possa haver equilíbrio entre essas partes, já que as mesmas são co-responsáveis nessa relação. O preço justo ideal é aquele construído na relação entre todos os atores de uma cadeia produtiva²¹, o diálogo para construir uma justiça.

²⁰ Elaborado por Ana Gabriela Pudenzi e Ligia Bensadon

²¹ Entende-se por cadeia produtiva todas as etapas para a produção de qualquer bem, desde a fabricação de suas matérias-primas, até sua distribuição e descarte final.

Desenvolvimento Local

O que significa desenvolvimento? Quando dizemos que um determinado país é desenvolvido, estamos falando apenas a respeito do aspecto econômico? A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP escreveu um pouco sobre a questão do desenvolvimento local, e o seguinte trecho é retirado do texto “Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias” (NESOL-USP e ITCP-USP, 2007):

A palavra desenvolvimento, mesmo quando se expande para fora do campo estritamente econômico, se liga muito fortemente, mesmo hoje em dia, às idéias de “crescimento, progresso, adiantamento”, ou seja, ao aumento quantitativo de determinadas características ou elementos. Ao se falar em “desenvolvimento local” ou “desenvolvimento humano”, logo nos vem à cabeça a idéia de “melhoria de vida”. “Se desenvolver” é “melhorar de vida”. Mas o que é isto? Supostamente, a melhora das condições de vida é um avanço quantitativo: determinadas coisas e fatores fazem da vida “melhor”; quanto mais dessas coisas e fatores estejam presentes na vida de uma pessoa ou comunidade, “melhor” é essa vida.

Essa perspectiva é correta sob uma apreensão individualista da realidade, segundo a qual o mundo é do jeito que é. Os indivíduos têm que melhorar dentro daquele mundo, que se organiza de maneira muito bem determinada, e tem como base de sustentação a alienação, ou seja, a separação entre as pessoas, cada uma com seu apartamento, sua televisão, sua vida... Cada um tem a sua coisa, ou o seu pedaço, e se não tem, não tem. Outra separação fundamental para a organização do mundo contemporâneo é aquela entre o trabalhador e o seu trabalho, de maneira que não seja possível ao trabalhador decidir o que ou como produzir, e muito menos que possa se reconhecer naquilo que produz e se sentir bem com seu trabalho, exercendo sua criatividade e realizando-se naquilo que faz.

Outra perspectiva de entender a palavra desenvolvimento é justamente a de olhar para a sociedade (ou para a localidade) como um todo. Em primeiro lugar, nessa perspectiva, falar em desenvolvimento não pode se restringir ao de uma única pessoa. O entorno deve fazer parte da vida de um indivíduo, e seu bem-estar deve estar ligado ao daqueles que estão à sua volta: a baixa qualidade de vida de alguém com quem se é solidário deve logicamente causar desconforto.

Em segundo lugar, olhar para as relações sociais de uma comunidade nos leva a pensar “desenvolvimento” como tendo um duplo aspecto, quantitativo e qualitativo. Desenvolvimento seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo quais desses bens se deseja.

Nesta forma de entender o desenvolvimento a partir do olhar local, busca-se construir e conseguir as necessidades sociais pela participação e cultivo de ações coletivas, com o reconhecimento e uso das capacidades e potencialidades de cada região.

O que Desenvolvimento Local tem a ver com o Comércio Justo e Solidário?

Existem muitas formas de buscar o desenvolvimento de uma determinada região, a partir das práticas da economia solidária. Uma delas é a criação de uma moeda social para ser utilizada nos comércios do bairro, um dinheiro que só pode ser trocada naquela comunidade, fazendo com que a riqueza não vá embora dali.

A moeda social também faz com que a relação entre produtor e consumidor seja mais próxima, já que as relações comunitárias estão sendo priorizadas. O consumidor prefere gastar o dinheiro em seu bairro do que numa grande loja que fica fora da sua comunidade.

Além disso, junto com o estabelecimento de vínculos mais solidários entre consumidores e produtores, também podem ser criadas novas articulações para a troca e a comercialização de

produtos.

O comércio justo e solidário complementa a proposta da economia solidária ao viabilizar uma das necessidades mais fortes dos empreendimentos e cooperativas de trabalho coletivo: a comercialização. Diversos grupos, seja de produção de produtos, seja de prestação de serviços tem dificuldade em conseguir distribuir e vender seus produtos no mercado convencional. Como no exemplo do agricultor citado acima, as práticas comerciais tem como base a exploração e a concorrência, que sempre tendem a colocar os preços para baixo, fragilizando os produtores, que dependem desses locais de comercialização. O comércio justo e solidário tem princípios parecidos e complementares com os da economia solidária, colocando a necessidade de haver outra forma de fazer as relações comerciais no mundo, a transparência nas informações, o desenvolvimento em direção a sustentabilidade, a autogestão e a integração nas cadeias produtivas. Por isso, a importância de existir espaços que promovam esta aproximação entre os atores, como feiras de economia solidária, centrais de comercialização solidárias, o comércio eletrônico (e-commerce), redes locais de organização da produção e do consumo, empreendimento de economia solidária de logística, etc.

Neste sentido, a organização é um ponto central para viabilizar estas ações, em todas as etapas das cadeias produtivas. Assim, promove-se ações em direção ao desenvolvimento local, organizando em cada bairro e região formas coletivas e justas de consumo, produção e distribuição, ou seja, reorganizando a economia local com base no diálogo e na participação.

É assim que nasce o conceito de para potencializar e formando uma rede. As redes na integrar empreendimentos de entre si, complementando-se), compras conjuntas, uso de trocas, centros de formação, insere também na definição das somar forças e trabalhar viabilizar a proposta da economia



redes, a conexão entre ações complementar cada ponto, economia solidária podem economia solidária (também com centrais de comercialização, bancos comunitários, clubes de capacitação e lazer. Isso se cooperativas e dos EES, de conjuntamente para poder solidária.

Alguns exemplos mais concretos de ações para o desenvolvimento local são:

Os clubes de trocas: são empreendimentos de economia solidária nos quais pessoas e grupos produtivos reúnem-se para trocar produtos, serviços ou saberes entre si, através da moeda social, uma moeda gerida e criada democraticamente pelo grupo. Esta pratica pode ter como foco a reversão de valores capitalistas, na proposição de um comércio justo, sem que a moeda assuma caráter especulativo, mas mero meio de troca e/ou para permitir uma maior circulação de mercadorias, barradas pela escassez de meios de troca.

Os clubes ou cooperativas de consumo: organização coletiva para o consumo, que pode ter o objetivo de baratear o valor dos produtos e serviços para os participantes associados; gerar postos de trabalho; ter acesso a produtos específicos não encontrados facilmente (por exemplo, produtos orgânicos e agroecológicos²²). Parte de uma outra forma de consumir, com olhar mais crítico e atuante, exercitando o comércio justo e solidário.

Os bancos comunitários: criação e gestão comunitário de um banco que atenda as necessidades locais, facilitando o acesso ao crédito, com outros critérios de garantia, como o aval solidário para a responsabilidade frente ao crédito. Usa moeda social como facilitador da circulação local de bens e serviços. Busca fomentar o desenvolvimento local²³.

²² Por agroecologia entende-se a produção de alimentos de forma sustentável nos seus mais diversos aspectos: preservando as características do meio ambiente, biodiversidade e seu ciclo natural, sem uso de agrotóxicos que depredam o ambiente; uso de trabalho cooperativo, respeitando as necessidades humanas; retorno financeiro adequado.

²³ Maiores informações sobre bancos comunitários no texto abaixo

Material complementar

Bancos Comunitários

O primeiro Banco Comunitário surgido no Brasil foi o Banco Palmas, em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza, estado do Ceará. O Banco Palmas é um Banco Comunitário organizado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira. Desenvolveu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas. O Banco Palmas tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove o crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo e o circulante local (PALMAS), complementar à moeda oficial (Real), que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias.

O banco comunitário executa qualquer serviço que um banco comum faz como abertura de conta corrente, pagamento de água, luz e empréstimos. O diferencial de um banco comunitário consiste em ser de propriedade da própria comunidade; não ter finalidade de obter lucro nas suas operações e sim financiar o desenvolvimento socioeconômico solidário do bairro/comunidade em que ele está inserido; não solicitar nenhum tipo de garantia convencional do tomador do crédito e utilizar-se do aval de vizinhança, além de utilizar uma moeda local social circulante.

A Moeda Social Local Circulante, também chamada de circulante local, é uma moeda, complementar ao Real (Moeda Nacional- R\$), criada pelo Banco Comunitário. O circulante local objetiva fazer com que o “dinheiro” circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda. Essas moedas sociais possuem algumas características:

- a) O circulante local tem lastro em moeda nacional (REAL R\$). Ou seja, para cada moeda social emitida, existe no banco comunitário, um valor correspondente em Reais;
- b) As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série) no sentido de evitar a falsificação;
- c) A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto concedido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município ou bairro;
- d) Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro²⁴.

Princípios de um banco comunitário:

- Comunidade é a gestora do banco;
- Atua com duas linhas de crédito: uma em real e outra em moeda circulante;
- Financia produção e consumo local;
- Apóia os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização);
- Atua em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social.

²⁴ Retirado do site www.bancopalmas.org.br

Bancos Comunitários na cidade de São Paulo e suas moedas sociais:



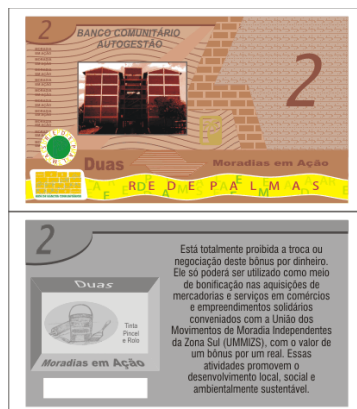
Banco União Sampaio – Zona Sul
 Rua Zacarias Mazel, 128 – Jardim Maria Sampaio – Campo Limpo
 Fone: 58414392



Banco Vista Linda – Zona Oeste
 Endereço: Estrada da Cachoeira, 146 - Jardim Donária. Fone: 3949-7302



Banco Apuanã – Zona Norte
 Rua Um, 220 – Jardim Filhos da Terra
 Fone: 2249 2790



Banco Autogestão – Zona Sul
 Endereço: Rua José Manoel Camisa Nova, 30 - Jardim São Luis. Fone: 5816-0689



Banco Paulo Freire – Zona Leste
 Endereço: Rua Barão Barroso do Amazonas, 50 - Inácio Monteiro. Fone: 2556-9970

Eixo III - Atuando na Economia Solidária

Nesta secção iremos tratar de algumas ferramentas, conteúdos e metodologias para se trabalhar com economia solidária. Para elaboração de projetos há um modelo base que foi utilizado pelas turmas para desenvolver o projeto final do curso. O tema marco jurídico e a legalização se incluem neste eixo para uma análise das formas jurídicas para legalização de empreendimentos coletivos.

Enquanto metodologia de trabalho junto a grupos populares há textos que abordam a educação popular, modelos de diagnóstico participativo e incubação. Sobre ferramentas de trabalho tratamos do planejamento e análise de viabilidade e de gestão, contabilidade e o fluxo de caixa,

Outro aspecto importante deste eixo é a caracterização da economia solidária no município de Embu das Artes, com um resumo sobre os principais grupos e entidades que trabalham com o tema, e que podem servir de áreas de trabalho para os jovens.

Modelo base sobre como Elaborar Projetos

Pense nos seguintes problemas e busque uma solução:

Problema 1: Na cidade de Embu das Artes²⁵ 60% de seu território pertence a Área de Proteção aos Mananciais (manancial é qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, animal ou irrigação), e está inserido no bioma da Mata Atlântica. O município faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, que tem por objetivo gerir corretamente seus recursos naturais e buscar o desenvolvimento sustentável. Apesar disso, existem apenas 45% de rede coletora de esgoto no município, e destes, apenas 15% do esgoto coletado é tratado corretamente em Barueri. O restante é despejado diretamente em córregos e rios, contaminando um recurso natural escasso.

Frente a este problema com a poluição das águas, o que o poder público local poderia fazer? Como solucionar este problema?

Problema 2: No bairro do Jd. Santo Eduardo em Embu das Artes, um pequeno grupo de mulheres, de 5 integrantes, produz itens de costura ligado ao vestuário, como camisetas, calças, shorts e blusas femininas. Este grupo chama-se Criando e Costurando Modas, existe há 1 ano e vende, principalmente, no seu próprio bairro, além de também contar com algumas demandas por encomenda externa.

O grupo enfrenta, desde sua criação, dificuldade para comprar matérias-primas para sua produção, devido a falta de dinheiro das integrantes. Frente a este problema, o grupo não sabe o que fazer, e esta sua dificuldade limita muito a capacidade de produção e de vendas do grupo.

Como o grupo pode fazer para resolver de fato este problema? Quais os passos que o grupo pode seguir para ter recursos que lhe possibilite manter sua produção?

Definição e Etapas de um projeto

O que é um projeto?²⁶

Algumas definições são: “Um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”. (ONU, 1984)

Um projeto surge em resposta a um problema concreto. Elaborar um projeto é, antes de mais nada, contribuir para a solução de problemas, transformando IDÉIAS em AÇÕES.

O documento chamado PROJETO é o resultado obtido ao se “projetar” no papel tudo o que é necessário para o desenvolvimento de um conjunto de atividades a serem executadas: quais são os objetivos, que meios serão buscados para atingi-los, quais recursos serão necessários, onde serão obtidos e como serão avaliados os resultados.

As etapas básicas para elaboração de projetos são:

ETAPA 1 - A definição do projeto: *O que queremos fazer?*

ETAPA 2 – O Plano de trabalho: *Como vamos agir?*

²⁵ Atlas Socioambiental de Embu das Artes, 2008.

²⁶ Texto adaptado de ISA e APREMAVI, Pequeno Manual para Elaboração de Projetos.

ETAPA 3 – O andamento do projeto: *Como vamos avaliar, tirar conclusões e disseminar resultados?*

ETAPA 4 – O orçamento: *Quanto vai custar o projeto?*

A organização do projeto em um documento nos auxilia a sistematizar o trabalho em etapas a serem cumpridas, compartilhar a imagem do que se quer alcançar, identificar as principais deficiências a superar e apontar possíveis falhas durante a execução das atividades previstas.

Já que é um processo participativo desde o começo, pois não se pode realizar soluções sem a participação de todos os envolvidos, o projeto se torna uma FERRAMENTA DE TRABALHO, um INSTRUMENTO GERENCIAL, um PONTO DE CONVERGÊNCIA de pessoas.

Um bom projeto escrito tem que mostrar-se capaz de comunicar todas as informações necessárias e é por isso que, em geral, existem elementos básicos que compõem sua apresentação.

Se o seu projeto se transformar numa proposta de financiamento e se for aprovada por algum financiador, significa que ele compreendeu o programa que a sua entidade pretende realizar, percebeu sua importância e as possibilidades de êxito. Em outras palavras, ele acredita nas metas de sua entidade, vê que os objetivos seguem no mesmo rumo e vê as chances de sucesso. É bom ter claro que fazer um projeto não serve apenas para buscar recursos externos junto a entidades financiadoras, mas serve também para organizar idéias e propostas de ação coletiva e para envio de proposta de trabalho a um cliente ou consumidor.

Abaixo há as principais etapas de elaboração de projetos, no entanto, as mesmas variam de acordo com o objetivo e o foco da elaboração do projeto, cabendo algumas, acrescentando ou excluindo outras de acordo com a proposta do projeto.

Quais os passos para elaborar um projeto?

ETAPA 1 - A definição do projeto: *O que queremos fazer?*

O trabalho começa pelo “coração” do projeto: a definição concreta do objeto de trabalho, os propósitos, os objetivos que se tem e uma visão clara dos problemas que se quer resolver com a realização da idéia. É importante discutir a idéia central da proposta desde o início **com todas as pessoas interessadas**, pois seu envolvimento futuro nos trabalhos será motivado pelas visões compartilhadas nesta primeira etapa. Para isso será necessário encontros ou reuniões do grupo de trabalho envolvido.

As reuniões são importantes porque:

- Para se ver a expectativa de todos e esclarecer as idéias e objetivos de todos e a todos, afim de recortar o escopo do projeto e definir o público-alvo que se quer trabalhar
- Motivar todos os presentes para agir
- Reunir as informações necessárias para escrever o projeto
- Procurar informações sobre as fontes de recursos
- Organizar a equipe de participantes para desenvolver o projeto, dividir tarefas e responsabilidades (geralmente o grupo escolhe um facilitador para organizar as reuniões e sistematizar as informações)

O que um Projeto precisa conter?

Os principais itens que compõe um projeto relacionam-se de forma bastante orgânica, de modo que o desenvolvimento de uma etapa leva necessariamente à outra.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Deve conter o título do projeto, o local em que será implementado, a data da elaboração, a duração do projeto e o início previsto. É interessante que o título do projeto se relacione com o conteúdo da proposta

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE/EXECUTOR

É a equipe responsável pela idéia e pela sua execução.

Deve conter as seguintes informações: nome, endereço completo, forma jurídica, data do registro jurídico, CGC, representante legal e ato que lhe atribui competência, coordenador do projeto e seu endereço.

É importante não esquecer de mencionar todos os parceiros do projeto, indicando claramente quem é o proponente e quem participará da execução.

HISTÓRICO DE EXPERIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE/EXECUTORA

Deve conter uma descrição sucinta dos trabalhos que vêm sendo realizados pela organização, o tipo de projetos que já foram executados ou propostos e em que região, localidade ou comunidade. Indica a experiência e a aptidão da instituição em desenvolver trabalhos semelhantes ao proposto e demonstra porque irá obter sucesso.

Pode-se seguir o seguinte roteiro:

- Nome ou tipo dos trabalhos/projetos/campanhas executados
- Data ou período dos trabalhos/projetos/campanhas executados
- Fontes financiadoras e valor do orçamento (se for o caso)
- Principais resultados e conquistas alcançados
- Parcerias desenvolvidas com entidades financiadoras e outros órgãos (governamentais ou não).

Se a organização tiver muitos trabalhos já desenvolvidos, descreva os mais importantes e/ou os que foram desenvolvidos, pelo menos, nos últimos 3 anos. nesse caso, anexe prospectos, publicações, vídeos ou outros produtos sobre esses trabalhos.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA e JUSTIFICATIVA

A elaboração de um projeto se dá introduzindo o que pretendemos resolver, ou transformar, ou seja, a definição clara do problema a ser tratado. Este problema deve ser delimitado e caracterizado para conhecermos suas dimensões, origens, histórico, implicações e outras informações. Esta prática nos dará maior intimidade com o tema, permitindo um diagnóstico mais fiel e definindo estratégias mais precisas para sua resolução.

Aqui deve ficar claro que o projeto é uma resposta a um determinado problema percebido e identificado pela comunidade ou pela entidade proponente.

Após a caracterização do problema/situação, podemos justificar a necessidade da intervenção. Esclarecimentos sobre a importância de sua realização à nível sócio-econômico-ambiental, evidências da sua viabilidade e outras informações que possam auxiliar o financiador na tomada de decisões devem ser enfatizadas.

Deve descrever com detalhes a região onde vai ser implantado o projeto; situação ambiental (como os recursos naturais foram e estão sendo usados), principais atividades econômicas, número de famílias/pessoas direta e indiretamente envolvidas/beneficiadas com os resultados do projeto, condição de saúde e educação, formas e meio de transporte, problemas ambientais e econômicos, organizações potencialmente existentes, etc.

A **justificativa** é uma parte muito importante em um projeto, ela deve responder: Por que executar

o projeto? Por que ele deve ser aprovado e implementado?

Algumas perguntas que podem ajudar a responder esta questão:

- Qual a importância desse problema/questão para a comunidade? E para a conservação dos recursos naturais da região?
- Existem outros projetos semelhantes sendo desenvolvidos nessa região ou nessa área temática?
- Qual é a possível relação e atividades semelhantes ou complementares entre eles e o projeto proposto?
- Quais são os benefícios econômicos, sociais e ambientais a serem alcançados pela comunidade e os resultados para a região?

OBJETIVO GERAL

Tem-se empregado o termo objetivo geral para a situação ideal almejada, em poucas palavras, o objetivo geral deve expressar o que se quer alcançar na região a longo prazo, ultrapassando inclusive o tempo de duração do projeto. Geralmente o objetivo geral está vinculado à estratégia global da instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos também podem ser chamados de resultados esperados. São os efeitos diretos das atividades ou ações do projeto. Ao contrário dos objetivos gerais, que nem sempre poderão ser plenamente atingidos durante o prazo de execução do projeto, os objetivos específicos devem se realizar até o final do projeto.

METAS

As metas, que muitas vezes são confundidas com os objetivos específicos, são os resultados parciais a serem atingidos e neste caso podem e devem ser bastante concretos expressando quantidades e qualidades dos objetivos, ou seja, quanto será feito. A definição de metas com elementos quantitativos e qualitativos é conveniente para avaliar os avanços. Ao escrevermos uma meta, devemos nos perguntar: o que queremos? Para que o queremos? Quando o queremos? Quando a meta se refere a um determinado setor da população ou a um determinado tipo de organização, devemos descrevê-los adequadamente. Por exemplo, devemos informar a quantidade de pessoas que queremos atingir, o sexo, a idade e outras informações que esclareçam a quem estamos nos referindo.

Cada objetivo específico deve ter uma ou mais metas. Quanto melhor dimensionada estiver uma meta, mais fácil será definir os indicadores que permitirão evidenciar seu alcance.

Nem todas as instituições financiadoras exigem a descrição de objetivos específicos e metas separadamente. Algumas exigem uma ou outra forma.

ATIVIDADES

São as ações previstas para a realização do projeto, devendo ser claramente descritas e relacionadas aos objetivos específicos. Devem ser numeradas em ordem cronológica de execução e indicando quando couber, unidades de medida (ex. metros, kg, dúzia, litros, etc.) e quantidade.

É importante que as atividades sempre sejam relacionadas com os objetivos específicos ou com as metas, pois é através da soma das atividades que se avalia a possibilidade do projeto atingir seu objetivo geral.

BENEFÍCIOS E BENEFICIÁRIOS

Devem descrever os resultados concretos e quem será beneficiado com a realização do projeto. De uma forma geral podem responder as seguintes perguntas:

- De quem partiu a iniciativa de elaborar o projeto? Foram realizados encontros com os beneficiários? Quantas pessoas participaram? Faça uma breve descrição do processo de elaboração da proposta.
- Como se dará a participação dos beneficiários na execução do projeto?
- Como a comunidade será beneficiada com o projeto? Através de quais benefícios?

ETAPA 2 – O Plano de trabalho: *Como vamos agir?*

Neste momento todos os objetivos que foram definidos na etapa anterior tem que ter seus respectivos procedimentos de trabalho. O ideal é verificar se para cada objetivo há um procedimento claro, se não é um objetivo “morto”.

A idéia central é sempre que possível justificar os métodos de trabalho escolhidos para garantir uma maior coerência e consistência ao projeto.

A metodologia deve descrever as formas e técnicas que serão utilizadas para executar as atividades previstas, devendo explicar passo a passo a realização de cada atividade e não apenas repetir as atividades.

Deve levar em conta que as atividades tem início, meio e fim, detalhando o plano de trabalho.

A metodologia deve responder às seguintes questões:

- a) Como o projeto vai atingir seus objetivos?
- b) Como começarão as atividades?
- c) Como serão coordenadas e gerenciadas as atividades?
- d) Como e em que momentos haverá a participação e envolvimento direto do grupo social?
- e) Quais as tarefas que cabem à organização?
- f) Como, quando e por quem serão feitas as avaliações intermediárias sobre o andamento do projeto?
- g) Como e em que momentos haverá a participação e o envolvimento direto do grupo social?
- h) Quais as tarefas que cabem à organização e ao grupo social?
- i) Quais são as atividades de capacitação e treinamento? Seus conteúdos programáticos e beneficiários?
- j) Na disposição dos resultados, o que será objeto de divulgação, os tipos de atividades, a abrangência e o público alvo.

Deve se descrever o tipo de atuação a ser desenvolvida: pesquisa, diagnóstico, intervenção ou outras; que procedimentos (métodos, técnicas e instrumentos, etc.) serão adotados e como será

sua avaliação e divulgação.

É importante pesquisar metodologias que foram empregadas em projetos semelhantes, verificando sua aplicabilidade e deficiências, e é sempre oportuno mencionar as referências bibliográficas. Um projeto pode ser considerado bem elaborado quando tem metodologia bem definida e clara. É a metodologia que vai dar aos avaliadores/pareceristas, a certeza de que os objetivos do projeto

realmente tem condições de serem alcançados. Portanto este item deve merecer atenção especial por parte das instituições que elaborarem projetos.

Uma boa metodologia prevê três pontos fundamentais: a gestão participativa, o acompanhamento técnico sistemático e continuado e o desenvolvimento de ações de disseminação de informações e de conhecimentos entre a população envolvida (capacitação).

CRONOGRAMA

Os projetos, como já foi comentado, são temporalmente bem definidos quando possuem datas de início e de término preestabelecidas. As atividades que serão desenvolvidas devem se inserir neste lapso de tempo. O cronograma é a disposição gráfica das épocas em que as atividades vão se dar e permite uma rápida visualização da seqüência em que devem acontecer. Um exemplo esquemático segue abaixo:

Atividade Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Atividade 1								
Atividade 2								
Atividade 3								

ETAPA 3 – O andamento do projeto: *Como vamos avaliar, tirar conclusões e disseminar resultados?*

SUSTENTABILIDADE

Alguns projetos, diferentemente do proposto, tem previsão de se perpetuarem, como projetos de desenvolvimento institucional e financeiro de empreendimentos coletivos, ONGs, e outros. Nestes casos faz-se necessária a adoção de estratégias para geração de recursos, não somente financeiros, mas também humanos, uma vez que os financiadores nem sempre terão disposição de apoiá-lo indefinidamente.

É interessante que todo projeto tenha a perspectiva de atingir a auto-sustentabilidade ecológica e econômica, durante e após o término do repasse dos recursos. Neste sentido deve-se descrever com que meios e de que forma a organização e a comunidade envolvida planejam continuar as atividades após o término dos recursos.

Existem projetos que prevêm a geração de renda através da comercialização de produtos ou serviços produzidos. Nestes casos a maioria das fontes financiadoras exige estudos de mercado que contemplem os seguintes itens: quantidade de produção no início das atividades, quantidade de produção prevista ao final das atividades, custo de produção, preço de mercado, mercado alvo, condições de escoamento da produção, produtos concorrentes, condições de armazenagem, incremento de renda previsto com o projeto, etc.

Neste item, deve-se procurar demonstrar qual o potencial de sustentabilidade do projeto proposto. As questões a seguir servem como referência para esta descrição:

- É possível estimar a durabilidade dos resultados e dos impactos do projeto?
- Sua organização pretende dar prosseguimento ao projeto após o financiamento do mesmo? Explique como.
- Os beneficiários ou outras instituições (comunidades, famílias, prefeituras, ONGs) pretendem dar continuidade ao trabalho após o término do financiamento?

DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação das experiências bem sucedidas é de fundamental importância, tanto para a continuidade do projeto, quanto para o impacto positivo que o projeto pretende deixar na comunidade. As ações de disseminação dos resultados também precisam ser pensadas dentro de cada projeto.

As propostas de divulgação poderão ser planejadas em nível local ou regional, incluindo os seguintes itens:

- Definição do que será objeto de divulgação (metodologias, técnicas, experiências);
- Definição dos produtos por meio dos quais será feita a divulgação (livros, artigos para revistas/jornais, vídeos, seminários, propriedades piloto);
- Definição das atividades de divulgação (palestras, reuniões);
- Definição da abrangência da divulgação (local ou regional);
- Definição do público que se pretende atingir (outras populações com características semelhantes às dos beneficiários do projeto, órgãos públicos, setores acadêmicos, organizações não governamentais, etc.).

Como podemos ver, disseminar é mais do que divulgar, é tornar o projeto palpável a sociedade, que poderá transformá-lo em um novo modelo de trabalho. Deste modo, disseminar torna-se uma atitude todo o tempo de duração do trabalho.

MONITORAMENTO/AVALIAÇÕES

O monitoramento é uma prática imprescindível para avaliar quanto do proposto vêm sendo alcançado. Pode indicar a necessidade de alteração de algumas das metas ou atividades programadas. Para que a monitoria e avaliação possa alcançar seus objetivos é necessário que se estabeleçam previamente alguns indicadores quantitativos e qualitativos. Estes indicadores devem permitir, de uma maneira geral, avaliar de que forma o projeto pretende:

- a) Obter a participação da comunidade.
- b) Documentar a experiência em todas as suas etapas.
- c) Divulgar, difundir os procedimentos, acertos e erros do projeto.
- d) Acompanhar a realização dos resultados e da aplicação dos recursos financeiros.
- e) Avaliar permanentemente o projeto, envolvendo equipe técnica e comunidade e realizando os ajustes que se façam necessários.
- f) Observar, acompanhar, monitorar, os impactos ambientais que o projeto poderá causar.
- g) Aferir os resultados econômicos, para saber se o projeto é auto-sustentável.

Os indicadores de resultado permitem aferir/averiguar o progresso de cada atividade em relação aos objetivos do projeto. Em tese, se todas as atividades estiverem 100% executadas, os objetivos do projeto foram alcançados.

Relacione para cada atividade um ou mais indicadores de resultados, para que se possa a

qualquer momento fazer uma avaliação e verificar se as atividades estão sendo executadas de acordo com o programa.

ETAPA 4 – O orçamento: Quanto vai custar o projeto?

ORÇAMENTO

Após um planejamento detalhado das atividades, pode-se perguntar quanto custará o projeto, quando se darão as despesas e quando os recursos deverão estar disponíveis. O orçamento é um resumo ou cronograma financeiro do projeto, no qual se indica com o que e quando serão gastos os recursos e de que fontes virão os recursos. Facilmente pode-se observar que existem diferentes tipos de despesas que podem ser agrupadas de forma homogênea, como por ex.: material de consumo; custos administrativos; equipe permanente; serviços de terceiros; diárias e hospedagem; veículos, máquinas e equipamentos; obras e instalações.

No orçamento as despesas devem ser descritas de forma agrupada, no entanto, as organizações financiadoras exigem que se faça uma descrição detalhada de todos os custos, que é chamada memória de cálculo.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Na memória de cálculo devem ser descritos todos os itens de despesa individualmente, conforme exemplo:

- Pessoal – a equipe que irá executar o projeto, devendo constar o valor por hora do custo do seu trabalho.
- Material de consumo - são materiais como papel, lápis, embalagens, pequenas ferramentas, combustível, etc. Dê a especificação do material (papel, lápis, etc.), unidade de medida (metros, kg, etc.), marca (quando couber), quantidade, custo unitário e custo total.
- Custos administrativos - são despesas correntes necessárias ao funcionamento das entidades, tais como aluguel, contas de luz, telefone, material de escritório, etc. Normalmente se faz uma proporção do uso destas coisas para cada projeto.
- Equipe Permanente - é a equipe de técnicos e outras pessoas que estarão envolvidas durante e com a implementação do projeto. Indique os técnicos e outros profissionais que serão contratados para a execução do projeto, dando nome (se conhecido previamente), horas que irá trabalhar, quantidade e custo de cada um.
- Serviços de terceiros - são os serviços temporários prestados ao projeto, por pessoas físicas ou jurídicas. Especifique o serviço (serviços de assessoria e apoio na gestão, etc.) unidade de medida (horas, dias, meses) quantidade, custos.
- Diárias e hospedagem - são despesas correntes de viagem e estadias de pessoas da equipe em função de atividades previstas no projeto (vistoria em campo, cursos, seminários) ou de consultores de outras instituições solicitados para tarefas específicas. Especifique a atividade (curso, seminário, reunião, etc.) para qual serão necessárias as diárias e/ou hospedagens.
- Veículos, máquinas e equipamentos - dimensione bem a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos e especifique o tipo de veículo (utilitário pick up, automóvel, etc.) ou do bem a ser adquirido (fax, TV, vídeo, etc.), quantidade, marca/modelo e o custo.
- Obras e instalações - Relacione o tipo (casa, galpão, depósito, etc.) de obras e instalações necessárias à implantação do projeto. Indique a unidade de medida (m²), quantidade e custo.

Anexe projeto ou croqui detalhado da obra: tipo de construção, prazo de execução, áreas e dependências a serem construídas ou ampliadas, cronograma financeiro da obra, documentação comprobatória de propriedade ou cessão de posse do terreno. Normalmente cada instituição financiadora segue uma sistemática própria.

5. CONDIÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Algumas fontes financiadoras pedem que se avaliem e descrevam as condições ou fatos internos e externos que podem favorecer ou desfavorecer o andamento do projeto. É importante levar isso em conta para verificar a viabilidade do projeto. Apresente sugestões e procedimentos para fortalecer as condições favoráveis e para afastar e/ou modificar as desfavoráveis.

Ex. Condições Internas:

- Favoráveis: Infra-estrutura instalada e experiência técnica comprovada em atividades; semelhantes; Alto grau de organização e articulação do grupo social envolvido; Alto grau de aceitação da entidade perante a comunidade.
- Desfavoráveis: Não existe grau de organização e articulação do grupo social envolvido; Organização ainda não é bem aceita na comunidade por não seguir padrões tradicionais de desenvolvimento.

Ex. Condições Externas:

- Favoráveis: Possibilidade de abertura de exportação dos produtos a serem fabricados/produzidos; Melhoria das condições de transporte/energia.
- Desfavoráveis: Oscilação do mercado com preços desfavoráveis aos produtos a serem fabricados/produzidos; Fatores climáticos - períodos prolongados de chuva ou seca que podem adiantar ou atrasar etapas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Referências bibliográficas que possam conceituar o problema, ou servir de base para a ação, podem e devem ser apresentadas. Certamente darão ao financiador uma noção de quanto o autor está inteirado ao assunto, pelo menos ao nível conceitual/teórico.

RESUMO

O resumo é uma seção geralmente de uma página onde é feita uma síntese do projeto. Sua função é dar uma idéia geral do que se trata, seus objetivos, duração e custo, dentre outros. Escrever um bom resumo é extremamente importante, pois este tem que cativar o leitor a aprofundar-se no projeto e descobrir o quanto ele é importante, bem intencionado e efetivo. O resumo deverá ser uma das últimas seções a ser redigida, pois então teremos maior intimidade com o projeto.

ANEXOS

Muitas informações que não é possível inserir em nenhuma das seções anteriores podem ser, desde que imprescindíveis, transformadas em anexos. Um mapa localizando a região ou município, o curriculum vitae dos principais integrantes da equipe, um histórico mais detalhado, cartas de recomendação de algumas pessoas relacionadas à instituição financiadora, um relato do desempenho de sua organização e de seu envolvimento com outras instituições atuantes na área, etc.

É importante ressaltar que nem todos os revisores se interessarão por tantas informações quanto foram sugeridas, e portanto é aconselhável se restringir às realmente necessárias para contextualização de sua proposta.

Questão Jurídica e a Economia Solidária²⁷

O que é Pessoa Jurídica?

A Pessoa Jurídica é construída pelos acordos coletivos, que existe em função de um grupo de pessoas, sendo mais do que a soma das partes, mas a união de objetivos comuns, que confere força e acessibilidade aos seus membros, com relações formais e legais junto ao Estado, Consumidor, Fornecedor, parceiros, etc, com direitos e deveres; uma forma comprometida de relação e confiança.

Entender o que é Pessoa Jurídica é fundamental para se compreender a formalização e criação de sociedades, é o reconhecimento legal do trabalho em coletivos ou por coletivos.

“O ser humano, pessoa física ou natural, é dotado de capacidade jurídica. No entanto isoladamente é pequeno demais para a realização de grandes empreendimentos. Desde cedo percebeu a necessidade de conjugar esforços, de unir-se a outros homens, para realizar determinados empreendimentos, conseguindo, por meio dessa união, uma polarização de atividades em torno do grupo reunido.

Daí decorre a atribuição de capacidade jurídica aos entes abstratos assim constituídos, gerados pela vontade e necessidade do homem. As pessoas jurídicas surgem, portanto, ora como conjunto de pessoas, ora como destinação patrimonial, com aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações.

A necessidade da sociedade em constituir pessoas jurídicas surge desde a criação de uma associação de bairro para defender o interesse de seus moradores ou de uma associação esportiva para reunir adeptos de determinada prática esportiva até a criação do próprio Estado, entidade jurídica que transcende a própria noção singela que ora damos.

A necessidade ou premência de conjugar esforços é tão inerente ao homem como a própria necessidade de viver em sociedade. É por meio da pessoa jurídica que o homem sobrepuja suas limitações e transcende a brevidade de sua vida. Há sempre, na vontade do ser humano, ao constituir uma pessoa jurídica, um sentido de perenidade a qual, como ser mortal, não pode atingir.

Contudo, não basta a simples aglomeração ou união de pessoas para que surja uma pessoa desvinculada da vontade e da autonomia de seus próprios membros. É imprescindível a vinculação psíquica entre os que constituem a pessoa jurídica para que esta assim seja considerada. É essa vinculação jurídica entre as pessoas, entre seus membros, que imprime unidade orgânica ao ente criado.

De forma singela, surge a personificação do ente abstrato, cuja vontade é diversa da vontade de seus membros – *societas distat a singulis* -, há a personificação do ente coletivo²⁸.

O mundo do trabalho sob um olhar jurídico

O desenvolvimento de um trabalho pode ocorrer de diversas formas e relações, que variam de acordo com as responsabilidades, direitos e deveres tomados para cada uma delas.

De modo geral, existe a relação de emprego, de trabalho associativo e de trabalho autônomo:

- Trabalho subordinado, pressupostos:

²⁷ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

²⁸ Fonte: VENOSA, Silvo de Salvo. Direito civil. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 229.

- Há onerosidade (salário) diferente de gratuidade;
- Trabalhador subordinado; há uma dependência para executar o trabalho, feito de acordo com o empregador;
- Pessoa física é o empregado e trabalhador (o tomador do serviço pode ser PJ ou PF);
- Relação pessoal do prestador do serviço, ou seja, contrata-se o João, a Maria;
- Serviço executado de forma habitual, ou seja, não eventual.

Presente estes elementos a carteira de trabalho deve ser assinada, seguindo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), bem como os direitos trabalhistas assegurados (FGTS, INSS, férias, 13º, etc.)

As Leis trabalhistas surgiram para tentar impedir abusos na relação de contrato entre empregado e empregador; e garantir conquistas e direitos sociais construídos historicamente pelos trabalhadores.

- Trabalho autônomo: pessoa física que exerce por conta própria atividade econômica com ou sem fins lucrativos. É o prestador de serviços que não tem vínculo empregatício porque faltam todos ou alguns dos pressupostos do trabalho subordinado. Exemplo dessa forma é o médico e vendedor que trabalham por conta própria.
- Trabalho associativo: caracterizado na forma jurídica cooperativa e associação; são os trabalhadores livremente associados que exercem coletivamente um trabalho. No caso das cooperativas, seus trabalhadores também podem ser autônomos, trabalhando por conta própria, mas associados entre si em sua atividade.

O que é precarização no trabalho?

É quando não são cumpridos os direitos e deveres nas condições de trabalho, principalmente, os garantidos em lei. Por exemplo, trabalhar sem condições de saúde e segurança; ter relação de emprego, mas sem os direitos trabalhistas e a carteira assinada. As cooperativas falsas (cooper-gatos) são forma de precarizar o trabalho, mascarando uma relação de assalariamento e o não cumprimento das leis trabalhistas.

O que fazer quando há trabalho precarizado?

- Denúncia junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho;
- Ter testemunhas;
- Comprovar precarização com base na realidade, não necessariamente pela formalidade e legalidade

O que é cooperativa, empresa mercantil e associação ?

Vamos agora conceituar as principais formas para pessoas jurídicas, que no direito privado, podem assumir três estruturas diferentes: fundação, associação ou sociedades. Estas duas últimas caracterizam-se pela união de esforços para a realização de fins comuns.

É a legislação que estabelece a estrutura jurídica das sociedades.

- O conceito usual para cooperativa é de uma sociedade de pessoas, cujo objetivo é prestar serviço aos sócios. Na cooperativa, o sócio tem duplo papel: de sócio que participa da tomada de decisões, e de cliente, que utiliza dos serviços da cooperativa.
- Empresa é uma sociedade de capital, aonde a capacidade de decisão espelha o capital

investido. Tem finalidade lucrativa.

- Associação, assim como a cooperativa, é uma sociedade sem fins lucrativos. Criada para ser um meio de obtenção de objetivos sociais, exemplo, associação de moradores que representa o bairro, suas reivindicações e projetos.

Como a economia solidária é uma nova forma de organização do trabalho, sua forma jurídica também tem que espelhar esta proposta de participação e democracia, sendo uma ferramenta que auxilia na sua identificação e promoção. Ainda hoje a cooperativa é a melhor forma jurídica que reflete isto, principalmente por caracterizar-se pela união de pessoas em torno de um objetivo comum.

	Empresa	Cooperativa	Associação
Conceito O que é?	Sociedade empresária ou simples/ com fins lucrativos	Sociedade sem fins lucrativos	Pessoa Jurídica sem fins lucrativos
O que é principal	Capital levado para sociedade. Associação de capital	Qualidades do Cooperado. Associação de pessoas	Qualidades do Associado
Objetivo	Obter lucro. Valoriza o capital	Prestação de serviços/ benefícios aos cooperados	Diversos, mas não econômico. (filantrópicos, culturais, sociais, políticos, etc.)
Formação	Mínimo 2 pessoas	Mínimo: Cód. Civil: pessoas para compor órgãos Lei 5764/71: 20. Código Civil Estadual: 13 pessoas	Mínimo 2 pessoas
Tomada de Decisões/Controle	Com base no capital de cada sócio/financeiro. Quem tem mais capital investido tem mais poder de decisão	Cada cabeça um voto/democrático	Cada cabeça um voto/democrático
Responsabilidade	Dividida entre os sócios na proporção do capital (cota ou ação). Centralizado e Hierarquizado	Dividida entre os cooperados	Dividida entre os associados
Compromissos	Econômicos	Educativos, sociais e econômicos	Diversos, mas não econômicos
Patrimônio	Ações, cotas, empréstimos, reservas.	Formada por cotas-parte, por doações e empréstimos	Formada por taxas pagas pelos associados, doações, fundos, reservas e cotas
Remuneração do Trabalho	Sócio que trabalha pode receber pro labore; Há sócio que não trabalha;	Cooperado trabalhador recebe retirada na proporção das operações realizadas com a cooperativa;	Associado trabalhador: não há previsão legal;

Excedentes	Lucro embolsado pelo sócio/patrão, na proporção do capital (cotas ou ações)	Sobras divididas pelos cooperados, transformados em fundos ou reinvestimentos	Não retorna ao associado; deve ser reinvestido no objetivo da associação.
Dissolução	Patrimônio é dividido entre os sócios na proporção do capital	Cotas são devolvidas aos cooperados; fundos indivisíveis vão para o fomento do cooperativismo	Cotas são devolvidas aos associados; Remanescente é destinado para entidade de fins idênticos ou semelhantes
Relações Internas	Sócios e Empregados/ Relação de assalariamento. Patrão e empregado.	Sócios Cooperados são autônomos Pode haver empregados	Associados Pode haver empregados
Registro	* Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; * Receita Federal/CNPJ * inscrição estadual e/ou municipal a depender da atividade; * inscrição municipal (alvará de funcionamento) * outros a depender da atividade	* Junta Comercial * Receita Federal/CNPJ * inscrição estadual e/ou municipal a depender da atividade; * inscrição municipal (alvará de funcionamento) * outros a depender da atividade	* Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas * Receita Federal/CNPJ * inscrição estadual e/ou municipal a depender da atividade; * inscrição municipal (alvará de funcionamento) * outros a depender da atividade
Impostos e Tributos* (varia de acordo com a atividade econômica exercida) Exemplo para um agroindústria de beneficiamento de alimentos	CONFINS: 3% da Receita Bruta ICMS IR IPI ISS - 2 a 5 %	CONFINS: 3% da Receita Bruta ICMS IR – sobre ato não cooperativo IPI – com crédito ISS - 2 a 5 %	Imune de I.R.: quando não remunera dirigentes, distribui sobras e ganhos financeiros aos associados e aplica rendas e patrimônio na execução de seus objetivos no território nacional Se tem atividade produtiva: 2,5% ao INSS sobre receita bruta CONFINS: 3% da Receita Bruta

Obs.: lembrar que a associação não pode ter finalidade econômica; no entanto pode realizar atividade econômica (como vender e/ou prestar serviços não gratuitos), desde que o resultado seja revertido para o objetivo principal (não econômico) da associação (por exemplo, educação,

defesa dos interesses do associados, hospital etc.). Pode, portanto, emitir nota. Para emitir nota é preciso estar inscrita no Estado (nota fiscal de compra e venda – ICMS) ou no Município (nota fiscal de prestação de serviços). De qualquer forma, sempre é preciso analisar a legislação de cada Estado/Município.

**Impostos Gerais: Impostos sobre operações financeiras (crédito, cambio, seguros e aplicação bancária); Imposto Territorial Rural: pago pela propriedade; Impostos embutidos quando compramos algo; Se tiver empregados: Encargos Trabalhistas cerca de 52% da folha de pagamento (INSS, FGTS e outros); IPVA, IPTU.

Leis e a Economia Solidária

Embora a cooperativa seja a forma que mais se aproxima dos pré-requisitos das práticas solidárias, ela também é usada por empresas que querem mascarar relações trabalhistas, são as chamadas cooper-gatos. Em consequência disto, o Ministério Público definiu um termo de ajustamento de conduta (TAC) que proíbe que as cooperativas participem de licitações o que, por outro lado, prejudica, e muito, as cooperativas verdadeiras e autênticas que poderiam participar de licitações e compras públicas.

Em virtude desta questão, o movimento de economia solidária busca desenvolver formas jurídicas próprias para os empreendimentos de economia solidária, e mesmo, melhorar a atual legislação das cooperativas.

Lei atual principal:

- 5764/1971: contém os princípios cooperativistas (portas abertas, gestão democráticas, interesse pela comunidade e assistência aos cooperados). Essa lei é ultrapassada para as necessidades da ecosol, criada num período para incentivar produtores rurais, no período da ditadura militar.

Define que o número mínimo é de 20 cooperados

Projetos de Lei (PL) em discussão²⁹

PL: proposta que pretende virar lei, para isso, passar pelas etapas de discussão e aprovação junto ao legislativo.

- PL para institucionalização da política nacional de economia solidária
- PL federal da lei geral das sociedades cooperativas
- PL federal que disciplina especificamente as cooperativas de trabalho
- PL federal que disciplina o ato cooperativo
- PL federal que cria uma política pública para economia solidária
- PLs estaduais e municipais de fomento à Ecosol

²⁹ Através do site <http://www.locatio.com.br/ndc/arvore.php> é possível conhecer algumas PL em discussão.

A importância do Planejamento³⁰

Quanto trabalhando com empreendimentos da economia solidária, seja enquanto grupo produtivo, seja enquanto educador junto a este grupo; a questão do planejamento deve estar na mente destes atores.

É preciso que façamos, ao longo de todo o processo de formação, para consolidação de ações de economia solidária, diagnósticos e avaliações sucessivas, que montem cenários, planos par a intervenção mais consciente e profunda na transformação do real. Se o processo de formação deve partir da problematização [busca das causas e explicações, perguntar os 'porquês'] do real, não podemos fazê-lo de uma forma espontânea. O aproveitar a riqueza e cada momento não deve ser confundido com a ausência de uma intervenção planejada. Apenas, sinaliza que o plano não pode e nem deve ser rígido.

Na medida do possível, os imprevistos devem ser aproveitados, o que não invalida o que se havia planejado.

São elementos importantes do planejamento: aprender a conhecer e avaliar a situação, a planejar tática e estrategicamente a seqüência de ações; aprender a reconstruir conceitos e teorias já existentes, ou a construir novas. Se o ponto de partida é o trabalhador real, precisamos conhecer com ele essa realidade. É preciso que a população se aproprie da técnica do planejamento. E preciso, então, aprender e ensinar a pesquisar a realidade do trabalhador e que essa pesquisa seja participativa. Uma das formas que estamos buscando experimentar é a da “Estimativa Rápida participativa”, proposta trazida pela intervenção dos setores da saúde pública, e que pode servir para um primeiro cenário do contexto em que se insere o grupo a ser cooperativado.



No planejamento nos valem da imaginação, da criação, da volta para perceber o que poderia ter sido se houvésssemos trilhado outro caminho, bem como as possibilidades que o caminho feito aponta para o futuro. É o momento oportuno para lidarmos com o “se” da história, aprendendo as diferentes alternativas que estavam postas no passado e que chegam até o presente.

O planejamento, a aposta no futuro, é inerente a todo o ser humano, e inseri-se no uso da memória e da reflexão. Esse jogo futuro que o planejamento anuncia é um “jogo aberto”, não pré-dizível, mas apenas previsível, O que é mais tênue. Isto não impede que nossa vontade de intervir tenha êxito.

Planejar é criar circunstâncias no futuro. Mas, é preciso saber que as circunstâncias que criamos para o futuro têm maior condição de ocorrência e de efetividade, quanto maior for nossa capacidade de análise do passado e do presente, nossas condições de estabelecer “fios” que entrelacem os acontecimentos no tempo.

³⁰ Texto adaptado da apostila do Curso de formadores em cooperativismo da ITCP-USP, pg. 19, 1999.

A questão Política da Educação Popular – Prefácio e Posfácio³¹

Prefácio

... Agora o senhor chega e pergunta: “Ciço, o que é educação?” Tá certo. Tá bom. O que que eu penso, eu digo. Então veja, o senhor fala: “Educação”; daí eu falo “educação”. A palavra é a mesma, não é? A pronúncia, eu quero dizer. É uma só: Educação. Mas então eu pergunto pro senhor: “É a mesma coisa? É do mesmo que a gente fala quando diz essa palavra?” Aí eu digo: “Não”. Eu digo pro senhor desse jeito: “Não, não é”. Eu penso que não.

Educação... quando o senhor chega e diz “educação” vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem de um outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida de um pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, e roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso aqui.

Então quando o senhor vem e fala a pronúncia “educação”, na sua educação tem disso. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com isso tudo; recursos que no seu mundo tem. Uma coisa assim como aquilo que a gente conversava outro dia, lembra? Dos evangelhos: “Semente que caiu na terra e deu fruto bom”.

Quando eu falo o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai-não-cai ali num canto da roça, a professorinha dali mesmo, os recurso tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo “educação” e penso “enxada”, o que foi pra mim.

Porque é assim desse jeito que eu queria explicar pro senhor. Tem uma educação que vira o destino do homem, não vira? Ele entra ali com um destino e sai com outro. Quem fez? Estudo, foi estudo regular: um saber completo. Ele entra dum tamanho e sai do outro. Parece que essa educação que foi a sua tem uma força que tá nela e não tá. Como é que um menino como eu fui mudá num doutor, num professor, num sujeito de muita valia?

Agora, se eu quero lembrar da minha: “enxada”. Se eu quero lembrar: “trabalho”. E eu hoje só dou conta de um lembrzinho: a escolinha, um ano, dois, um caderninho, um livro, cartilha? Eu nem sei, eu não lembro. Aquilo de um bê-a-bá, de um alfabetozinho. Deu pra aprender? Não Deu. Deu pra saber escrever um nome, pra ler uma letrinha, outra. Foi só. O senhor sabe? Muito companheiro meu na roça, na cidade mesmo, não teve nem isso. A gente vê velho aí pra esses fundos que não sabe separar um A dum B. Gente que pega dum lápis e desenha o nome dele lá naquela dificuldade, naquele sofrimento. Mão que foi feita pro cabo da enxada acha a caneta muito pesada e quem não teve prazo dum estudozinho regular quando era menino, de velho é que não aprende mais, aprende? Pra quê? Porque eu vou dizer uma coisa pro senhor: pra quem é como esse povo de roça o estudo de escola é de pouca valia, porque o estudo é pouco e não serve pra fazer da gente um melhor. Serve só pra gente seguir sendo como era, com um pouquinho de leitura.

O senhor faz pergunta com um jeito de quem sabe a resposta. Mas eu explico assim. A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é sua. Ela tem o saber da sua gente e ela serve pra que mundo? A professora da escola dos seus meninos pode até ser uma vizinha sua, uma parente, até uma irmã, não pode?

³¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org), A Questão Política da Educação Popular, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Por prefácio entende-se: uma informação ou advertência que antecede uma obra ou livro.

Por pós-fácio entende-se: uma informação ou advertência colocada no final de uma obra ou livro.

Agora e a dos meninos? Porque mesmo escolinhas de roça, de beira de caminho, conforme é a deles, mesmo quando a professorinha é uma gente daqui, o saber dela, o saberzinho dos meninos não é. Os livros, eu digo, as idéias que tem ali. Menino aqui aprende na ilusão dos pais; aquela ilusão de mudar com estudo, um dia. Mas acaba saindo como eu, como tantos, com umas continhas, uma leitura. Isso ninguém não vai dizer que não é bom, vai? Mas pra nós é uma coisa que ajuda e não desenvolve.

Então, “educação”. É por isso que eu lhe digo que a sua é a sua e a minha é a minha. Só que a sua lhe fez. E a minha? Que a gente aprende mesmo, pros usos da roça, é na roça. É ali mesmo: um filho com pai, uma filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo os mais velhos trabalhando.

Inda ontem o senhor me perguntava da Folia de Santos Reis que a gente vimos em Caldas: “Ciço, como é que um menino aprende o cantório? As respostas?” Pois o senhor mesmo viu o costume. Eu precisei lhe ensinar? Menino tão ali, vai vendo um, outro, acompanha o pai, um tio. Olha, aprende. Tem inclinação prum cantório? Prum instrumento? Canta, tá aprendendo; pega, toca, tá aprendendo. Toca uma caixa (tambor da Folia de Reis), tá aprendendo a caixa; faz um tipe (tipo de voz do cantório), ta aprendendo cantar. Vai assim, no ato, no seguir do acontecido.

Agora, nisso tudo tem uma educação dentro, não tem? Pode não ter estudo. Um tipo dum estudo pode ser que não tenha. Mas se ele não sabia e ficou sabendo é porque no acontecido tinha uma lição escondida. Não é uma escola; não tem um professor assim na frente, com o nome “professor”. Não tem... Você vai juntando, vai juntando e no fim dá o saber do roceiro, que é um tudo que a gente precisa pra viver a vida conforme Deus é servido.

Quem que vai chamar isso aí de uma educação? Um tipo dum ensino esparramado, coisa de sertão. Mas tem, não tem? Não sei. Podia ser que tivesse mais, por exemplo, na hora que um mais velho chama um menino, um filho. Chama num canto, fala, dá um conselho, fala sério um assunto: assim, assim. Aí pode. Ele é um pai, um padrinho, um mais velho. Na hora ele representa como de um professor, até como um padre. Tem um saber que é falado ali naquela hora. Não tem um estudo, mas tem um saber. O menino baixa a cabeça, daí ele escuta; aprendeu, às vezes não esquece mais nunca.

Então vem um e pergunta assim: “O Ciço, o Antônio Ciço, seus meninos tão recebendo educação?” Que seja um padre, que seja o senhor. Eu respondo: “Homem, uma eles estão. Em casa eles tão, que a gente nunca deixa de educar um filho conforme os costumes. Mas educação de estudo, fora os dois menorzinhos, eles tão também que eles tão na escola”. Então quer dizer que á assim: tem uma educação – que eu nem sei como é que é mesmo o nome o nome que ela tem – que existe dentro do mundo da roça, entre nós. Agora tem uma – essa é que se chama mesmo “educação” – que tem na escola. Essa eu digo que é sua. É a educação que eu digo: “de estudo”, de escola; professora, professorinha, coisa e tal. Daqui, mas de lá.

A gente manda os meninos para a escola. Quem não manda? Só mesmo um sujeito muito atrasado. Um que muda daqui pra lá toda hora. Um outro que mora aí, pro fundos de um sertão, longe de tudo. A gente manda, todo mundo por aqui manda menino pro estudo. É longe, o senhor viu, mas manda. Podiam tá na roça com o pai, mas tão na escola. Mas quem é pobre e vive nessa descrença de trabalhar dum tanto, a gente crê e descrê. Menino desses pode crescer aí sem um estudozinho que seja, da escola? Não pode. Eu digo pro senhor, não pode. O meu saberzinho que já é muito pouco, veio de aprender com os antigos, mais que da escola; veio a poder de assunto, mais do que de estudo regular. Finado meu pai já dizia assim. Mas pra esses meninos quem sabe o que espera? Vai ter vida na roça pra eles todo o tempo? Tá parecendo que não. E, me diga, quem é quem na cidade sem um saberzinho de estudo? Se bem que a gente fica pensando: “O que é que a escola ensina, meu Deus?”. Sabe? Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é. (...)

Agora o senhor chega e diz: “Ciço, e uma educação dum outro jeito? Um saber pro povo do mundo como ele é?” Esse eu queria ver explicado. O senhor fala : “Eu tô falando de uma educação pro povo mesmo, um tipo duma educação dele, assim, assim”. Essa eu queria saber como é. Tem? Aí o senhor diz que isso bem podia ser feito; tudo junto; gente daqui, de lá, professor, peão, tudo. Daí eu pergunto: “Pode? Pode ser dum jeito assim? Pra que? Pra quem? (...)

Antônio Cícero de Sousa

Lavrador de sítio na estrada entre Andradas e Caldas, no sul de Minas Gerais. Também dito Antônio Ciço, Tonho Ciço e, ainda Ciço.

Posfácio

... se um tipo desse dum educação assim pudesse ter aqui, como a gente estamos conversando, com adultos, os velhos, até mulheres, conforme foi dito, assim num acordo, num outro tipo de união, com o povo todo daí desses cantos sentindo deles, coisa deles, como uma coisa que é nossa também, que então juntasse idéia de todos, professor, nós, num assunto assim, assim, então o senhor havia de ver que o povo daqui tem mais de muita coisa do que a gente pensa.

Mas é que dessa maneira que o senhor fala é difícil de compreender. Não que é difícil, veja, a gente até imagina. Se eu contar prum compadre meu: “olha, podia ser de um jeito assim”, ele imagina. Um outro, um vizinho, um companheiro, sabe como é? Porque lá na cidade gente dá conta de uns estudos assim, de alfabeto pra gente graúda, pra velho até. Se conta, mas parece que não funcionou não.

Agora o senhor chega e diz que até podia ser diferente, não é assim? Que não é só pra ensinar aquele ensininho apressado, pra ver se velho aprende o que menino não aprendeu. Então podia ser um tipo dum educação até fora da escola, sala. Que fosse assim dum jeito misturado com o-de-todo-dia da vida da gente daqui. Que podia ser um modo desses de juntar saber com saber e clarear os assuntos que a gente sente, mas não sabe. Isso?

Quer dizer, eu entendo assim: fazer dum jeito que ajuda peão a pensar como anda a vida por aqui, porque é assim, assim. Dum jeito que o povo se une numa espécie de mutirão – o senhor sabe como é? – pra um outro uso. Pra lutar pelo direito deles – trabalhador. Digo, de um tipo de reunir, pensar juntos, defender o que é seu, pelo que devia ser. Exemplo assim, como a gente falava, de começar pelas coisas que o povo já sabe, já faz de seu: as idéias, os assuntos.

Eu entendo pouco de tudo isso, não aprendi, mas ponho fé e vou lhe dizer mais, professor – como é que eu devo chamar o senhor? – eu penso que muita gente vinha ajudar, desde que a gente tivesse como acreditar que era uma coisa que tivesse valia mesmo. Uma que a gente junto pudesse fazer e tirar todo o proveito. Pra toda gente saber de novo o que já sabe, mas pensa que não. Parece que nisso tem segredo que a escola não conhece.

Como o senhor mesmo disse o nome: “educação popular”, quer dizer, dum jeito que pudesse juntar o saberzinho da gente, que é pouco, mas não é, eu lhe garanto, e ensinar o nome das coisas que é preciso pronunciar pra mudar os poderes. Então era bom. Então era. O povo vinha. Vinha mesmo e havia de aprender. E esse, quem sabe? É o saber que tá faltando pro povo saber?

O mesmo Antônio Cícero de Souza, no final da mesma entrevista que começou com a pergunta: “Ciço, como é que o povo daqui aprende?”

Saberes necessários para a prática da Pedagogia da Autogestão³²

*Tudo é possível. A utopia é possível.
Toda formação é um processo de aprendizado.*

- O educador da economia solidária deve estar comprometido com a disseminação desta proposta formativa.
- Conhecer a realidade do outro, resgatar a história e identidade local e considerá-la em sua prática pedagógica.
- Valorizar a troca de experiências para possibilitar novas experimentações que sejam resultantes da construção de um saber coletivo originado da troca entre o saber popular e o saber acadêmico/científico.
- Sensibilidade ao conduzir as atividades respeitando as diversas formas de expressão.
- Respeitar o trabalhador e acreditar em seu potencial. Buscar formas de trabalhar as limitações que o trabalhador possa ter (idade, alcoolismo, transtorno mental, baixa escolaridade, etc.), mediando sua história na inserção/ reinserção no mundo do trabalho.
- A prática formativa deve permitir a construção da autonomia dos empreendimentos nas escolhas realizadas, sem imposição dos formadores.
- Respeitar o saber do outro, a diversidade e a cultura local não significa abrir mão dos valores fundamentais da Economia Solidária e da Autogestão. É necessário buscar “pontes” que permitam a reflexão desses valores a partir da realidade das pessoas.
- Ouvir, escutar, observar. Refletir sobre o conhecimento e o do outro para assim criar o nosso. Buscar construir formas de educação que possibilitem com-preender. Fazer a formação **COM** e não para o outro.
- Práticas solidárias pressupõem o reconhecimento de valores humanos como: simplicidade, respeito, humildade, amizade, cuidado e comprometimento com o próximo.
- Garantir momentos de cultura e lazer aproveitando o potencial destes para articular a vivência com o conteúdo/ metodologia do curso.
- Cuidado com a organização do curso prezando uma preparação prévia dos(as) participantes (enviar programação e/ou metodologia e/ou material com antecedência) e local adequado.
- Deixar claro para os educandos de onde partimos e onde queremos chegar. Explicitar a metodologia proposta para o encontro e definir claramente os papéis entre os educadores; o que não impede os processos participativos.
- Organizar os conteúdos do curso de maneira que eles não fiquem soltos/sem fechamento, garantindo o encaminhamento para o que não puder ser concluído.
- Prezar momento de criação dos acordos coletivos.
- Garantir mecanismos de avaliação em todas as etapas do curso.
- Considerar o valor simbólico das coisas e das palavras, criando instrumentos e metodologias de avaliação da apropriação dos processos de participação, autogestão e outros elementos básicos da economia solidária.

³² Sistematização de conteúdo debatido durante o 2º Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária. Rio de Janeiro – RJ, 16 a 20 de outubro de 2009.

- Aproveitar as dinâmicas para potencializar o trabalho com o conteúdo/ metodologia do curso.
- Garantir momentos de refletir sobre a prática.
- Considerar a sistematização como parte do processo formativo, partindo de metodologias como o relato de experiências e a contação de histórias para conhecer os grupos.
- Valorizar a diversidade de pensamentos dos participantes buscando formas de mediação de conflitos.
- Vivenciar, descobrir, praticar a autogestão nos processos formativos, mas partindo de um planejamento prévio (a flexibilidade é necessária, mas não pode ser confundida com improvisação). A autogestão se aprende no processo.
- É necessário incluir a dimensão política no processo pedagógico para desenvolver uma consciência crítica dos conceitos, valores e princípios da economia solidária perante os movimentos sociais e a comunidade onde está inserido o empreendimento.
- Compreensão crítica do sistema socioeconômico e do contexto histórico em que o grupo se insere para qualificar sua intervenção social.
- Identificar e reconhecer a inserção da economia solidária no mundo e nas outras lógicas de organização econômica (especialmente a da economia popular) para ressaltar as diferenças e possibilidades de inserção dos princípios da economia solidária.
- Incorporar as iniciativas populares de leis como prática formativa na economia solidária.

Assessoria e Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária³³

Princípios Metodológicos³⁴:

A Economia Solidária parte do princípio de que o central na organização da sociedade é o ser humano. É essa noção que vai redefinir relações sociais, econômicas, afetivas e produtivas. Portanto, a formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o conteúdo do processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador. O conhecimento não é um conteúdo que, despejado no trabalhador, vai imediatamente ganhar sentido e transformar-se em ferramenta para lidar com os problemas que se apresentam. Isso só se torna possível quando o formador em Economia Solidária trabalha o sentido da formação juntamente com o trabalhador.

Podemos dizer que a base do processo de formação está na adoção de situações e preocupações concretas capazes de dialogar com a realidade do trabalhador, para só então despertar preocupações mais universais e abstratas que se estendam a todos os trabalhadores e, até mesmo, à humanidade. Estabelecer essa ponte do concreto ao universal, da situação particular daquele trabalhador e daquela empresa/empreendimento à situação do trabalho e dos trabalhadores em geral, é condição necessária para ajudar cada trabalhador individual a reconhecer-se no coletivo, ampliar o sentido do seu trabalho, compreendendo as profundas implicações da escolha de um modelo autogestionário para a sua vida.

Estas considerações são necessárias para compreender que a formação de um trabalhador em autogestão vai além da formação para a mera execução de tarefas. Passa pela superação da dicotomia³⁵ entre pensamento e ação. Como todos os trabalhadores da empresa/empreendimento são responsáveis, é preciso que adquiram uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político. Para isso é importante adotar uma prática pedagógica que tenha como centro o trabalhador e o significado que ele dá aos seus problemas e que, partindo desse significado, permita situá-lo em um contexto mais amplo, mas não desvinculado de sua prática atual. Uma abordagem histórica dos fatos e situações presentes hoje na vida do trabalhador pode ser um recurso metodológico valioso para que ele possa compreender porque é preciso atuar sobre a realidade. O conhecimento de que não é somente o objeto fabricado que é um produto, mas que também o trabalhador é um produto de uma longa história de dominação, pode ajudá-lo a pensar e agir no sentido de modificar esse estado de coisas. Nesse sentido a formação pode ser emancipadora, libertando o trabalhador, de início, de modos de pensar e ver a realidade segundo a ótica dominante. A economia solidária é um caminho profundamente pedagógico para a ação autônoma dos trabalhadores. (...)

(...) Por isso, o acompanhamento dessas experiências em seu cotidiano pode ser o primeiro passo para garantir um processo de formação eficiente. As oficinas realizadas pela Anteag no PNQ/ProEsQ³⁶ 2004, apontam que as demandas de formação e de aprofundamento são bastante diferenciadas. Assim, uma formação em Economia Solidária, deve buscar partir da realidade e das necessidades de cada empreendimento. O acompanhamento através de *Incubação* ou *Assessoria Permanente* é base para a identificação dessas demandas e planejamento da(s) estratégia(s) de formação adotada. Essa formação pode ocorrer em dois níveis diferentes, de acordo com a demanda e a realidade da empresa ou empreendimento, chamaremos de *Cursos de Sensibilização* e *Cursos de Aprofundamento*. Outro recurso formativo, muitas vezes subestimado pelos programas de formação, mas sempre lembrado pelos trabalhadores, é a realização de *Intercâmbio* entre trabalhadores de diferentes empresas/empreendimentos ou regiões como forma de compartilhar o conhecimento consolidado (ou mesmo os problemas enfrentados, o que também é formativo) com outras experiências. Em seguida apresentamos um

³³ Foram selecionados para a discussão de Assessoria e Incubação alguns trechos da publicação da ANTEAG – Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia, vol, 2.

³⁴ ANTEAG – Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia, vol, 2, Altamira Editorial, 2005 pgs. 21 a 25.

³⁵ Dicotomia: divisão de um conceito em dois elementos, em geral contrários (Dicionário Aurélio)

³⁶ Projeto ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego: Plano Nacional de Qualificação.

resumo de cada uma dessas estratégias de formação:

Assessoria Permanente:

- manutenção de um corpo técnico que realize visitas regulares aos empreendimentos, observando seu cotidiano, identificando e/ ou recebendo demandas e definindo, em conjunto com a empresa, estratégias (formação, elaboração de projetos etc.) para dar conta das demandas.

Incubação:

- acompanhamento cotidiano (com visitas regulares ou de acordo com a demanda) de caráter interdisciplinar³⁷. Realização de formação permanente a partir da identificação das demandas ou o seu encaminhamento a partir da articulação de parcerias. Desenvolvimento ou articulação de suporte tecnológico. Disponibilização de suporte físico ou de infra-estrutura quando necessário.

Cursos de sensibilização:

- Trabalhar os conceitos básicos para a formação em autogestão e Economia Solidária e sensibilizar para a importância do conhecimento pelos trabalhadores:

- de documentos fundamentais (como Estatuto Social, Regimento Interno e os livros de registro financeiro);
- da produção ou serviço prestado e das ferramentas que podem auxiliar a melhorar esses produtos ou serviços;
- do negócio em si, o que implica em conhecer o mercado, as cadeias produtivas, as Redes articuladas e outros itens semelhantes e a importância do planejamento como base para o desenvolvimento do negócio;
- dos princípios que norteiam a Economia Solidária e seus reflexos na vida do trabalhador, tanto em âmbito doméstico como no ambiente de trabalho (importância de cuidar da saúde, o respeito ao meio ambiente, às relações de gênero, étnicas e familiares, a educação dos filhos, as atitudes frente ao mercado etc.)

Cursos de aprofundamento:

- Trabalhar a formação, sobretudo no âmbito da gestão das empresas e empreendimentos, para o desenvolvimento e uso de ferramentas que possam auxiliar a gestão do negócio, e da produção/prestação de serviço. A elaboração do Plano de Negócios, de Sistemas de Qualidade etc. podem ser recursos metodológicos interessantes. Um cuidado a se tomar com esse tipo de formação é o de não restringi-la totalmente aos administradores da empresa ou empreendimento. Falamos de empresas autogestionárias, onde a visão de conjunto da empresa, e a rotatividade nas funções administrativas, devem ser uma realidade e as decisões devem ser tomadas por todos. O que queremos dizer é que é melhor e mais importante para a empresa/ empreendimento que sejam tomadas com responsabilidade e com o conhecimento geral de seus fundamentos. Considerando ainda que informação é poder, quanto menos concentradas elas estiverem e quanto mais os conhecimentos estejam disseminados entre os trabalhadores, mais harmônicas tendem a ser as relações dentro da empresa.

A importância do planejamento para a sustentabilidade de empresas e empreendimentos de Economia Solidária³⁸

As empresas/ empreendimentos de Economia Solidária, são organizações econômicas que têm por finalidade constituírem-se como alternativa à organização social e econômica tradicional na medida que visam a melhoria de vida de seus sócios. Como são empresas autogestionárias, onde todos os sócios são trabalhadores e participam da gestão do empreendimento, estamos falando de uma organização que deve prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, dividindo os resultados desse trabalho de forma justa.

³⁷ Interdisciplinar: atuar de modo a superar a visão das disciplinas e dos conhecimentos fragmentados

³⁸ ANTEAG – Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia, vol, 2, Altamira Editorial, 2005 pgs. 26 a 28

Pensar a sustentabilidade de uma empresa/ empreendimento com essas características, requer que partamos de outros parâmetros e incorporem outros valores ao planejar sua inserção e relacionamento com o mercado. Esse planejamento tem que levar em conta as especificidades das funções que empresas/ empreendimentos desempenham e atentar para as diferenças em quaisquer das esferas que considerarmos:

1 .- *Econômica*: na medida que seu objetivo central é prover economicamente a todos os sócios e não a maximização do lucro. Nesse sentido são empreendimentos que devem se relacionar com o mercado convencional, mas não nos mesmos moldes que as empresas convencionais. Para exemplificar, tomemos a remuneração do trabalho em si. Para as empresas convencionais, isso é custo da produção e, como tal, é um dos alvos preferenciais de corte para o aumento da produtividade. Em uma empresa/ empreendimento autogestionário, o aumento das margens de ganho tem que ser pensado a partir de outras estratégias como ampliação de mercado, diversificação da produção etc., uma vez que os trabalhadores e sua remuneração (excetuando, para essa última, situações específicas e transitórias) não podem ser objeto de corte. Assim, na Economia Solidária, trabalho e remuneração não são custos de produção, são elementos fundamentais para se pensar o ponto de equilíbrio do negócio. Nesse sentido, termos tradicionalmente empregados como: recursos humanos e mão de obra ou fator de produção, devem ser questionados quando lidamos com uma organização onde o foco é o trabalhador tomado integralmente, onde todas as suas capacidades, habilidades e inteligência são igualmente valorizados.

2 . - *Social*: dentre os princípios que norteiam a Economia Solidária, podemos destacar as preocupações que vão além do ambiente de trabalho. A educação e a saúde são temas que estão na pauta das empresas/ empreendimentos e extrapolam o universo dos trabalhadores individuais. Se estamos falando de melhoria de vida para os associados, não podemos pensar em medidas de saúde que se esgotam no ambiente de trabalho, como se o trabalhador fosse uma coisa e a pessoa fosse outra. O desafio de melhorar as condições de vida de seus associados exige que o ser humano seja considerado de forma integral. Ser trabalhador é uma forma de inserção no mundo econômico e social, mas ser pessoa é mais do que isso. É ter aspirações, sentimentos, desejos; é possuir outros laços tão ou mais significativos quanto os profissionais, como os laços familiares. Da mesma maneira, a educação não deve ser pautada como tema importante apenas para os trabalhadores: sua família e a comunidade também devem ser consideradas nas estratégias educacionais, até como forma de prepará-los para que, por exemplo, as necessidades eventuais de expansão da empresa/ empreendimento possam ser atendidas sem a necessidade de lançar mão de profissionais que não estejam envolvidos com a economia solidária. O uso racional dos recursos naturais e a preocupação com os resíduos da produção/ prestação de serviço também são práticas fundamentais a serem previstas em um planejamento, pois, a lógica de planejamento em Economia Solidária deve ser de longo prazo, buscando estratégias de desenvolvimento que levem em conta a preservação de condições de vida dignas para as pessoas, de imediato e para as gerações seguintes. Assim, o meio ambiente não pode ser encarado como uma reserva ou recurso para a produção, mas como parte integrante da vida dos trabalhadores e, portanto, da empresa/ empreendimento.

3.- *Política*: tratamos aqui de uma organização para o trabalho cujo poder está descentralizado entre seus membros. Assim, as decisões estratégicas da empresa/ empreendimento são tomadas coletivamente e, da mesma maneira, a responsabilidade por elas é assumida coletivamente, sendo as estruturas de gestão somente responsáveis pela operacionalização das decisões. Num empreendimento/ empresa autogestionário, é importante que todos os trabalhadores envolvidos tenham a noção do todo, que conheçam a produção (ou o serviço), a relação com o mercado e a conjuntura (econômica e política) da qual participam as metas estabelecidas e as já cumpridas (inclusive os problemas processuais enfrentados). Sem o envolvimento de todos no processo, freqüentemente ocorrem problemas na execução do planejamento. Por isso, o planejamento para a autogestão deve envolver todos os trabalhadores; isto aparece como importante diferencial na medida em que cria possibilidades para o aproveitamento do saber do trabalhador na formulação de metas (em geral, o trabalhador da produção – ou o próprio prestador do serviço – é a melhor pessoa para dimensionar a capacidade produtiva do empreendimento), ao mesmo tempo que envolve a todos na execução e no monitoramento.

Propostas de qualificação em Economia Solidária e Autogestão³⁹

Formação de técnicos, formadores e assessores:

Para garantir que o processo de qualificação para as empresas/ empreendimentos de autogestão tenha qualidade, é importante garantir que os técnicos, assessores e formadores à frente desse processo tenham uma boa formação tanto na área técnica e específica, quanto em Economia Solidária e autogestão, construindo um olhar integrado que dê conta da empresa/ empreendimento em seu conjunto.

Por isso, é necessário prever a formação de formadores e técnicos no sentido de desenvolver um olhar tanto para detectar sintomas e problemas dos grupos, relativos à gestão do negócio, na área jurídica, contábil e administrativa, assim como em questões tocantes às relações interpessoais, de saúde do trabalhador e de relação com o meio ambiente. Um formador/ técnico com o olhar treinado, pode inclusive propor alternativas em situações específicas para questões, como estratégias de vendas ou de articulação em redes, partindo da demanda real da empresa.

A escuta do trabalhador e a compreensão de seu universo também são fundamentais para a construção de um diálogo efetivo, bem como da compreensão acerca das demandas (implícitas e explícitas) e identificação de situações problema. A Escuta possibilita a abertura àquele universo - ao qual, como já dissemos, o formador é externo - permite a aproximação àquela realidade, possibilitando o formador pensar a melhor linguagem e a melhor estratégia a ser adotada no processo de qualificação.

Mesmo profissionais especializados em determinadas áreas técnicas, que são importantes no apoio à gestão do empreendimento, precisam passar por um processo formativo para compreenderem as especificidades de organizações autogestionárias. A formação tradicional de contadores e advogados, por exemplo, não costuma ter um olhar diferenciado para os empreendimentos e empresas de autogestão, muito menos incluem questões relativas a educação popular, por isso a organização de seminários, cursos e outras atividades de qualificação voltadas para os profissionais especializados, é fator central para a qualidade da assessoria oferecida.

Sensibilização para trabalhadores interessados em constituir empresas/ empreendimentos autogestionários:

No caso de grupos interessados em montar uma empresa/ empreendimento autogestionária, seja de origem falimentar, um grupo autônomo ou oriundo de políticas públicas, é importante que os trabalhadores sejam sensibilizados a respeito da mudança que significa o ingresso em uma organização para o trabalho com características tão diferentes das relações de trabalho presentes no mercado convencional, devem ter uma noção da organização em si de uma empresa/ empreendimento autogestionária e uma compreensão global dos passos necessários para uma empreitada bem sucedida. Essa sensibilização deve passar pelos seguintes conteúdos:

- A relação de trabalho autogestionária em suas diferenças em relação ao mercado convencional de trabalho baseado nas relações de emprego e as implicações na questão dos direitos dos trabalhadores (diferenciar a noção de direitos dos empregados – presentes na CLT – e trabalhar a noção de responsabilização do coletivo frente ao que é direito conquistado historicamente pelos trabalhadores).

- Da mesma forma devem ser tratadas as questões relativas à saúde do trabalhador, principalmente na desconstrução de mitos, uma vez que há uma legislação específica para a responsabilização do patrão pelo ambiente de trabalho e uma cultura subliminarmente dada de culpabilização dos trabalhadores por acidentes e doenças de origem funcional. É necessário desvelar essa realidade e envolver os trabalhadores na busca de soluções inovadoras.

- pensar o meio ambiente também é fundamental até porque a saúde do trabalhador não se

³⁹ ANTEAG – Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia, vol, 2, Altamira Editorial, 2005 pgs. 154 a 162

restringe ao ambiente de trabalho, afinal, estamos falando de uma organização para o trabalho que não separa o ser humano entre pessoa e mão de obra. Nesse sentido, a comunidade a que o trabalhador pertence, assim como o ambiente em que o empreendimento/ empresa está inserido, não podem ser simplesmente apartados do processo de trabalho. É importante trabalhar a noção de que ambiente e empresa/ empreendimento influenciarão e serão influenciados mutuamente⁴⁰.

- Os assuntos jurídicos do empreendimento/ empresa e a importância da participação dos trabalhadores em processos como a elaboração do estatuto e a discussão de outros deveres, como a participação nas assembleias. Esses temas têm sido muitas vezes encarados como exigências burocráticas, mas o processo de formação desde o início deve tratá-los de forma positiva, demonstrando que são instrumentos para garantir a participação democrática e ativa dos sócios.

- A organização do trabalho autogestionário também deve ser foco do processo de sensibilização, pois é um dos fatores mais modificados em relação à opção de trabalho convencional. Entender que a co-responsabilização pelo empreendimento/ empresa é fator central para o sucesso ou fracasso dessa experiência é fundamental para uma adesão consciente a essa forma de trabalho.

- Entender o funcionamento do mercado e a necessidade de iniciar um empreendimento a partir de um produto/ serviço viável e de qualidade como fator central para a sustentabilidade da empresa/ empreendimento também é uma condição básica para que os trabalhadores não venham a se frustrar com a opção a ser feita na constituição do empreendimento. Nesse sentido, a elaboração de um plano de negócios para orientar a atividade desde o início também deve ser objeto da sensibilização.

- É necessário ressaltar, já em um primeiro momento, a importância de um planejamento e de uma articulação em rede como mecanismos fundamentais para a sustentabilidade da empresa/ empreendimento.

A compreensão e disposição dos trabalhadores para enfrentar todas essas questões é fator fundamental para que a empresa/ empreendimento formado seja viável a médio e longo prazo.

Acompanhamento e incubação de empresas/ empreendimentos já constituídos:

Em termos gerais, o processo formativo para uma empresa/ empreendimento já constituída, deve ter como objetivo criar condições para que a empresa/ empreendimento faça bem feito o que se propõe a fazer, mas tendo o trabalhador como o centro do processo. Isso pode ser feito a partir de estratégias de incubação onde questões mais cotidianas podem ser trabalhadas ou, em uma situação de maior estabilidade da empresa/ empreendimento, com um acompanhamento regular por um corpo técnico. Assim diversas questões podem ser abordadas a partir da demanda cotidiana da empresa/ empreendimento e a partir das dificuldades detectadas, processos de capacitação ou de assessoria mais específicos podem ser encaminhados.

Para isso é importante que o técnico/ formador esteja atento a:

- Formar os trabalhadores sobre o conteúdo do Estatuto e Regulamento Interno em um processo contínuo, que se inicia no período de formalização e se estende durante o funcionamento da empresa/ empreendimento. Também na área jurídica, trabalhar a importância da assembleia – que é a instância legítima de decisão na autogestão. Para isso é necessário desenvolver estratégias metodológicas (como reuniões preparatórias ou jogos cooperativos) para envolver todos os trabalhadores, durante todo o processo de incubação/ acompanhamento.

- Incentivar e orientar processos de planejamento, definindo objetivos, metas e mecanismos de monitoramento. Sempre que possível esse processo deve envolver todos os trabalhadores, isso ajuda que o planejamento parta de bases mais realistas e que todos se responsabilizem pelas metas. Na impossibilidade de promover um processo tão amplo, mecanismos de participação, de publicização e, se possível, de referendo do processo, devem ser adotados. Esse planejamento deve ser amplo, incluindo metas ambientais de saúde dos trabalhadores de desenvolvimento de redes e de relacionamento com a comunidade.

⁴⁰ Mútuo: que implica reciprocidade, troca entre as partes.

- Devemos considerar como questão central para a incubação a importância do registro no cotidiano da empresa/ empreendimento e em todas as áreas, ou seja, um processo de sensibilização permanente para a elaboração de:

a) Registro contábil do fluxo de caixa diário, destacando os gastos com fornecedores, custos fixos e variáveis, impostos, investimentos e remuneração dos sócios em formato adequado para publicização ao conjunto dos trabalhadores junto com o faturamento;

b) Registro de reuniões e assembléias de preferência em livro-ata acessível a todos ou em outros meios, mas com garantia da publicização dos resultados.

c) Registro de todas as etapas do processo produtivo abrangendo especificações da matéria prima/ componentes, licenças e certificações necessárias, processos de controle de qualidade, controle de vendas e estoque etc.

d) Registro e monitoramento das metas definidas em planejamento;

- Também é papel do formador/ técnico, sensibilizar os trabalhadores para o conhecimento conjuntural econômico, político e, inclusive, social. Trabalhar com dados de projeção de crescimento, desenvolvimento de setores, comércio exterior e desenvolvimento local é fundamental para que as empresas/ empreendimentos estejam conscientes de sua posição no mercado. Também é fundamental para a adoção de estratégias como articulação da cadeia produtiva e diversificação da produção/ serviço. Tratar isso de uma forma acessível aos trabalhadores pode ser o caminho para a formação em médio prazo de trabalhadores conscientes de sua posição (no mercado, tecnológica e social) que possam traçar estratégias de desenvolvimento conscientes.

- Criar condições para uma análise crítica acerca da qualidade dos produtos/ serviços desenvolvidos pela empresa/ empreendimento. Avaliar a partir daí, a adequação do padrão de qualidade ao mercado em que se atua e, se necessário, redefinir mercado ou padrão de qualidade. Independente da opção, é preciso conhecer e ter sistematizado o processo de produção (ou prestação de serviço), tendo claro que interferência cada etapa exerce no produto final só a partir desse procedimento é possível obter um processo de monitoramento capaz de detectar, rastrear e corrigir erros antes da finalização do processo. Com base nisso o formador/ técnico/ assessor pode trabalhar com a empresa/ empreendimento a importância de monitoramento dos processos.

- As questões referentes a qualidade através do monitoramento dos processos servem também para se trabalhar a construção de um processo de gestão adequado, pois a gestão do empreendimento interfere sobremaneira na qualidade final do produto/ serviço. Isso sem deixar de levar em conta que a organização para o trabalho e o entrosamento da equipe são peças chaves na obtenção de êxitos com o trabalho, inclusive para ressaltar a relação entre a qualidade de vida dos associados numa empresa/ empreendimento de Economia Solidária e a qualidade do produto/ serviço - o valor social agregado que se traduz em melhorias efetivas.

- Trabalhar a questão da tecnologia como um aliado no processo produtivo/ de prestação de serviços, mas que deve ser adequada à realidade da autogestão e da Economia Solidária, desnaturalizando o apelo pseudo-científico utilizado hoje para definir como *mais eficiente* a tecnologia desenvolvida para as empresas convencionais. Valorizar o conhecimento do trabalhador e buscar formas criativas e inovadoras de lidar com os problemas. Partir da noção de qual a tecnologia utilizada no setor, qual a interferência desse fator na produtividade e na competitividade da empresa frente ao setor. Desenvolver a partir dessa análise um plano de desenvolvimento tecnológico de forma integrada ao planejamento da empresa.

- Trabalhar a questão das relações interpessoais e do papel da liderança em empresas e empreendimentos autogestionários no sentido de despessoalizar a liderança em nome de um pacto claro entre os trabalhadores em torno da *tarefa* acordada coletivamente a partir do planejamento. Assumir as coordenações e conselhos como elementos de monitoramento desse pacto e não como portadores do saber e do poder frente aos trabalhadores.

- Sensibilizar os trabalhadores no sentido de ampliar seu *olhar* e sua *escuta* em relação ao outro. Questões subjetivas como os sentimentos do outro, as particularidades na forma de cada um agir,

se expressar, reagir a situações. É necessário ressaltar a imprevisibilidade dessas reações e como lidar com elas. O mundo do trabalho tradicionalmente ignora esses fatores como relevantes na organização, bem como sua interferência nas relações e, conseqüentemente, no ambiente de trabalho. Na Economia Solidária essas questões devem começar a ser encaradas como qualquer outra questão de cunho organizacional, pois um dos desafios dos trabalhadores em autogestão é lidar com o outro da maneira mais positiva possível, afinal, como já dissemos, nessa forma de organização o trabalhador – e com ele seus humores – não é descartável, é central.

Cursos de aprofundamento

Constatamos uma grande carência de formação dos trabalhadores sobre a gestão do empreendimento, nas áreas contábil, jurídica e administrativa, frente a qual é necessária a elaboração de cursos. Estes cursos devem acontecer de forma periódica para todos os cooperados, e um curso mais aprofundado deve ser dado toda vez em que novos sócios são eleitos para os Conselhos Administrativo e Fiscal, ou quando houver mudanças na legislação ou nas normas técnicas.

É necessário, nesse processo de formação, trabalhar a questão da partilha da responsabilidade em um empreendimento autogestionário, a construção da gestão coletiva que refletida na soberania das decisões e interesses do grupo em relação a qualquer indivíduo. Este deve ser considerado e respeitado em suas particularidades, mas sempre submetido ao coletivo.

Ainda devemos tratar como conteúdo para aprofundamento, sempre de acordo com a demanda específica e com metodologia e conteúdo adequado à Economia Solidária, entre outros, os seguintes temas:

- Questões relativas à análise da conjuntura política, econômica e social, já tratadas acima, para todos os trabalhadores, mas, sobretudo, para membros de departamentos de compra e de venda da empresa/ empreendimento, quando esses existirem;
- Metodologia de planejamento, elaboração de projeto e monitoramento;
- Metodologia de controle de qualidade;
- Legislação ambiental e agenda 21;
- Normas e mecanismos de proteção à saúde do trabalhador;
- Estratégias de marketing

Formação específica para a o trabalho:

Com relação à atividade específica de cada empresa/ empreendimento, é importante ficar atento ao surgimento de novas técnicas e métodos, buscando atualização permanente. Principalmente em áreas que se constituem estratégicas para a criação de um diferencial de mercado como, por exemplo, o design de produtos, questão recorrente nas discussões de qualidade e tecnologia em diversos setores (têxtil, calçadista, artesanato, metalurgia etc.). Contudo esses cursos são, em geral, desenvolvidos para empresas convencionais e não devem ser transplantados sem crítica para empreendimentos/ empresas autogestionários. Assim, o técnico/ formador responsável pelo acompanhamento deve ficar atento para discutir com o trabalhador capacitado, a adequação ou não da técnica ou método à empresa/ empreendimento. Em caso negativo buscar em conjunto redefinir o conteúdo à luz da realidade organizativa. Para que isso seja possível, o ideal é que o formador/ técnico tenha acesso ao curso e/ou ao material de apoio distribuído. No caso de se levar um profissional para dentro da empresa/ empreendimento de Economia Solidária é imprescindível uma discussão anterior e uma re-formatação de metodologia e conteúdo.

Fluxo de caixa como instrumento de gestão⁴¹

A contabilidade é uma forma de representação da realidade baseada em aspectos objetivamente mensuráveis e busca, basicamente, a produção de informações úteis à tomada de decisão, ao planejamento e ao controle.

Seu desenvolvimento foi fortemente impulsionado pela necessidade do controle de custos em função do aumento da complexidade da produção decorrente da Revolução Industrial. O desenvolvimento da contabilidade confunde-se, portanto, com a ascensão e consolidação do capitalismo como forma de organização produtiva dominante.

Como consequência, a tradicional arquitetura dos sistemas de informações contábeis evidencia e reafirma uma série de aspectos característicos da organização produtiva capitalista, como a separação entre o trabalho intelectual e manual, relações hierarquizadas e, principalmente, a concentração do poder de decisão.

Na cooperativa, e em qualquer empreendimento de economia solidária, a contabilidade deve servir também como instrumento para difusão das informações referentes à gestão. A execução das atividades se dá de forma individual, através dos cooperados eleitos para o desempenho dessas funções, enquanto o processo decisório, de planejamento e de controle⁴², se dá pelo coletivo. As informações geradas pela contabilidade, indicadores do efetivo cumprimento do planejamento coletivo pelos executores eleitos, devem tornar transparente a gestão, tornando públicos todos os fatos relevantes.

O processo decisório só se torna realmente coletivo se houver a difusão, transparência e compreensão das informações necessárias à tomada de decisão. Os sistemas de informações contábeis devem ser operáveis e compreensíveis por todos os sócios. A forma como a contabilidade será estruturada, os procedimentos de registro, processamento, análise e apresentação das informações devem ser todos pensados e construídos a partir da realidade e dos aspectos particulares de cada grupo de trabalho.

A contabilidade baseia-se em registros formais que representam fatos, e não os próprios fatos, ela representa uma realidade a partir de registros escritos. Assim, a insuficiência ou ausência destes, gerado muitas vezes, pela falta de uma cultura de formalização em grupos populares, reduz as informações disponíveis para uma tomada de decisão e clareza da gestão.

Ao invés de se impor uma contabilidade complexa, capaz de gerar imediatamente informações minuciosas que podem inclusive superar as necessidades percebidas pelo grupo, parece mais interessante a utilização inicial de um controle simplificado das movimentações financeiras que seja suficiente para extração das informações necessárias ao cumprimento de suas necessidades e obrigações. Este controle deverá ser tornar mais sofisticado a medida em que os cooperados e sócios dele se apropriem.

Contabilidade e matemática elementar estão intimamente relacionadas. Um grupo que não domine formalmente alguns procedimentos matemáticos certamente terá dificuldades na operação da contabilidade tradicional. Em grupos com grande quantidade de pessoas não alfabetizadas, existe a possibilidade de desenvolvimento de sistemas de controle de movimentação financeira baseados em símbolos.

⁴¹ Texto adaptado de João Paulo Santos de Lima “A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão” do livro da ITCP-USP “A gestão da autogestão na Economia Solidária”, 2007.

⁴² O termo controle, assim como a decisão e o planejamento, adquire nas empresas autogestionárias caráter coletivo, é o controle da coletividade sobre a gestão, na execução do planejamento e decisão coletivos.

Discutindo a importância da contabilidade com o grupo

Para se iniciar uma discussão sobre a contabilidade e sua importância para um grupo popular e sua atividade econômica, é bastante interessante a dinâmica do telefone sem fio. Esta dinâmica busca sensibilizar as pessoas sobre a importância de se manter registros formais sistemáticos de movimentações financeiras e sua efetividade como forma de publicização e transparência da gestão.

Num pedaço de papel, a ser dobrado de forma que não se leia seu conteúdo, escreve-se um exemplo de movimentação financeira relacionada à atividade do grupo. Por exemplo, na quarta-feira tínhamos trinta e seis reais no caixa. Pedro, sexta-feira, gastou catorze reais na compra de ferramentas. Hoje temos vinte e dois reais.

Com o grupo organizado em círculo, o formador entrega o papel dobrado a um dos cooperados ao seu lado, enquanto fala em seu ouvido o que aconteceu. Este repete o procedimento com quem estiver a seu lado e assim sucessivamente, até que se chegue ao outro extremo do círculo. A pessoa no outro lado do formador narra a situação em voz alta e então o papel é desdobrado e a narração inicial é lida para o grupo.

Em seguida, promove-se uma discussão no sentido de evidenciar a distorção causada pela transmissão oral e questionar sobre a possibilidade de utilização da formalização escrita como meio de evitá-la e sobre as vantagens e desvantagens da formalização.

A idéia é apresentar a formalização como um processo que garanta o acesso a informação correta a todos os associados.

Discutindo a utilização do controle de caixa com o grupo

Numa discussão é interessante evidenciar que são vários os aspectos que compõem uma movimentação financeira: o temporal, o quantitativo, o qualitativo, ou seja, quando, quanto, como e porque a movimentação ocorreu. Simulando situações nas quais apenas um destes componentes se altere em relação as anteriores, é possível sensibilizar o grupo quanto a influência de pequenas diferenças sobre o significado dos registros, e, então, sobre a necessidade de precisão no registro das movimentações.

Se o grupo já realizar movimentações financeiras, se possuir algum tipo de fundo coletivo, o formador pode auxiliar na sua sistematização, gerando um controle de caixa atualizado. Não havendo movimentação prévia, é interessante, além de se registrar qualquer movimento que venha a acontecer, simular movimentações e registrá-las, clarificando para o grupo os procedimentos de registro.

Um modelo de controle de caixa é por meio do registro cronológico das movimentações financeiras, que permite o acompanhamento do saldo após cada operação. A partir do saldo inicial, que pode inclusive ser igual a zero, soma-se o valor das entradas. Em seguida, deduz-se o das saídas. Assim, o saldo estará constantemente atualizado.

$$\text{Saldo Atual} = \text{Saldo Anterior} + \text{Entradas} - \text{Saídas}$$

A possibilidade de confronto, a qualquer momento, deste saldo contábil com a quantidade física de dinheiro em caixa transmite ao grupo uma sensação de completo domínio sobre a movimentação financeira, com impactos bastante positivos sobre a transparência.

De forma simplificada, cada linha desta planilha representa uma movimentação financeira, descrevendo-a com relação ao momento de sua ocorrência, sua natureza, a quantia movimentada e o saldo restante.

Este modelo de controle de caixa possui cinco colunas, preenchidas da seguinte maneira:

Data – Aqui registra-se o dia em que a movimentação ocorreu.

Descrição - Explica em detalhe qual a natureza da movimentação. Quanto mais se puder detalhar este campo, no sentido de aumentar seu poder de explicação para o grupo, melhor. É a partir

desta descrição que se faz agrupamentos, de acordo com a natureza das movimentações.

Entrada - Apresenta os valores que o grupo recebeu.

Saída - Apresenta os valores gastos.

Saldo - É o dinheiro em poder do grupo. É calculado pela soma da entrada e subtração da saída ao saldo anterior.

Data	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
	Total			
	Saldo Inicial			
	+ Total de Entradas			
	- Total de Saídas			
	= Saldo Final			

Através do agrupamento das movimentações de mesma natureza, é possível o preparo de um resumo da movimentação de caixa por um determinado período, onde constaria ao invés de cada movimentação, o valor total lançado por item de descrição.

Na última linha das colunas entrada e saída, apresentam-se seus valores totais, o que dá uma visão geral da movimentação em um determinado período, permitindo verificar se o saldo inicial mais o total de entradas menos o total de saídas é igual a saldo final.

Saldo Final = Saldo Inicial + Total de Entradas – Total de Saídas

Deve se ter o cuidado de registrar todas as movimentações, inclusive aquelas que não tiverem relação direta com a atividade de grupo. É freqüente a concessão de empréstimo pelos grupos populares a seus componentes e, muitas vezes, por não se tratar de operação diretamente relacionada à atividade econômica do grupo, esta não é registrada. O objetivo deste controle é informar como, historicamente, se formou o valor que no momento está disponível. Assim, qualquer movimento deve ser registrado.

Estudo de viabilidade⁴³

O **Estudo de viabilidade** é a avaliação das condições que precisam ser cumpridas para que o empreendimento atinja seus objetivos. Precisamos pensar e definir quais são nossos objetivos e quais são essas condições para prever o que poderá nos acontecer. Claro que muitas coisas que não imaginamos podem ocorrer, mas se temos uma boa estrutura estaremos mais bem preparados para enfrentar essas mudanças.

Considerando que estamos inseridos no mundo, para pensar no estudo de viabilidade, temos que entender e analisar o contexto no qual o empreendimento está inserido: econômico, social, político, ambiental etc. As decisões do empreendimento dependerão desse contexto.

Vivemos num mundo em que o desenvolvimento não tem sido para todos. A desigualdade social é gritante. Se queremos um mundo diferente, nossas ações devem gerar bons frutos para nós e para os outros (de hoje e de gerações futuras). Isso deve ser considerado no estudo.

Para a realização do estudo, é fundamental que **todos os trabalhadores estejam envolvidos na construção deste estudo**, contribuindo com suas informações, se apropriando das questões e tomando as decisões conjuntamente.

Na economia solidária, esse estudo envolve diferentes aspectos, que se relacionam entre si. Destacamos aqui alguns deles:

- **Viabilidade Econômica:** este é o mais conhecido e foca na avaliação dos recursos disponíveis, do capital inicial e de giro, da possibilidade de retorno para os sócio-trabalhadores, das possibilidades ou não de formalização do empreendimento, e da contribuição econômica que este trará para a comunidade como um todo.

- **Viabilidade Social:** estudo das possíveis conseqüências sociais que surgirão em decorrência da criação do empreendimento, para os associados e para a comunidade. Inclui também a análise das questões associativas, do envolvimento e comprometimento esperado, das responsabilidades e tarefas conjuntamente assumidas e da autogestão no empreendimento.

- **Viabilidade Técnica:** análise das tecnologias disponíveis e de sua adequação aos objetivos do empreendimento, incluindo equipamentos, capacitação profissional, experiência de trabalho, metodologias de organização do trabalho etc. Também é importante considerar as questões de saúde do trabalhador e ergonomia.

- **Viabilidade Ambiental:** avaliação da interferência ou possíveis conseqüências e impactos da produção/atividade do empreendimento em relação à natureza. P. ex., o estudo sobre a origem e qualidade dos insumos utilizados e a destinação dos resíduos produzidos.

É um desafio para os empreendimentos juntar a eficiência econômica com a técnica e a social (garantindo a autogestão e a qualidade de vida) e a ambiental (respeitando o meio ambiente).

Quando realizar um estudo de viabilidade? É importante realizar este estudo antes de iniciar as atividades do empreendimento e nos momentos de principais mudanças e definições (p. ex.: quando inserimos um novo produto ou mudamos a estrutura do empreendimento). No dia a dia, é fundamental acompanhar o que está acontecendo e se as informações do estudo estão mudando ou se mantendo, garantindo a boa saúde do empreendimento.

⁴³ Elaborado por Thais Mascarenhas (Equipe NESOL-USP)

Estudo de viabilidade econômica⁴⁴

Antes de iniciar um estudo de viabilidade, é necessário ter definida a atividade econômica do grupo, quais produtos serão vendidos e qual quantidade espera-se produzir de cada produto. Para um estudo de viabilidade econômica simples, podemos supor a venda de apenas um produto (o principal).

A partir dessas definições, podemos iniciar o estudo, que consiste nos seguintes passos:

1. Levantar informações sobre os investimentos, os custos e os preços.
2. Somar os **investimentos**.
3. Somar os **custos**.
4. Calcular a **receita estimada** a partir do preço e da quantidade de produtos (a ser) vendida.
5. Analisar os **resultados**: considerando a receita estimada (4), subtraímos o total de custos (3). Se o resultado for positivo ou igual a zero, o empreendimento é viável. Se for negativo, não é viável. Nesse caso, podemos voltar aos passos anteriores e ver se é possível mudar algo (como por exemplo diminuir os custos ou aumentar a quantidade produzida) para que se torne viável.

INVESTIMENTOS

Envolve tudo o que for preciso comprar ou gastar com a infraestrutura (instalações) necessária para o empreendimento funcionar. O gasto com cada item é desembolsado de uma vez, não são gastos rotineiros. São considerados aqui:

- **Máquinas e equipamentos**: de quais precisaremos para realizar a atividade acordada? P. ex.: fogão, batedeira etc. no caso de empreendimento de alimentação.
- **Móveis e ferramentas**: de quais móveis precisaremos? P. ex.: armário, mesa, cadeira etc. para escritório.
- **Espaço**: vão construir um galpão? Uma sala?

É importante listar todos os itens e procurar por seus preços. A soma disso será o valor necessário para iniciar ou dar continuidade à atividade do empreendimento (e poderá ser retornado a quem investiu na medida em que o empreendimento tiver sobras).

CUSTOS

Envolve tudo o que é necessário para as atividades cotidianas de produção, comercialização e gestão do empreendimento. São as contas de luz e água, gastos com matéria-prima e insumos etc. São gastos rotineiros: a cada dia, semana, mês, temos que pagar novamente.

Os **custos de produção** se dividem em:

- **Custos variáveis**: aumentam ou diminuem de acordo com a quantidade produzida. P. ex.: matéria-prima. Podemos calcular este custo por unidade produzida.
- **Custos fixos**: são constantes, independente da quantidade produzida. P. ex.: aluguel, manutenção das máquinas e equipamentos, conservação das instalações, depreciação das máquinas e equipamentos (custo necessário para sua reposição quando não puder mais ser usada). Podemos calcular este custo por período (mensal p. ex.).

Os gastos com a retirada dos trabalhadores podem entrar tanto em custos fixos como variáveis. Isso depende se o gasto varia com a quantidade produzida ou não. Nos dois casos, o resultado total dos custos não se altera.

⁴⁴ Elaborado por Thais Mascarenhas (Equipe NESOL-USP)

Os **custos de comercialização** podem ser: frete, vendedor (que pode receber uma porcentagem por produto vendido), ida a feiras etc.

Os **custos com a gestão** envolvem: papel, material de escritório, telefonemas etc. Se o empreendimento tiver pessoas que trabalham apenas na gestão, podemos incluí-las aqui também. Em empreendimentos pequenos, é comum ter pessoas da produção fazendo também o trabalho da gestão (nesse caso, é importante reconhecer as horas de trabalho dedicadas a estas atividades).

Não podemos esquecer também dos **custos tributários** (p.ex., impostos e taxas) e dos possíveis **custos ambientais** (p.ex., tratamento de resíduos).

É importante listar todos os itens e procurar por seus valores.

Tanto em investimentos como em custos, é importante pensar na estrutura básica necessária. Se dimensionamos um empreendimento muito grande, ele pode deixar de ser viável.

RECEITA

Se o empreendimento ainda não estiver em atividade, precisaremos estimar o valor de sua receita a partir do **preço** que nosso produto deve ter. Para isso, precisamos primeiro saber por quanto venderemos o produto. Podemos chegar no valor do preço, observando o preço dos concorrentes, de produtos semelhantes e pesquisando os consumidores que queremos atingir. Se existem outras empresas que conseguem vender o produto a este preço, isso significa que existem consumidores dispostos a pagar esse valor pelo produto. Se não houver concorrentes ou informações sobre eles, podemos estimar o valor do preço a partir do preço de outros produtos parecidos. Podemos ainda conhecer melhor os consumidores com quem pretendemos nos relacionar. Para isso, podemos fazer uma pesquisa de mercado (entrevistando os possíveis consumidores para saber se gostariam do nosso produto, quais características seriam mais importantes o produto ter, quanto pagariam por isso etc.).

Aqui precisamos levar em conta também o **preço justo**: qual o valor que podemos cobrar pelo nosso produto, de modo que seja viável e justo para nós e para os consumidores? Qual seria o valor que não proporcionasse exploração ou injustiça com nenhum dos atores?

Além do valor do preço, precisamos também da **quantidade** de produtos que pretendemos produzir num determinado período (num mês, p. ex.). Para o cálculo da receita, multiplicaremos o valor do preço pela quantidade.

DICAS

- calcular os valores aproximados (neste momento, não precisamos de valores super precisos, ainda)

- é melhor não ser otimista nos custos e investimentos. Se na verdade o valor for menor, não tem problema, mas se for maior, podemos ter um grande problema, o que pode inviabilizar o grupo.

Ponto de Equilíbrio⁴⁵

Para o estudo da viabilidade econômica, o primeiro passo foi o levantamento das informações seguido do cálculo dos investimentos, dos custos e da receita. A partir disso, considerando a quantidade produzida pretendida, vimos se o empreendimento estudado é capaz de gerar resultados positivos.

Continuando o estudo da viabilidade econômica do empreendimento, é importante calcular seu **ponto de equilíbrio**. Este ponto indica a quantidade mínima que deve ser produzida para que o

⁴⁵ FONTE: CAPINA. *Retomando o Fio da Meada: Viabilidade econômica de empreendimentos associativos II*, Rio de Janeiro, 1999.

empreendimento não apresente resultado negativo (prejuízo). Este cálculo é importante, pois é comum encontrar empreendimentos que estão produzindo uma quantidade menor do que a necessária para o equilíbrio, gerando prejuízo.

O **ponto de equilíbrio** de uma atividade produtiva é a quantidade mínima que precisamos ter certeza de que seremos capazes de produzir e de vender. Assim, se produzirmos exatamente esta quantidade, a atividade cobrirá seus custos. Neste ponto, a receita (preço multiplicado pela quantidade vendida) é igual à soma dos custos, ou seja, o empreendimento não apresentará resultado positivo ou negativo.

Como calcular o ponto de equilíbrio?

O cálculo do ponto de equilíbrio deve levar em conta os custos fixos e variáveis da atividade, além do preço de venda do produto. Relembrando, os custos variáveis dependem da quantidade produzida, já os custos fixos serão os mesmos independente de quanto produzirmos.

Primeiro, trabalharemos com os custos variáveis. Estes custos são calculados por unidade produzida. Podemos, então, pegar um produto vendido, ver seu preço e daí tiramos quanto desse valor serviu para pagar o custo variável unitário. O restante chamamos de margem de contribuição.

$$P - CV = MC$$

P = Preço de venda

CV = Custo variável por unidade

MC = Margem de contribuição

A **margem de contribuição** é o valor do preço de venda que contribui para pagar os custos fixos.

Após calcular a margem de contribuição, o segundo passo é ver quantas “margens de contribuição” precisaremos para cobrir o total de custos fixos mensais. Este cálculo é feito da seguinte maneira:

$$CF / MC = PE$$

CF= Custo fixo mensal

MC = Margem de contribuição

PE = Ponto de equilíbrio

Assim, encontramos o nosso ponto de equilíbrio, isto é, a quantidade produzida que cobre todos os nossos custos, mas sem deixar sobras.

Podemos conferir se de fato este valor é o ponto de equilíbrio, calculando novamente o resultado (receita menos custos). Para isso, calculamos novamente a receita com a quantidade encontrada no ponto de equilíbrio. A receita deve ser igual ao total de custos.

A importância de se calcular o ponto de equilíbrio da atividade é que os integrantes do empreendimento podem avaliar se de fato conseguirão produzir e vender a quantidade indicada no ponto de equilíbrio (que é a quantidade mínima para não ter prejuízos econômicos).

Economia Solidária no Embu das Artes⁴⁶

Nesta secção da apostila há uma síntese dos principais trabalhos de economia solidária e cooperativismo desenvolvidos na cidade de Embu das Artes.

O trabalho com economia solidária no município de Embu surge, principalmente, a partir do incentivo da prefeitura para a formação de cooperativas na cidade, junto a pessoas desempregadas, autônomas e/ou que haviam realizado cursos de capacitação. Este foi o caso, por exemplo, dos empreendimentos coletivos atualmente existentes de: Materiais Recicláveis (Coopermape), Costura, Alimentação (Uniart), de catadores de materiais recicláveis e de artesanato.

No caso da Coopermape, antes de existir a cooperativa algumas pessoas de baixa renda catavam resíduos como forma de sobrevivência, em condições subumanas. Uma funcionária da prefeitura entrou em contato com estes catadores e fez a proposta de montarem uma cooperativa, isso por volta de 1984, para que eles melhorassem sua condição de vida. Hoje, a cooperativa já tem cerca de 16 anos, com 42 cooperados, e conseguiram recentemente projeto aprovado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a fundo perdido para investimentos na cooperativa, depois de muita luta para expandir suas atividades.

Os cooperados tem muito orgulho de seu trabalho, principalmente, porque trabalham com a destinação correta de uma parte dos resíduos recicláveis produzidos na cidade de Embu, evitando que fiquem nos aterros e poluam as águas, já que a cidade localiza-se em área de manancial, de produção de água potável.

A Cooperativa de Costura surgiu em 2001, e assim como a Coopermape, também tem uma longa história de luta e trabalho de seus cooperados. Muitas integrantes do grupo aprenderam a costurar na própria cooperativa, com aprendizado a cada dia de trabalho. Se antes haviam cooperadas com medo da máquina, hoje se consideram costureiras e profissionais do ramo, tendo diversas experiências com a produção de roupas.

A Cooperativa de alimentação surgiu há cerca de 8 anos e tem apoio da prefeitura para as sedes do empreendimento. Produzem salgados, bolos, doces e marmitex.

Outras cooperativas também importantes de serem conhecidas são:

A AASMER - Associação de Atenção Saúde Mental Embu e Região, que desenvolve a produção de artesanato junto a usuários do sistema de saúde mental, ligado ao CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. O grupo participa da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, a qual visa interligar estas duas frentes de trabalho, ou seja, a economia solidária dentro dos equipamentos de saúde mental, como forma de trabalho e tratamento para os usuários da saúde mental.

A Associação de Catadores de materiais recicláveis que reúne catadores para a venda coletiva dos materiais recicláveis. Antes os catadores vendiam seu material a atravessadores a um valor muito baixo, mas agora, coletivamente e com o apoio da SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) no Parque Rizzo, conseguem obter uma renda maior, vendendo os materiais junto com a Coopermape.

A Cooperativa de serviços de estacionamento reúne guardadores de veículos que antes trabalhavam sem organização nas ruas de Embu. Hoje o grupo é tanto uma porta de ressocialização e de inclusão social junto a pessoas com vulnerabilidade social, quanto uma força para organizar o trabalho de serviço de estacionamento. O grupo conta com apoio da prefeitura, que cedeu espaço durante a semana para os trabalhadores desenvolverem este trabalho, além dos cooperados também desenvolverem este trabalho pelas ruas de Embu.

A cooperativa de condutores de transporte escolar (Escotrans) surgiu pela união destes trabalhadores autônomos, que pararam de se ver como concorrentes e passaram a trabalhar conjuntamente, ganhando maior força no trabalho. Atualmente realizam o transporte escolar na rede pública e privada, atendendo cerca de 3500 crianças do município.

⁴⁶ Elaborado por Ligia Bensadon (Equipe NESOL-USP)

O aprendizado coletivo é uma característica de todos os grupos aqui colocados, que com o seus erros e acertos ao longo de sua trajetória, geram trabalho e renda coletiva no município de Embu das Artes.

Todos os grupos aqui citados tem apoio junto a Incubadora Pública de Cooperativas de Embu, a qual busca apoiar as práticas coletivas no município. Dentre estes os apoios e assessorias oferecidas estão: cessão de espaço e equipamentos para grupos, capacitação e assessoria em gestão, cooperativismo, contabilidade e formalização. A Incubadora mantém parceria, para desenvolver seus trabalhos, junto ao Banco do Povo e a Sebrae. Também participam do movimento de economia solidária da região e do estado de SP, junto ao Fórum Metropolitano de Economia Solidária e ao Fórum Estadual de Economia Solidária.

Um grupo de formação mais recente são os produtores de alimentos agroecológicos, que surgiu a partir do projeto “Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana”. Iniciou com oficinas sobre o tema e os participantes interessados iniciaram a produção de alimentos orgânicos com apoio do projeto.

Contatos dos Empreendimento de Economia Solidária (EES) de Embu		
Empreendimento de Economia Solidária	Endereço	Telefone/ Contato
Coopermape – Cooperativa de Materiais Recicláveis	Rua da cooperativa	4704-2910 (Rosana, Jandira ou Gabi)
Cooperativa de serviços de estacionamento	Rua Siqueira Campo, 100 (Sede da Incubadora de Embu)	9580-3613 (Milton), 4241-7205 (Incubadora de Embu)
Escotrans – Cooperativa de transporte escolar	Rua Siqueira Campo, 100 (Sede da Incubadora de Embu)	4149-2671, 8621-8395 (Miguel); 9981-8651 (Jo)
Cooperativa de Alimentação (Uniart)	Lanchonetes no Estádio e no Parque Rizzo	4778-0339; 4781-9675 (Rinete)
Associação de Catadores de materiais recicláveis	Parque Rizzo	7467-3328; 7296-0530 (Helio)
AASMER - Associação de Atenção Saúde Mental Embu e Região	CAPs e Parque Rizzo	4781-5728/ 4704-5728/ 4704-7082 (Marlene)
Cooperativa de Costura	Rua Siqueira Campo, 100 (Sede da Incubadora de Embu)	8651-7647 (Luzia), 9789-6713 (Ana), 4241-7205 (Incubadora de Embu)
Produtores de alimentos agroecológicas de Embu (sem nome definitivo)	Parque Rizzo	9538-3829 (Bruno - educador)

Incubadora Pública de Embu: 4241-7205 - Rua Siqueira Campo, 100 (Eurenisse)

Eixo IV - Tecnologias Livres

Nesta última secção vamos buscar dialogar entre os temas de economia solidária e software livre, abordando os temas de democratização do conhecimento e cultura solidária e solidária. Entraremos de modo mais específico nos conteúdos de software livre que foram aprendidos em sala de aula, como: instalação e manutenção de computadores e redes; criação e manutenção de sites, e confecção de material gráfico – web design.

O encontro entre a Economia Solidária e o Software Livre

Quando pensamos nestes dois temas, o que nos vem a mente? Quais as possíveis relações que podem estabelecer?

Dizem que estamos na era da comunicação, da expansão das possibilidades de contato virtual e da comunicação, mas ao mesmo tempo, o Brasil ainda tem um baixo índice populacional com acesso a internet e ao computador, muito devido ao seu alto custo (seja para compra de um computador, ou pelo monopólio do software proprietário, e ainda, o custo de manter acesso a internet). São necessárias ações concretas que viabilizem oportunidades para as pessoas terem esse acesso com custo baixo, e ainda, conseguirem este desenvolvimento regionalizado, de uma forma mais justa e democrática.

Nesse campo pode entrar em jogo o software livre com a economia solidária, para combater a exclusão digital e gerar trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local.

De um lado⁴⁷, o uso de tecnologias livres amplia o fluxo de informação entre as redes colaborativas dos empreendimentos econômicos solidários e comunidades e, de outro, os profissionais do software livre podem fortalecer sua organização a partir da autogestão, fornecendo serviços e suporte em tecnologia para grupos e ações de economia solidária.

Além de viabilizar a oferta de computadores a preço mais acessível, o software livre possibilita que as pessoas compartilhem conhecimentos. Diferente do sistema proprietário, que utiliza códigos fechados e secretos, no software livre as pessoas podem melhorar os programas disponíveis e depois oferecê-los a todos por meio da internet. "Software livre" se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software.

O trabalho em software livre viabiliza e potencializa a inclusão digital e a democratização do conhecimento. Cria-se uma inteligência coletiva, ou seja, um acúmulo que é compartilhado por seus usuários que trabalham em rede e de modo coletivo. Não há restrição ao conhecimento, e o mesmo não é privatizado com objetivo de lucro; o acesso é livre e não há um poder concentrado, como ocorre no software proprietário. Este aprendizado coletivo impulsiona a integração entre as pessoas, no sentido de melhoria de um bem comum, assim como o trabalho buscado pelos grupos da economia solidária. Grupos estes que podem atuar com a aprendizagem e ensino de tecnologias livres e software livre, ou ainda, trabalhando para informatizar outros empreendimentos e negócios locais e comunitários, gerando trabalho e renda local.

As vantagens do software livre vão além da sua filosofia. O acesso a internet através de navegadores livres é mais rápido e seguro. Além disso, atualmente, os aplicativos livres (como OpenOffice.org) reconhecem e abrem, sem problemas, os arquivos com formatos proprietários de editores de texto e planilhas dos aplicativos proprietários.

Para a economia solidária e o software livre, a idéia de um mundo ao alcance das mãos é calcada na troca, na valorização do ser humano e na colaboração. A integração orgânica desses movimentos é oportuna e estratégica. Afinal, ambos são regidos pelo princípio do trabalho coletivo e buscam o empoderamento do indivíduo na construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária. Nada tão coerente quanto trilharmos esse caminho juntos, somando forças para outra proposta de desenvolvimento.

⁴⁷ Fonte: Economia solidária e software livre: compartilhar para transformar. Disponível no site http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3142&Itemid=62

Com Licença, sim?⁴⁸

A disputa entre aqueles que defendem o uso dos softwares livres e dos que utilizam os softwares proprietários não envolve apenas questões tecnológicas. A escolha do usuário tem efeitos na política, na economia e no desenvolvimento sustentável de um país como o Brasil

Navegar é preciso, pagar não é preciso

É quase sempre proibido copiar, distribuir, reproduzir ou modificar a maioria dos produtos que tem como matéria-prima a informação, a tecnologia ou o conhecimento. Acostumamos com o tal dos 'direitos reservados', e é assim com a imensa maioria dos livros, CDs, softwares etc. Até pouco tempo, só com muito dinheiro era possível acompanhar o ritmo das inovações. Agora, proliferaram-se no mundo inteiro movimentos que defendem a bandeira do sistema colaborativo de produção de conhecimento criando soluções palpáveis, inteligentes e rentáveis de produção, entre outras coisas, de Softwares Livres. Alternativas, aparentemente, mais acessíveis e bem mais justas.

A principal característica de um software livre é a abertura do código fonte. O usuário pode estudar como o software funciona e adaptá-lo às suas necessidades, alterando-o num sistema de soma e não de sobreposição, uma vez que um problema é solucionado ou uma nova adaptação é feita ela é divulgada e pode ser usada por todos, sem pagar nada. O software proprietário trabalha de maneira oposta: não permite que o usuário tenha acesso ao código fonte e cobra preços de softwares novos por pequenas inovações. Ou seja, enquanto o Software Proprietário é padronizado, o Software Livre permite adequações aos mais diferentes usos.

O exemplo maior desta disputa parece ser entre o Software Proprietário Windows e o Software Livre Linux, ambos, sistemas operacionais para computadores. Há diferenças bem marcadas entre os dois. A atualização do Linux é muito mais rápida, uma vez que não há necessidade de uma nova versão: os erros podem ser corrigidos por usuários em qualquer lugar do mundo. Já o Windows demora mais tempo para ser atualizado, pois o acesso às novas versões depende da Microsoft e do lançamento do produto no mercado. O Vista, a mais recente atualização do Windows, foi lançado em 2007, cinco anos depois de seu antecessor, a versão XP. Isso acontece porque o Windows utiliza a licença de reserva de direitos autorais enquanto o Linux utiliza outra licença - a GPL (General Public License ou Licença Pública Geral)⁴⁹.

Ao navegar pelo Software Proprietário que conferiu a Bill Gates o status de homem mais rico do mundo durante anos, encontramos uma interface altamente amigável, com ferramentas simples e práticas.- Além disso, o uso massivo do Windows faz com que ele seja, na maioria das vezes, muito mais familiar. Já o Linux, à primeira vista, parece coisa de outro planeta. O usuário comum, acostumado com a interface do Windows e sem conhecimentos aprofundados de informática, demora a habituar-se ao Linux. Segundo o estudante de jornalismo Breno Fernandes, que usa tanto o Windows quanto o Linux, a maior dificuldade para um iniciante em Software Livre é dar-se conta de que não entende tanto de computadores como pensava. O exemplo é bastante ilustrativo: "imaginemos que a pessoa só usou o Internet Explorer toda a vida; e aí quando chega no Linux vai logo buscar o ezinho azul e o nome internet. Nesse momento, falta, ou tarda a vir, a informação de que Internet Explorer não é a Internet, mas um browser ou navegador, uma ferramenta, um software que te permite acessar a internet. ". Ainda a superação do

⁴⁸ Fonte: Le monde diplomatique, no site: http://dipl.uol.com/_Cintia-Guedes_

⁴⁹ Em termos gerais, a GLP se baseia em quatro liberdades:

Liberdade n.o 0: A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;

Liberdade n.o 1: A liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades. O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;

Liberdade n.o 2: A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;

Liberdade n.o 3: A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie deles. O acesso ao código-fonte também é um pré-requisito para esta liberdade. Fonte: Wikipédia

estranhamento inicial depende, em parte, da predisposição do usuário em conhecer um novo sistema.

Pensando justamente nesse tipo de consumidor, foi desenvolvido o Ubuntu - Linux for human beings (Linux para seres humanos) <http://www.ubuntu-br.org/>, um sistema operacional baseado no Linux e que promete ser muito mais fácil de usar.

O que chama atenção nesta disputa é que ela abrange não somente questões tecnológicas; toca também a política, a economia e a esfera do desenvolvimento social. "Construir e utilizar o software livre é uma maneira de trabalhar com a perspectiva de que o processo educacional tem que formar um cidadão para que ele seja autor, produtor de conhecimento e de culturas e não só um consumidor de informações", afirma Nelson Pretto, professor da Faculdade de Educação da UFBA, fundador do Projeto Software Livre Bahia (PLS-Ba) e do projeto Tabuleiro Digital, que disponibiliza para a comunidade, na Faculdade de Educação, computadores em tabuleiros que se assemelham aos das baianas de acarajé. Os tabuleiros funcionam para navegação na internet por um curto intervalo de tempo – tempo de comer um acarajé – e todas as máquinas utilizam softwares livres.

Liberdade em verde e amarelo

"O software livre tem um significado fundamental para um país como o Brasil, porque tem como princípio a idéia de autonomia", afirma Pretto. Ao que parece, os empresários brasileiros já se deram conta dessa vantagem: segundo pesquisa publicada no blog Cultura Digital (http://www.cultura.gov.br/blogs/cultura_digital), do Ministério da Cultura, já em 2007, 53% das empresas no país utilizam Softwares Livres e esse número sobe para 73% quando contadas apenas as empresas de grande porte (aquelas com mais de mil funcionários).

O discurso governamental veiculado tanto em jornais de grande circulação no país quanto nos aparatos de comunicação do Estado (blogs do governo, por exemplo) afirma que o Brasil tem ferramentas para despontar no desenvolvimento de SL, principalmente para o mercado de exportação. Nesse setor, a região nordeste tem chances de abocanhar grande fatia da produção, uma vez que no eixo sul-sudeste existem indústrias para exportação de software proprietário que absorvem muito mais mão de obra e, possivelmente, deixam o mercado menos suscetível às investidas do SL.

Atualmente Pernambuco desponta na produção de SL; Salvador, embora ainda não possua filiais de grandes empresas de produção de SL, é referência no desenvolvimento. Foi em terras soteropolitanas que surgiu, por exemplo, o primeiro Twiki do Brasil. SL que permite a interação de grupos usando um mesmo navegador, um Twiki é uma plataforma de criação colaborativa de conteúdo, a exemplo da Wikipédia. E o que tornou Salvador pioneira foi a criação do Twiki do Instituto de Matemática da UFBA, que permite uma melhor comunicação entre alunos e professores, pois todos são cadastrados e podem consultar informações sobre as disciplinas do curso, ler e baixar arquivos.

Parecendo andar na contramão, o governador da Bahia, Jacques Wagner, assinou no primeiro semestre de 2008 um protocolo de intenções com a Microsoft, em que acertavam a parceria do governo do estado com a empresa para o desenvolvimento de ações de inclusão digital. Entre as ações, está prevista a doação de computadores para escolas públicas, obviamente com o Windows já instalado.

A bandeira do SL foi levantada pelo Governo Lula desde a campanha presidencial de 1998, e quem não se lembra do ex- ministro Gilberto Gil, logo depois de assumir o Ministério da Cultura em 2003, usando um pingüim na lapela? Era o Tux, um pingüim farto após ter comido vários peixes, mascote escolhido por Linus Torvalds pra representar o Linux. O uso do SL nas instituições federais foi incentivado principalmente pelo MinC e pelo Ministério da Educação, contudo, a decisão da adoção do SL fica a cargo do gestor de cada instituição. Ainda não há nenhuma lei que regulamente a questão.

Bahia.br

"E o Linux começa a incomodar", é o que pontua Daniel Cason, estudante do curso de Ciências da Computação da UFBA e membro do Graco (Gestores da Rede Acadêmica de Computação)

que gerencia parte da rede de computadores da sua faculdade desde 2005. O grupo de gestores funciona como uma oficina de redes prática, ou seja, o aluno trabalha efetivamente com o desenvolvimento e a manutenção de uma rede - o que para Cason deveria ser uma disciplina da grade curricular de qualquer curso de computação.

De acordo com Cason, a opção do Graco pelo uso de soluções livres é fundamental não só para o seu aprendizado acadêmico ou pelo fato de não serem cobradas licenças pelos softwares, mas também para uma eficiente manutenção da rede. A cada nova necessidade ou ideia que é apresentada e a cada falha encontrada os alunos têm a possibilidade de intervir nos softwares e de adequá-los às suas intenções. Afinal, eles próprios, através de um processo de criação conjunta, podem solucionar os problemas que encontram.

Vale ressaltar que o uso de um software livre não significa um uso necessariamente não comercial. No mercado de Salvador algumas empresas já apostam no uso do SL, seja buscando benefícios financeiros ou por ideologia, elas podem encontrar suporte em cooperativas que trabalham exclusivamente com tecnologias livres, e que oferecem desde serviços relacionados ao desenvolvimento de softwares até a migração de Software Proprietário para Software Livre. Este é o caso da Colivre www.colivre.coop.br, cooperativa soteropolitana, que oferece seus serviços desde a pessoas físicas, políticos, órgãos governamentais, ONG's até mesmo a empresas privadas.

A cooperante Joselice de Abreu chama a atenção para a relação entre SL e Economia Solidária: "a gente desenvolve o software aqui e, se a população consome o nosso software, isso vai desenvolver a economia local". Para ela, a questão é simples. Trata-se do consumo consciente, já que o capital que é investido localmente, num bairro, cidade ou estado tem um retorno muito mais rápido. "Quando usamos o suporte de uma empresa a qual podemos contatar por telefone ou 'bater na porta' é diferente de usar os serviços de uma multinacional, cujo suporte está em outro país", exemplifica Abreu.

O caso parece simples: as tecnologias desenvolvidas próximas à comunidade possibilitam o retorno mais rápido do capital investido para a própria comunidade. Em Salvador, o movimento Software Livre cresce quase que escondido, em meio ao frenesi pelos pseudo-super-novos Softwares Proprietários que economizam seu tempo, ou seja, pela sempre nova (e cara!) solução dos seus problemas. A grande sacada é sempre a da multinacional, que pensa de maneira organizada e inteligente na inserção dos seus produtos no mercado. Ainda assim, mesmo para aqueles não muito dispostos com a causa do Software Livre, ele pode ser uma opção econômica e tanto ou mais eficiente do que o Software Proprietário. Mas quem sabe valha a pena inverter a lógica e refletir sobre o caso, ou como disse o professor Nelson Pretto: "Farinha pouca, um pouquinho de farinha pra todo mundo".

Bibliografia

- ANDRADE, Carla Coelho. *Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*, IPEA, Mercado de Trabalho, 2008.
- ANTEAG – Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia, vol, 2, Altamira Editorial, 2005.
- Apostila do Curso de formadores em cooperativismo da ITCP-USP, pg. 19, 1999.
- BENSADON, Ligia. *Mudanças em curso na Bolívia. Artigo para curso na Unicamp, 2009.*
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org), *A Questão Política da Educação Popular*, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2010. Disponível em www.fbes.org.br
- CAMPOS, Silvana T. de e SÍGOLO, Vanessa M. (org.) *Material de Apoio ao Curso de Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária da ITCP-USP, com apoio financeiro da Prefeitura de Guarulhos, setembro de 2003.*
- CAPINA. *Puxando o Fio da Meada: Viabilidade econômica de empreendimentos associativos vol. I*, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *Retomando o Fio da Meada: Viabilidade econômica de empreendimentos associativos II*, Rio de Janeiro, 1999.
- Cartilha da Assembléia Popular – Para debater a crise (pags. 9 a 12)
- Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Economia Solidária – Outra Economia Acontece – MTE/SENAES e FBES (pags. 6 a 15 e 26 a 27).
- CORTI, Ana Paula; e Souza, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil. Ação Educativa*, São Paulo, 2005.
- FBES, *A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil*, 2005. Disponível em www.fbes.org.br
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. Ed. Expressão Popular, 2007.
- FRETEL, Alfonso Cotera; SIMONCELLI-BOURQUE, Eloïse. *O comércio justo e o consumo ético*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.
- GUIMARÃES, Nadya. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil”, in Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LAROUSSE, Cultural. *Grande Enciclopédia*. Ed. Nova Cultural, 1995.
- Ley de los Consejos Comunales, Abril de 2006
- LIMA, João Paulo Santos de. *A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão*. in ITCP-USP “A gestão da autogestão na Economia Solidária”, 2007.
- NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do distrito federal*. UNB.
- PATEO, Felipe Vella; SÍGOLO, Vanessa. *Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias*. In MELLO, S.L et alli (orgs), *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais – vol 2*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.

SINGER, Paul. *Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão* in: Oliveira, P. S. O lúdico na cultura solidária.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2000.

_____. *É possível levar o desenvolvimento às comunidades pobres?*

Sistematização de conteúdo debatido durante o 2º Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária. Rio de Janeiro – RJ, 16 a 20 de outubro de 2009.

SPÓSITO, Marília Pontes; e Corrochano, Maria Carla. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, novembro 2005: p. 141-172.

SPÓSITO, Marília Pontes. Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. 2003, p.23-35.

UNISOL. *Autogestão, Planejamento e Viabilidade*. Cadernos de Gestão de Empreendimentos Solidários. São Paulo, 2010.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SITES

<http://www.consorciodajuventuderj.org.br/artigos.asp?id=369>)

<http://www.brasildefato.com.br/>

<http://video.google.com/videoplay?docid=-3412294239230716755&hl=en#>

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimento_campanha_material_videos.asp

<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>

<http://www.wikipedia.org>

<http://www.locatio.com.br/ndc/arvore.php>

http://diplo.uol.com/_Cíntia-Guedes_

<http://www.fbes.org.br>

<http://www.cirandas.net>

<http://www.facesdobrasil.org.br>

<http://www.bancopalmas.org.br>